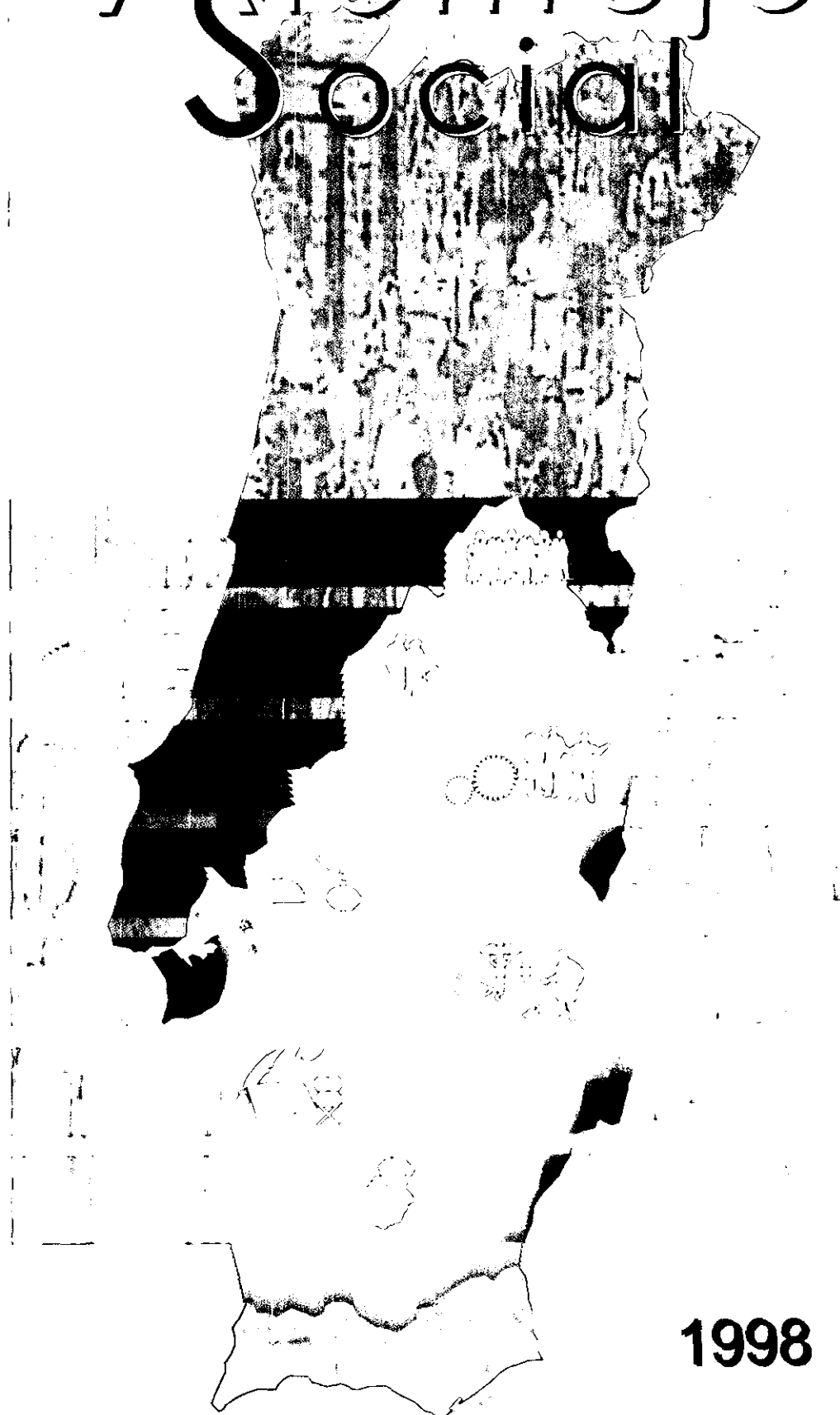




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO
PORTUGAL

Alentejo Social



1998

ERRATA DO ALENTEJO SOCIAL

Na Página 67 da publicação onde se lê no segundo quadro “Despesas Anuais Médias dos Agregados Familiares segundo os Grupos de Despesas”, deve ler-se “Índice de Poder de Compra em 1993 e 1995”.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO
PORTUGAL

Alentejo Social

Catálogo recomendada

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Direcção Regional do Alentejo

Alentejo social / Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Alentejo. - Évora : I.N.E.-D.R.A., 1998. - 114 p. : qua., map., gráf ; 30 cm. - (Cadernos regionais / Direcção Regional do Alentejo, ISSN 0874-1204 ; 1)
ISBN 972-673-256-5

Director

Director Regional do INE
Prof. Doutor Carlos Marques

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção Regional do Alentejo
Rua Miguel Bombarda, 36
7000 ÉVORA
Telefone: (066) 25544
Fax: (066) 29326

Execução

Paulo Fonseca

Colaborações na Recolha de Informação

Maria Amélia Ferreira
Maria Manuela Santos

Capa e Composição Gráfica

Maria José F. Patrocínio Silva

Impressão

Palmigráfica
Casal do Saramago-Obras Novas
Carregado
2580 ALENQUER

Tiragem: 400 exemplares

Depósito legal nº 120612/98

Preço: 4000\$00 (IVA incluído)

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

NOTA INTRODUTÓRIA

As prioridades de uma Direcção Regional de Estatística na área dos estudos regionais nem sempre são fáceis de definir. As particularidades da região Alentejo e da sua população justificaram, naturalmente, no caso da publicação que esta nota apresenta, a prioridade de execução que lhe atribuímos. Este “*Alentejo Social*” é o primeiro caderno regional de uma série, com essa designação.

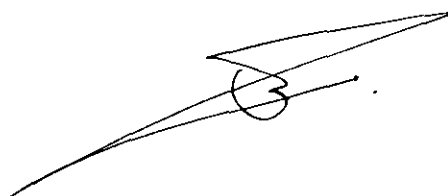
Nos “*Cadernos Regionais*” um conjunto de informação normalmente dispersa por diferentes segmentos de produção e divulgação estatística é sistematizada, harmonizada, analisada e apresentada conjunta e coerentemente para caracterizar um tema ou área em estudo. Neste “*Alentejo Social*” caracteriza-se objectivamente a evolução e a situação actual regional relativamente à *Demografia*, aos *Agregados Familiares*, à *Actividade, Emprego e Desemprego*, ao *Nível de Vida*, à *Saúde e Segurança Social* e à *Educação e Cultura*. São esses os pontos em que está organizada a publicação, a que se segue um ponto final de análise conjunta das *Homogenidades e Assimetrias Concelhias*.

Esta publicação satisfaz interesses diferenciados de utilizadores. Em cada ponto são apresentados dados, tabelas e quadros de interesse generalizado nestas temáticas. O utilizador técnico encontrará variáveis, taxas e indicadores sociais que respondem à procura geralmente utilizada nos estudos e na análise social.

A informação apresentada cobre temporalmente os últimos quinze anos dividida em dois períodos: Um intervalo de dez anos, aproximadamente a década dos anos de oitenta (1981-91), com o objectivo de fornecer padrões de tendência verificados; e os últimos cinco anos (1992 a 96), por forma a verificar se no passado mais recente se mantiveram ou alteraram essas orientações. O nível de desagregação geográfica da informação é o do concelho, com apresentações e comparações dos valores nacional e regional, das NUTS III e dos Concelhos do Alentejo.

Esta área não se esgota com os pontos analisados nesta publicação. Outros temas sociais emergentes relativos à qualidade de vida das populações, que inclusivamente podem constituir variáveis de atracção de população para a região, como por exemplo os relativos ao ambiente, ao ordenamento urbano e rural, à exclusão social, à criminalidade, não deixarão de ser objecto do nosso estudo futuro. O início da série de publicações *Cadernos Regionais* é o melhor compromisso de que esse e outros temas e áreas serão objecto da nossa actividade de produção, estudo e divulgação de estatísticas e indicadores regionais.

O Director Regional



Sinais Convencionais

%	Percentagem
‰	Permilagem
..	Não inquirido
x	Não disponível
o	Valor inferior a metade da unidade utilizada

Símbolos, Siglas e Abreviaturas

CAE	Classificação de Actividades Económicas
H	Homens
HM	Homens e Mulheres
km ²	Kilómetro Quadrado
km ² /Equip.	Kilómetro Quadrado por Equipamento
M	Mulheres
Nº	Número
NS/NR	Não Sabe/Não Responde
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ÍNDICE

Nota Introdutória	3
I. Demografia	7
II. Agregados Familiares	29
III. Actividade, Emprego e Desemprego	43
IV. Nível de Vida	59
V. Saúde e Segurança Social	75
VI. Educação e Cultura	89
VII. Homogeneidades e Assimetrias Concelhias	101

I - Demografia

A análise demográfica que se apresenta neste capítulo encontra-se dividida em três partes: povoamento, estruturas demográficas e movimentos demográficos.

No povoamento analisa-se o volume demográfico global, a densidade populacional e a distribuição da população residente segundo a dimensão populacional dos lugares. Nas estruturas demográficas atende-se à distribuição da população residente por sexos e grupos etários. Nos movimentos demográficos analisam-se os movimentos natural e migratório e as respectivas componentes micro demográficas.

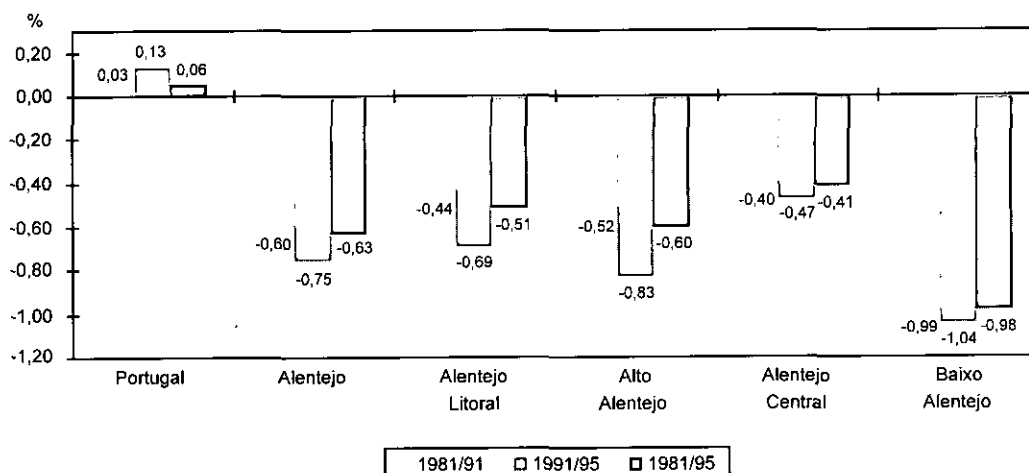


Povoamento

Nos últimos anos o Alentejo tem-se evidenciado como uma região perdedora em termos demográficos. Após uma taxa de crescimento efectivo anual médio negativo de 0,60% entre 1981 e 1991, a variação negativa entre 1991 e 1995 foi ainda mais desfavorável, ascendendo a 0,75%. Entre 1981 e 1995, a região perdeu mais de 50000 residentes, o que equivale a cerca de 9% da população que detinha no início da década de

80. A comparação das taxas de crescimento anual médio regional com a média nacional, esta última com sucessivos acréscimos (0,03% em 1981/91 e 0,13% em 1991/95), denota que a região Alentejo tem baixado, progressivamente, a sua representatividade no contexto regional do país, com valores relativos de 5,9% em 1981, 5,5% em 1991 e 5,3% em 1995.

Taxa de Crescimento Demográfico Anual Médio



Entre as quatro nuts III que constituem a região Alentejo, só se encontram, nos períodos considerados, taxas de crescimento efectivo negativo, e com tendência para aumentarem nos últimos anos, face à variação ocorrida ao longo dos anos 80. As situações mais desfavoráveis foram as do Baixo e do Alto Alentejo, com as variações negativas mais elevadas entre 1981/91 e entre 1991/95. As nuts do Alentejo Central e Litoral, apesar de regressivas, conseguiram manter valores de crescimento negativo, em 1981/91 e em

1991/95, inferiores às médias regionais. Os valores absolutos de população residente das quatro nuts III da região têm, por conseguinte, baixado progressivamente. Em termos relativos, o Alentejo Central é a que apresenta um maior acréscimo, ainda que ligeiro, da sua representatividade, o Alentejo Litoral e o Alto Alentejo denotam uma tendência para a estagnação e o Baixo Alentejo aparece, proporcionalmente, cada vez menos representado.

População Residente

Nuts I, II e III	1981	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº					
Portugal	9 833 014	9 862 540	9 852 815	9 873 595	9 899 850	9 916 450
Alentejo	578 430	543 442	537 660	535 005	530 855	526 370
Alentejo Litoral	103 141	98 519	97 890	97 235	96 480	95 640
Alto Alentejo	135 852	128 687	127 505	126 540	125 385	124 180
Alentejo Central	180 480	173 216	172 135	171 465	170 665	169 800
Baixo Alentejo	158 957	143 020	140 180	139 765	138 325	136 750

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 e Estimativas de População Residente, 1992 a 1995.

Nota: Os valores de 1992 a 1995 são estimativas para o meio do ano. De 1992 a 1994 o cálculo foi efectuado com base na média aritmética das estimativas para o fim do ano.

A tendência demográfica regressiva é bastante homogénea no território regional, na medida em que dos 46 concelhos que compõem a região apenas cinco (Castro Verde, Santiago do Cacém, Vila Viçosa, Sines e Évora) lograram taxas positivas de crescimento efectivo anual médio entre 1981 e 1995. No entanto, Vila Viçosa e Santiago do Cacém, com crescimentos negativos nos últimos anos (1991/95), perderam a vitalidade iniciada durante a década de 80. Os principais destaques são, pois, dos concelhos de Sines, Castro Verde e Évora, os dois primeiros com variações positivas e crescentes, o último com variações positivas decrescentes.

Em situação inversa encontram-se os concelhos de Marvão, Ourique, Mértola, Sousel e Arronches, cujas taxas de crescimento efectivo anual médio negativo entre 1981 e 1995, superiores ou muito próximas de 1,5%, denotaram as evoluções macro-demográficas mais desfavoráveis. Posição de destaque deve ser atribuída, ainda, aos concelhos de Beja e Portalegre, cuja tradicional preponderância infra-regional evoluiu, nos últimos anos (1991/95), para variações anuais

negativas acima da média regional. Os pesos relativos mais baixos no contexto regional mantiveram-se, no entanto, entre os concelhos de Barrancos, Alvão, Mourão e Arronches, que representavam, individualmente, não mais do que 0,6% da população regional nos três anos considerados.

Esta tendência demográfica sucessivamente deficitária dos últimos anos tem tornado o Alentejo, região que ocupa pouco menos de 1/3 da área continental, num imenso território despovoado. Os valores de densidade populacional da região, tradicionalmente baixos, diminuíram de 21,5 hab./Km² em 1981 para 19,5 em 1995, enquanto no país registou-se um ligeiro aumento de 107,0 hab/km² em 1981, para 107,9 em 1995. No plano infra-regional, este despovoamento, generalizado a todas as nts III, apresenta-se mais problemático no Baixo Alentejo, que conjuga alguns dos concelhos de maior área física com algumas das variações demográficas regressivas mais acentuadas. A nts III do Alentejo Central é, ainda, a que consegue manter-se menos despovoada, o que lhe confere, no plano regional, alguma mais-valia em termos de capital humano.

Densidade Populacional

Nuts	1981	1991	1992	1993	1994	1995
I, II e III	Hab./Km ²					
Portugal	107,0	107,3	107,2	107,4	107,7	107,9
Alentejo	21,5	20,2	20,0	19,9	19,7	19,5
Alentejo Litoral	19,6	18,7	18,6	18,5	18,3	18,2
Alto Alentejo	22,9	21,7	21,5	21,3	21,1	20,9
Alentejo Central	25,0	24,0	23,8	23,7	23,6	23,5
Baixo Alentejo	18,7	16,8	16,5	16,4	16,3	16,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991; Estimativas de População Residente, 1992 a 1995; Reiter, 1994.

Nota: Os valores de população residente entre 1992 e 1995 são estimativas para o meio do ano.

Entre os concelhos há que destacar a mais elevada densidade populacional de alguns municípios com áreas bastante pequenas, como os de Sines e Borba (63,4 e 55,5 hab/km², respectivamente, em 1995), se bem que esta última com tendência decrescente. Estes dois concelhos, a par dos de Portalegre (56,5 hab/km²), Vila Viçosa (46,4), Vendas Novas

(45,9) e Évora (41,2), constituíam o grupo de municípios que, em 1995, apresentavam densidades populacionais acima de 40 hab/km². Em contrapartida, o destaque pela negativa pertence aos valores cada vez mais baixos de concelhos como Mértola, Monforte, Avis, Ourique, Alvão e Alcácer do Sal, todos eles abaixo de 10 hab/km² em 1995.

[illegible]

	- 5 000
	5 000 - 7 499
	7 500 - 9 999
	10 000 - 14 999
	15 000 - 19 999
	20 000 +

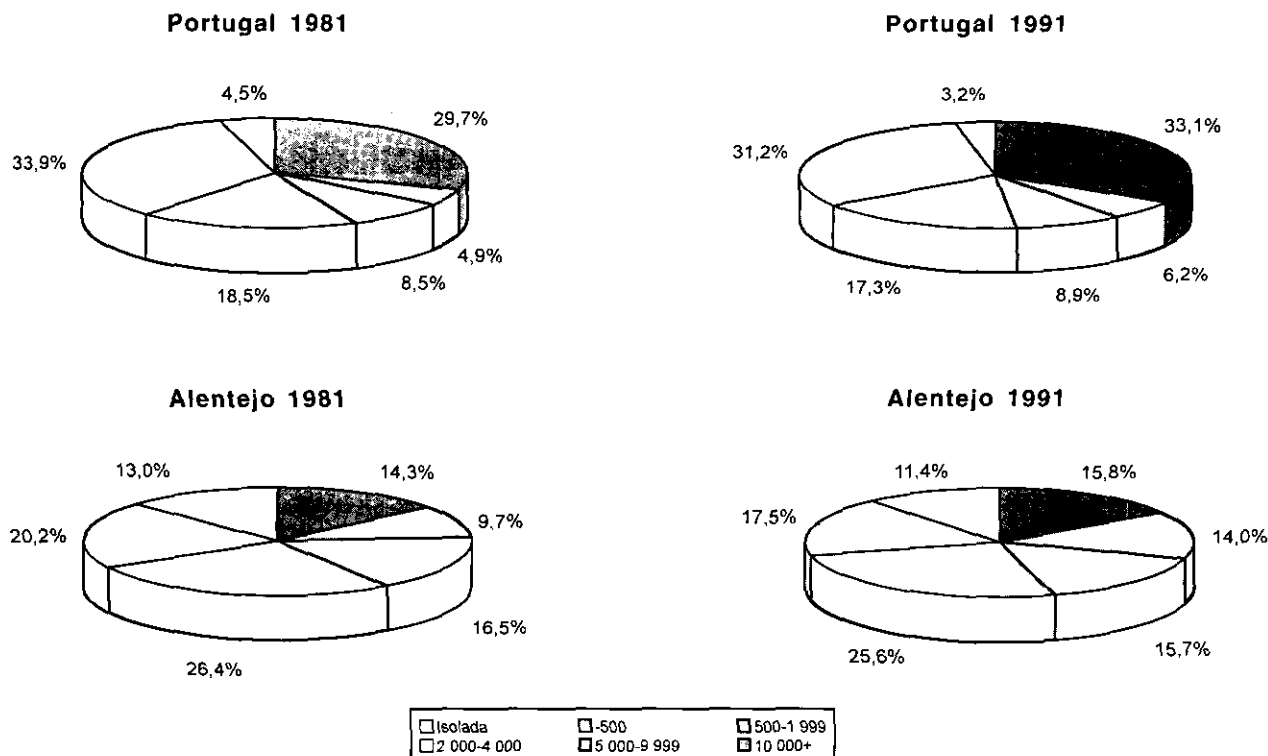
Habitantes/Km²

[White box]	- 10
[Vertical lines]	10 - 14.9
[Horizontal lines]	15 - 19.9
[Cross-hatch]	20 - 29.9
[Diagonal lines (top-left to bottom-right)]	30 - 39.9
[Diagonal lines (bottom-left to top-right)]	40 +

No que concerne ao povoamento importa referir, também, o fenómeno da urbanização, ou seja, a crescente proporção demográfica dos principais aglomerados populacionais em relação às zonas rurais. Entre 1981 e 1991, tanto a nível nacional como a nível regional, o peso demográfico relativo

dos lugares de maior dimensão aumentou consideravelmente, o que denota uma representatividade cada vez mais baixa da população que vive isoladamente ou em localidades muito pequenas.

População Residente segundo a Dimensão dos Lugares



As principais diferenças do fenómeno de urbanização entre a região e o país respeitam aos quantitativos populacionais dos lugares com 2 000-4 999 e com 10 000 e mais habitantes. No primeiro caso, a proporção regional baixou de 16,5% em 1981 para 15,7% em 1991, enquanto a proporção nacional aumentou de 8,5% para 8,9%. No segundo caso, o Alentejo manteve-se bastante aquém da média nacional ao passar de 14,3% em 1981 para 15,8% em 1991, contra 29,7% e 33,1% no país, respectivamente. Apesar disso, entre 1981 e 1991, os pesos relativos globais dos lugares com 2000 e mais habitantes e dos lugares com 5000 e mais habitantes aumentaram mais na região do que no país: no primeiro caso o aumento foi de 12,4% na região e de 12,0% no país, no segundo caso foi de 24,3% e de 13,6%, respectivamente. Significa isto que, apesar da demografia regional continuar a ter fortes traços de ruralidade (constatada principalmente na elevada proporção da sua população isolada e residente em lugares com 500-1 999 habitantes), o despovoamento das zonas rurais, ocorrido na

década de 80, foi mais acentuado no Alentejo do que no conjunto das regiões portuguesas.

Ao nível infra-regional, o processo de concentração urbana ocorrido entre 1981 e 1991, embora generalizado a todas as nuts III do Alentejo, denotou algumas diferenças assinaláveis. Genericamente, o Alentejo Litoral e o Alentejo Central diminuíram as proporções nos lugares de menor dimensão e aumentaram-nas nos lugares de maior dimensão, em particular no escalão de 5000-9999 habitantes. No Baixo e no Alto Alentejo as variações não foram semelhantes, com aumentos relativos tanto nos lugares de maior dimensão, como nos de menor dimensão. Resultado destas diferentes variações, as taxas de urbanização, considerando separadamente os lugares de 2000 e mais habitantes e os lugares de 5000 e mais habitantes, aumentaram bastante mais no Alentejo Litoral e no Alentejo Central, notando-se, inclusivamente, um decréscimo da segunda taxa no Baixo Alentejo.

População Residente segundo a Dimensão dos Lugares

Nuts	1981						
I, II e III	Total	Isolada	-500	500-1999	2000-4999	5000-9999	10000+
	Nº						
Portugal	9 833 014	443 577	3 335 737	1 817 292	832 740	484 319	2 918 549
Alentejo	578 430	74 980	116 716	152 681	95 273	56 258	82 522
Alentejo Litoral	103 141	23 147	37 175	15 967	19 285	7 567	-
Alto Alentejo	135 852	12 139	29 086	39 809	19 792	6 998	28 028
Alentejo Central	180 480	21 498	25 525	47 700	28 500	22 406	34 851
Baixo Alentejo	158 957	18 196	24 930	49 205	27 696	19 287	19 643

Nuts	1991						
I, II e III	Total	Isolada	-500	500-1999	2000-4999	5000-9999	10000+
	Nº						
Portugal	9 862 516	319 883	3 080 461	1 705 049	879 494	613 174	3 264 455
Alentejo	543 442	61 922	95 366	138 990	85 134	76 281	85 749
Alentejo Litoral	98 519	18 100	25 699	13 821	17 382	23 517	-
Alto Alentejo	128 687	12 446	23 024	38 730	18 789	7 127	28 571
Alentejo Central	173 216	18 149	24 011	41 692	19 248	32 150	37 966
Baixo Alentejo	143 020	13 227	22 632	44 747	29 715	13 487	19 212

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Nota: O total nacional de 1981 inclui 800 indivíduos categorizados na fonte como corpo diplomático ou embarcados.

Por concelhos, é notório que os maiores índices de urbanização pertencem aos municípios onde se localizam as principais cidades da região, o que revela um processo de concentração urbana regional bastante dependente da dinâmica demográfica do reduzido número de grandes aglomerados populacionais. Note-se que, quer em 1981 quer em 1991, só os concelhos de Évora, Portalegre, Elvas e Beja logravam ter representatividade no grupo dos lugares com 10000 e mais habitantes, o que é sintomático daquela dependência e do sub-povoamento global da região.

povoamento da região são reveladores da crescente exiguidade demográfica do Alentejo face aos valores nacionais. Esta exiguidade aparece generalizada a praticamente todo o território regional, onde só concelhos como os de Évora, no centro, Portalegre e Elvas, no norte, Beja e Castro Verde, ao sul, e Sines, no litoral, parecem melhor resistir à tendência regressiva generalizada. Além do mais, dos três concelhos onde se localizam as antigas capitais de distrito, Évora é aquele onde, aparentemente, essa tendência menos se fez sentir.

De uma forma geral, os valores apresentados sobre o

Estruturas Demográficas

Relativamente às estruturas demográficas é particularmente importante sublinhar as tendências recentes da distribuição populacional por sexos e por idades, numa análise das relações de masculinidade, isto é, do rácio homens/mulheres por grupos etários. Regra geral, as relações de masculinidade costumam apontar para uma maior probabilidade de nascimento masculino (cerca de 0,512, contra 0,488 de probabilidade de nascimento feminino), com evolução mais favorável da proporção do sexo

feminino nas idades mais avançadas, por acção de um maior número de perdas (óbitos ou migrações) masculinas.

Iniciando este tipo de análise pela distribuição global da população residente por sexos, pode concluir-se por uma relativa homogeneidade dos valores regionais e nacionais. De 1981 para 1991, a representatividade do sexo feminino no país manteve-se nos 51,8%, ao passo que na região aumentou ligeiramente de 50,8 para 51,1%.

População Residente por Sexos

Nuts I, II e III	1981			1991		
	HM	H	M	HM	H	M
	Nº					
Portugal	9 833 014	4 737 715	5 095 299	9 862 540	4 754 632	5 107 908
Alentejo	578 430	284 671	293 759	543 442	265 836	277 606
Alentejo Litoral	103 141	52 292	50 849	98 519	49 080	49 439
Alto Alentejo	135 852	66 029	69 823	128 687	62 392	66 295
Alentejo Central	180 480	87 866	92 614	173 216	83 974	89 242
Baixo Alentejo	158 957	78 484	80 473	143 020	70 390	72 630

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Por sexos e grupos etários, constata-se que os efeitos das maiores perdas masculinas foram mais evidentes no país. Tanto em 1981 como em 1991, os valores do rácio homens/mulheres nos grupos etários mais elevados foram mais baixos no país do que na região. No grupo etário dos 75 e mais anos, por exemplo, por cada 100 mulheres residentes no país contavam-se cerca de 54 homens em 1981 e 59 homens em 1991. No Alentejo a mesma proporção ascendia a 72 e 73 homens, respectivamente. Para além disso, em ambas as datas, o momento de equilíbrio entre sexos (100 homens e 100 mulheres) no país localizava-se em idades mais precoces, o que significa que a sub-representatividade masculina no país mostrou uma tendência para ocorrer mais cedo do que na região.

Apesar disso, é também notório que, de 1981 para 1991, os valores das idades mais avançadas, de uma forma geral, aumentaram no país e diminuíram na região, pelo que os

resultados nacionais e regionais tenderam a homogeneizar-se ao longo da década. Se alguma relação houver entre a sobre-mortalidade masculina em idades mais avançadas e o fenómeno de urbanização e os estilos de vida por ele induzidos, deve concluir-se, então, que os efeitos, porventura típicos em algumas sub-regiões metropolitanas, estão a generalizar-se a outras regiões (no caso concreto, ao Alentejo), o que não deixa de estar em consonância, aliás, com o diferente grau de concentração urbana dos últimos anos (já considerado), maior no Alentejo do que no país. Para além disso, e considerando a influência dos movimentos migratórios nas relações de masculinidade, a evolução do rácio homens/mulheres no país e na região durante a década de 80 denota um maior prejuízo do sexo masculino na região, seja por acção de maiores saídas masculinas em idades intermédias, seja por efeito de um menor retorno masculino em idades mais avançadas.

Relações de Masculinidade

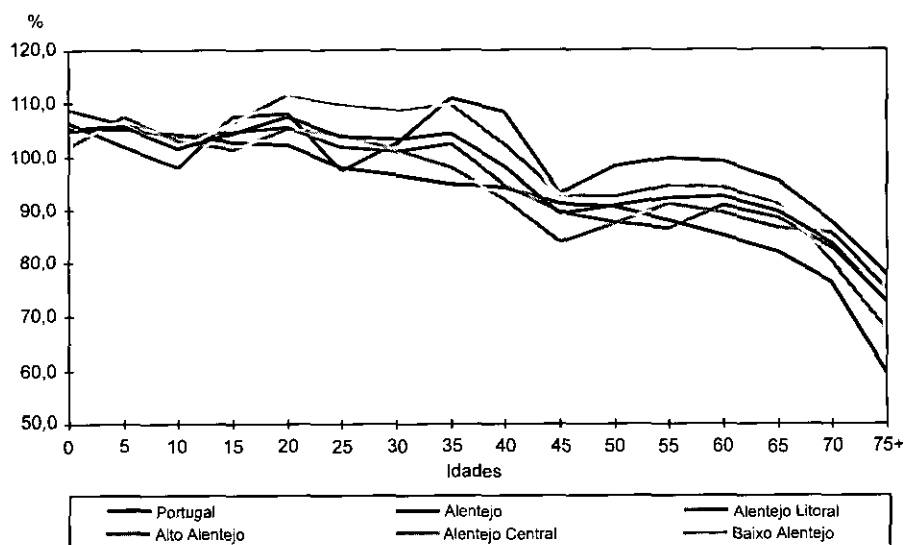
Grupos de Idade	Portugal		Alentejo									
	1981	1991	Total		Litoral		Alto		Central		Baixo	
			1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
	%											
0-4	104,6	104,9	103,1	105,2	100,2	106,5	106,2	109,0	103,6	101,9	102,2	105,1
5-9	104,1	105,2	103,7	105,8	106,5	101,8	101,7	106,1	103,0	107,5	104,5	106,3
10-14	103,7	104,0	104,3	101,7	107,0	197,9	105,1	103,8	103,3	103,1	103,3	101,2
15-19	101,8	102,6	103,5	104,5	108,1	107,6	102,2	104,7	102,3	101,3	103,2	106,4
20-24	100,9	102,1	107,4	107,5	105,9	108,1	106,0	105,6	103,6	105,3	114,0	111,6
25-29	98,4	98,0	108,3	103,8	118,0	97,3	105,6	101,8	101,4	104,2	112,3	109,7
30-34	95,5	96,4	100,4	103,3	113,1	102,5	96,4	101,1	93,1	101,3	103,9	108,6
35-39	90,7	94,8	88,1	104,4	92,4	111,0	86,0	102,5	83,8	97,8	92,4	109,8
40-44	90,8	94,1	93,0	98,3	102,1	108,2	90,8	94,8	88,0	92,0	94,8	102,3
45-49	90,0	91,2	95,8	89,3	103,5	93,0	90,5	89,8	93,9	84,0	97,7	92,9
50-54	88,8	90,4	96,6	90,7	106,2	98,2	93,2	87,6	92,2	87,4	99,0	92,5
55-59	88,2	88,1	96,3	92,3	103,5	99,6	94,1	86,5	93,6	91,0	97,2	94,4
60-64	85,4	85,1	91,7	92,6	97,5	99,0	88,8	90,8	92,6	89,3	90,1	94,2
65-69	80,5	82,2	93,1	89,7	100,9	95,3	92,8	88,7	92,0	86,7	90,2	91,1
70-74	72,0	76,3	88,0	83,8	95,1	87,8	85,5	82,8	89,6	85,7	85,4	80,4
75+	54,4	59,2	72,3	72,7	76,7	77,8	70,6	73,0	74,8	75,0	69,4	67,6
TOTAL	93,0	93,1	96,9	95,8	102,8	99,3	94,6	94,1	94,9	94,1	97,5	96,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Entre as nuts III, as relações de masculinidade foram, tanto em 1981 como em 1991, mais desfavoráveis no Alentejo Central e no Alto Alentejo, ambos com momentos de equilíbrio entre sexos mais precoces do que a média regional. O Baixo Alentejo foi, no entanto, a nuts III que, em ambas as datas,

apresentou as relações de masculinidade mais baixas nos dois grupos etários mais altos, enquanto o Alentejo Litoral, embora com maiores oscilações, destacou-se com os maiores valores desde o grupo etário dos 35-39 anos.

Relações de Masculinidade em 1991

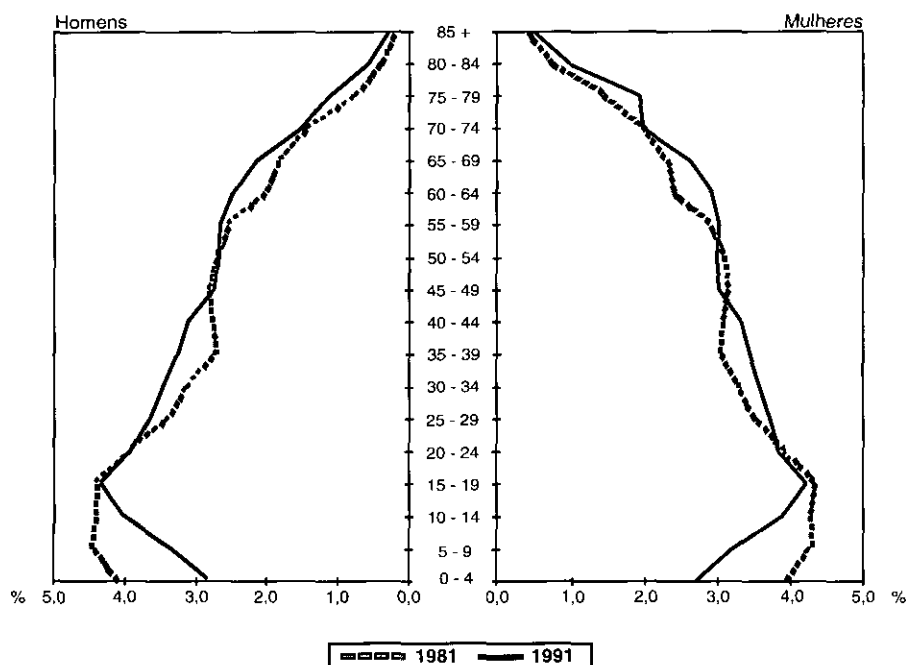


No que se refere à estrutura da população residente por grupos etários a característica mais evidente, nacional e regional, é a do duplo envelhecimento demográfico, traduzido no aumento da proporção de população idosa (envelhe-

cimento no topo) e na diminuição da proporção de população jovem (envelhecimento na base). No entanto, o processo de envelhecimento tem assumido contornos algo diferentes no país e na região, que importa referir.

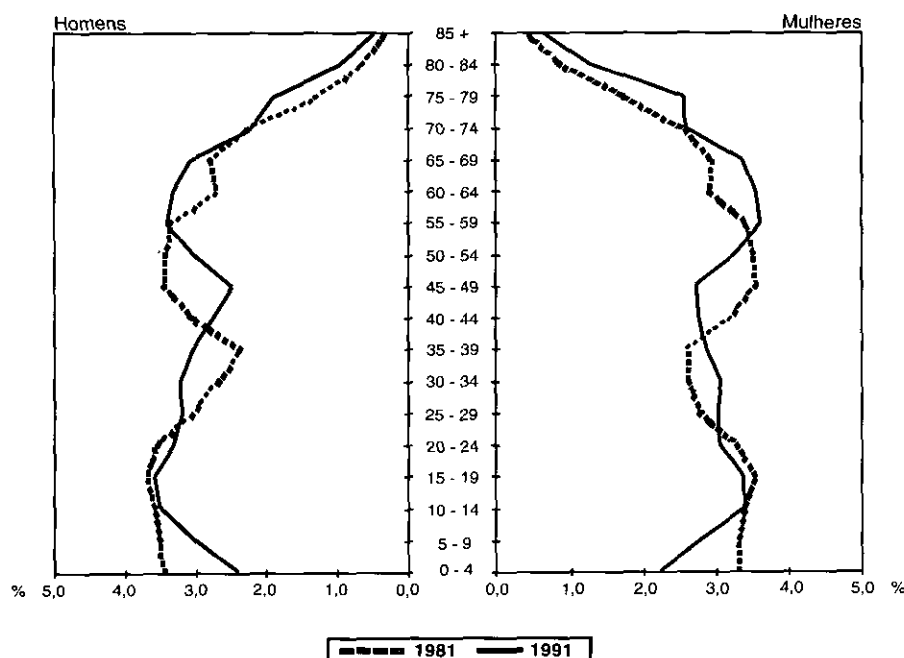
Pirâmide de Idades

Portugal



Pirâmide de Idades

Alentejo



Em primeiro lugar, tanto em 1981 como em 1991, a região Alentejo apresentou valores de população jovem mais baixos e valores de população idosa mais altos do que o país. Tal significa que o processo de envelhecimento demográfico anterior a 1981 caracterizou-se por uma evolução mais nefasta à região. Pelo contrário, durante a década de 80, o processo de envelhecimento foi mais intenso no país do que na região. Entre 1981 e 1991, o aumento dos idosos foi de 19,3% no país e de 13,3% na região e a diminuição de jovens cifrou-se em 21,4% no primeiro caso e 20,8% no

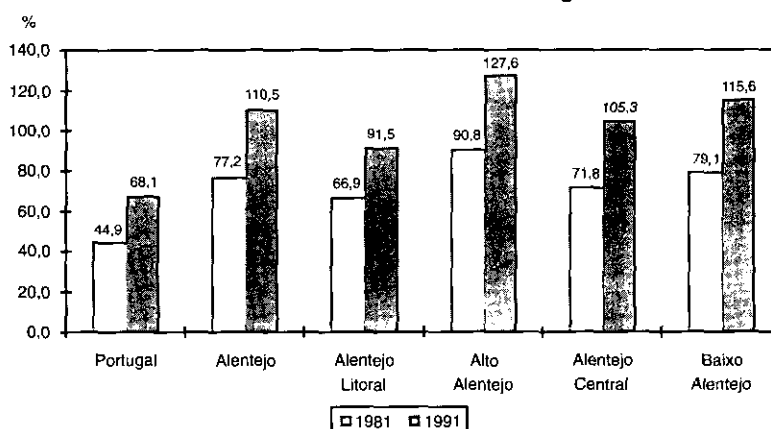
segundo. Em todo o caso, o índice de envelhecimento, que traduz a proporção de população idosa em relação à população jovem, foi, quer em 1981 quer em 1991, mais elevado na região. Neste último ano, o índice ascendeu a 110,5% na região, contra 68,1% no país, o que significa que o Alentejo possui, na actualidade, um volume de população idosa superior ao de população jovem. Daí que se deva concluir que o fenómeno de envelhecimento demográfico atinge, actualmente, níveis bastante mais significativos na região do que no país.

População Residente por Grandes Grupos de Idades

Nuts I, II e III	1981			1991		
	0 - 14	15 - 64	65 +	0 - 14	15 - 64	65 +
	Nº					
Portugal	2 508 673	6 198 883	1 125 458	1 971 659	6 548 660	1 342 221
Alentejo	119 990	365 765	92 675	95 047	343 400	104 995
Alentejo Litoral	21 512	67 236	14 393	18 079	63 905	16 535
Alto Alentejo	26 814	84 687	24 351	21 560	79 607	27 520
Alentejo Central	37 678	115 751	27 051	30 286	111 042	31 888
Baixo Alentejo	33 986	98 091	26 880	25 122	88 846	29 052

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Índice de Envelhecimento Demográfico



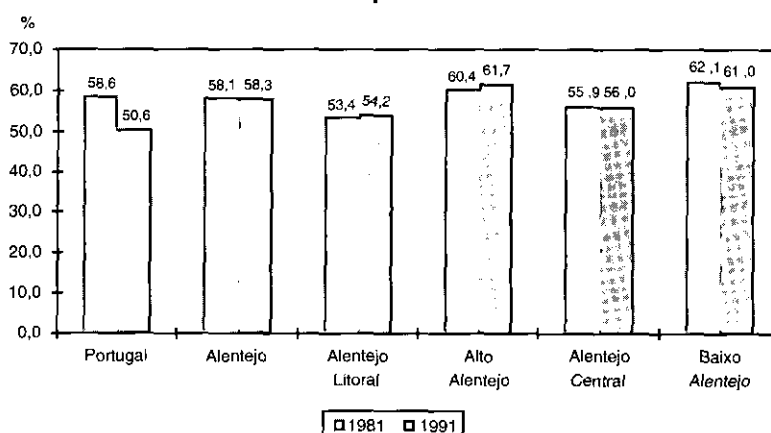
Ao nível infra-regional o envelhecimento demográfico acentuou-se, entre 1981 e 1991, em todas as nuts III e concelhos. Entre as nuts III, o maior aumento do índice de envelhecimento ocorreu no Alentejo Central (de 71,8% em 1981 para 105,3% em 1991). Não obstante, esta nuts III manteve, em 1991, o segundo índice de envelhecimento mais baixo, superado apenas pelo índice do Alentejo Litoral (91,5%). Longe destes valores encontravam-se o Baixo e o Alto Alentejo, que, tanto em 1981 como em 1991, apresentavam os índices mais elevados: o Baixo Alentejo com 79,1% em 1981 e 115,6% em 1991 e o Alto Alentejo com 90,8 e 127,6%, respectivamente.

Por concelhos, os maiores índices de envelhecimento pertenciam, em 1991, a 6 concelhos do Alto Alentejo (Nisa, Crato, Castelo de Vide, Marvão, Alter do Chão e Arronches), com valores acima ou muito próximos de 200%. Apesar disso, as variações mais desfavoráveis do índice de envelhecimento ao longo da década de 80 foram as dos concelhos de Vendas Novas e Ourique, cujos acréscimos ascenderam a 84,7 e 79,3%, respectivamente. Com os índices mais baixos em

1991 encontravam-se os concelhos de Sines, Santiago do Cacém e Évora (todos eles abaixo de 60%), registando o segundo destes concelhos a variação crescente mais baixa da região entre 1981 e 1991 (+16,8%).

Relativamente à evolução da população em idade activa, os valores relativos denotam, para o período de 1981 a 1991, uma estagnação no contexto regional (63,2% em ambas as datas) e um aumento a nível nacional (de 63,0 para 66,4%), este último devido, em grande parte, à diminuição considerável da proporção de população jovem no país. Estes valores da população em idade activa, relacionados com os das populações jovem e idosa, tornam o rácio de dependência total progressivamente mais favorável ao país (de 58,6% em 1981 para 50,6% em 1991) do que à região (de 58,1% para 58,3%). Daí que o problema do financiamento da Segurança Social, agudizado pela tendência recente dos índices de envelhecimento e de dependência total, encontre no Alentejo, entre outras regiões, fonte particular de preocupações quanto à evolução futura do rácio contribuintes/beneficiários.

Índice de Dependência Total



Entre as nuts III, o Alto e o Baixo Alentejo foram, em 1981 e em 1991, as que apresentaram os rácios de dependência total mais elevados. Em 1991, estas duas nuts III contavam com cerca de 62 e 61 habitantes em idade não activa por 100 habitantes em idade activa, quando no Alentejo Litoral e

no Alentejo Central os valores quedavam-se pelos 54 e 56 indivíduos, respectivamente. Nesta data, os valores concelhios de dependência total apresentavam-se mais gravosos em Nisa, Castelo de Vide, Mértola, Alter do Chão, Alvíto e Crato, todos com um rácio acima de 70 indivíduos.

Movimentos Demográficos

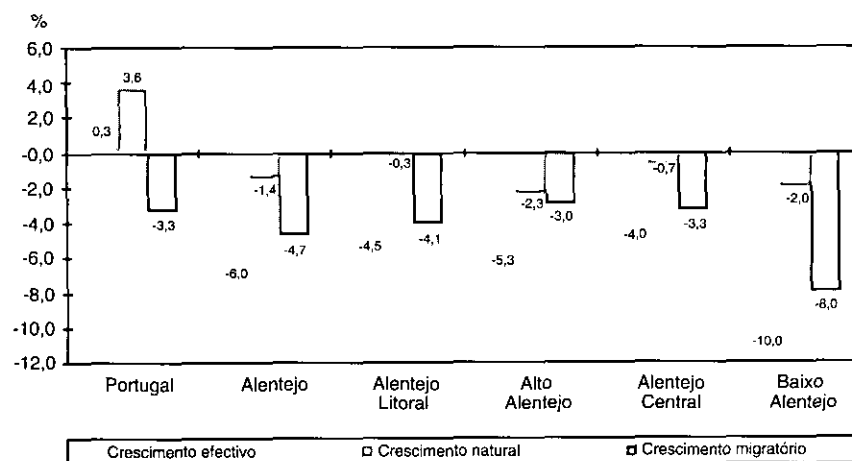
As componentes natural e migratória que constituem o movimento demográfico efectivo (ou total) ocorrido na região e no país durante o último período inter-censitário, denotam comportamentos diferentes que importa reter. A análise comparada daquelas componentes permite constatar, em termos gerais, que, entre 1981 e 1991, se a nível nacional a variação negativa do movimento migratório (-3,3%) foi compensada pela variação positiva do movimento natural (+3,6%), na região Alentejo a tendência regressiva ocorreu em ambas as componentes (-4,7 e -1,4%, respectivamente).

No movimento natural ocorrido ao longo da década de 80, a propensão regional para a mortalidade foi superior à da natalidade em todas as nuts III. A este nível, as variações mais desfavoráveis, verificadas entre 1981 e 1991, foram as do Alto e do Baixo Alentejo, com taxas de crescimento

negativo na ordem dos 2,3 e 2,0%, respectivamente. Por comparação, as nuts do Alentejo Litoral e Central apresentaram também taxas de crescimento negativo, embora menos acentuadas do que as anteriores (0,3% no primeiro caso e 0,7% no segundo).

Por concelhos, constata-se que apenas em 9 dos 46 municípios da região o crescimento natural inter-censitário foi positivo, destacando-se, em particular, os casos de Sines, Évora e Elvas, com taxas de crescimento natural de 4,3, 2,2 e 1,5%, respectivamente. Pela negativa, o realce pertence aos concelhos de Nisa, Castelo de Vide, Monforte, Crato, Mértola, Alter do Chão e Arronches, todos com taxas de crescimento negativo iguais ou superiores a 6% naquele período.

Crescimento Demográfico Efectivo, Natural e Migratório entre 1981 e 1991



Crescimento Demográfico Efectivo, Natural e Migratório entre 1981 e 1991

Nuts I, II e III	Efectivo	Natural Nº	Migratório
Portugal	29 656	354 104	-324 448
Alentejo	-34 988	-7 982	-27 006
Alentejo Litoral	-4 622	-343	-4 279
Alto Alentejo	-7 165	-3 126	-4 039
Alentejo Central	-7 264	-1 284	-5 980
Baixo Alentejo	-15 937	-3 229	-12 708

Fonte: INE, Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991, 1993.

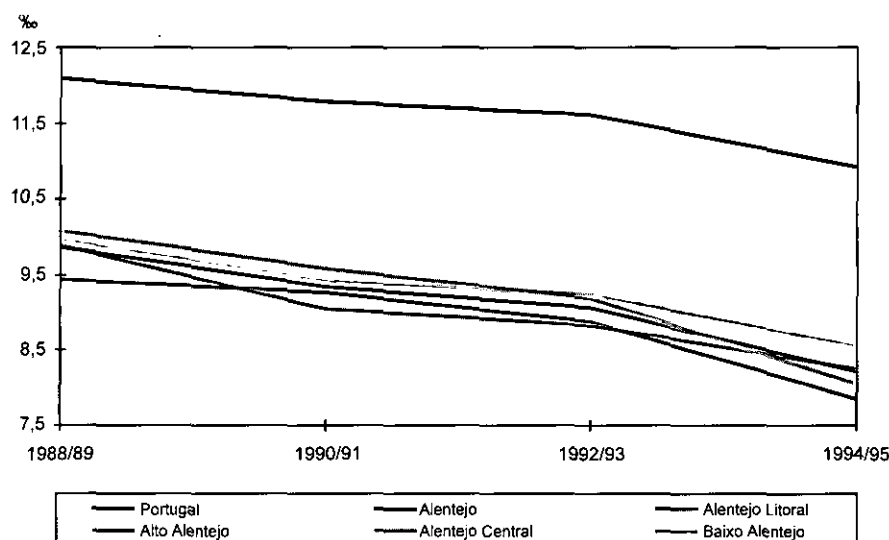
Para além dos baixos níveis regionais de crescimento natural, a tendência migratória da região coloca em destaque, por sua vez, o efeito conjunto da sua pouca capacidade de atracção demográfica e da sua elevada propensão para a repulsão populacional. A variação migratória negativa ocorrida na região, entre 1981 e 1991, foi mais de 3 vezes superior à variação natural negativa; os valores absolutos mostram que dos cerca de 35000 indivíduos que a região perdeu naquele período, aproximadamente 8000 deveram-se a perdas fisiológicas, enquanto cerca de 27000 foram perdas migratórias. Significa isto que a tendência demográfica regressiva global ocorrida na região durante a década de 80 ficou a dever-se, essencialmente, aos seus movimentos migratórios, e, em menor parte, aos seus movimentos naturais.

Ao nível infra-regional, o saldo migratório negativo mais elevado, ocorrido entre 1981 e 1991, localizou-se na nuts III do Baixo Alentejo (-8,0%), onde 6 dos 13 concelhos que a compõem tiveram valores negativos superiores a 10%. Nas

restantes nuts III os valores médios foram consideravelmente mais baixos, mas a tendência concelhia foi também genericamente deficitária. Os saldos migratórios concelhios negativos mais elevados em toda a região foram os de Almodôvar (-12,8%) e Marvão (-12,7%), que, em conjunto com os de Ourique (-11,9%), Grândola (-11,8%) e Vidigueira (-11,4%), constituíram o grupo de concelhos mais deficitários neste domínio. Com saldo migratório positivo contavam-se apenas 8 concelhos, destacando-se os de Castro Verde, Castelo de Vide, Santiago do Cacém e Vila Viçosa, com taxas superiores a 6%. Dos três concelhos onde se localizam as antigas capitais de distrito, Évora foi o único com um saldo migratório positivo (+2,1%), enquanto Beja e Portalegre, com decréscimos de 6,8 e 4,9%, superaram o resultado desfavorável da média regional (-4,7%).

A evolução das taxas brutas de natalidade e de mortalidade regionais ocorrida nos anos mais recentes (de 1988/89 a 1994/95) reflectem uma continuidade do movimento natural verificado no Alentejo ao longo da década de 80.

Taxa Bruta de Natalidade



A nível regional, a taxa bruta de natalidade da região foi, em todos os anos considerados, inferior à da mortalidade, enquanto a nível nacional, se bem que com uma aproximação dos dois indicadores, passou-se o contrário. Para além disso, a variação percentual daqueles dois indicadores, entre 1988/89 e 1994/95, foi mais desfavorável na região do que no país: a taxa bruta de natalidade desceu cerca de 16,7% no Alentejo e aproximadamente 9,7% no país, enquanto a taxa bruta de mortalidade aumentou cerca de 9,3 e 5,1%, respectivamente. Desta forma, o rácio nados-vivos/óbitos, que, em 1994/95, a nível nacional, era ainda superior à unidade, já não o é, a nível regional, desde há vários anos, caminhando-se rapidamente para uma sobreposição dupla do número de óbitos face ao de nados-vivos.

Da natalidade infra-regional há a reter o facto de se ter caído já, na quase totalidade dos concelhos, abaixo dos valores de dois dígitos, à excepção de Mourão e Elvas, que,

em 1994/95, mantinham, ainda, taxas brutas acima daquele limiar (12,0 e 10,4%, respectivamente). Entre as nuts III, o valor mais baixo da taxa bruta de natalidade, em 1994/95, foi o do Alentejo Litoral (7,8%), mas a tendência natalista mais regressiva nos últimos anos pertenceu ao Baixo Alentejo, cuja taxa diminuiu, entre 1988/89 e 1994/95, de 10,1 para 8,0%. A posição relativa do Alto Alentejo também não se revelou muito vantajosa (8,3% em 1994/95), com alguns dos seus concelhos (nomeadamente Mora, Crato e Nisa) a disputarem, em 1994/95, as taxas brutas concelhias de natalidade mais baixas. Por sua vez, o Alentejo Central, sem se destacar significativamente, apresentou o índice de natalidade mais elevado das nuts III naquela data (8,6%). Entre os concelhos, para além de Mourão e Elvas, merecem destaque pela positiva os concelhos de Moura, Évora e Sines, com taxas brutas de natalidade iguais ou superiores a 9,5% em 1994/95.

Nados-Vivos

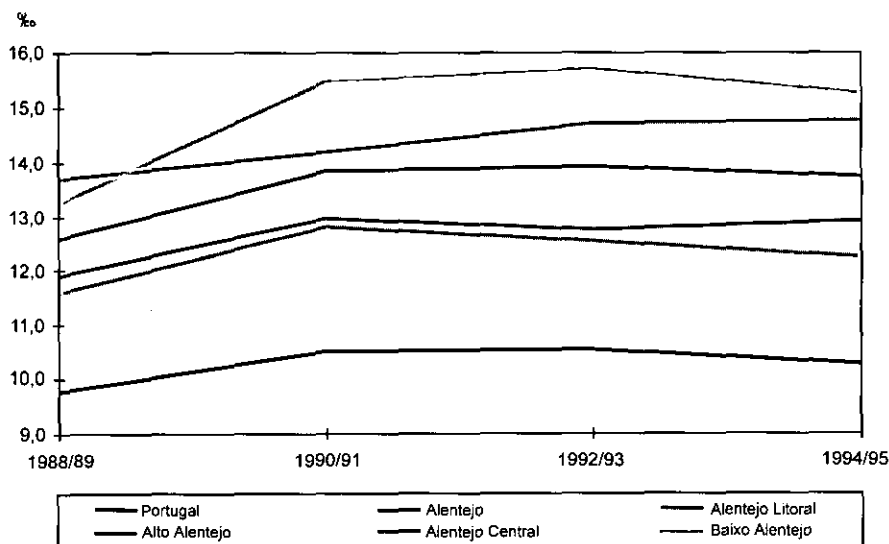
Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	122 121	118 560	116 383	116 415	115 018	114 030	109 287	107 184
Alentejo	5 607	5 427	5 069	5 119	4 937	4 799	4 379	4 317
Alentejo Litoral	1 004	900	938	892	888	846	768	739
Alto Alentejo	1 293	1 307	1 179	1 156	1 126	1 119	1 021	1 041
Alentejo Central	1 775	1 743	1 573	1 700	1 623	1 555	1 478	1 438
Baixo Alentejo	1 535	1 477	1 379	1 371	1 300	1 279	1 112	1 099

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

Se o Baixo Alentejo foi a nuts III que apresentou, nos últimos anos, a regressão da natalidade mais acentuada da região, foi também aí que ocorreu o maior aumento da mortalidade. De 1988/89 para 1994/95, a taxa bruta de mortalidade subiu, nesta nuts III, de 13,3 para 15,3%, fazendo diminuir o respectivo rácio entre nados-vivos e óbitos para o

valor mais baixo das nuts III. Por comparação, no Alentejo Central conjugaram-se, entre 1988/89 e 1994/95, o menor acréscimo de mortalidade (de 11,6 para 12,2%) com o menor decréscimo de natalidade (de 10,0 para 8,6%), o que lhe permitiu obter o rácio nados-vivos/óbitos menos desfavorável da região.

Taxa Bruta de Mortalidade



Por concelhos, a taxa bruta de mortalidade ascendeu, em 1994/95, a mais de 20‰ em três concelhos (Alvito, Crato e Monforte), enquanto os três valores mais baixos pertenceram aos concelhos de Évora (9,8‰), Vila Viçosa (10,2‰) e Reguengos de Monsaraz (11,4‰). Em todo o caso, importa frisar que, em 1994/95, o número de óbitos era já superior ao

de nados-vivos em todos os concelhos da região, em alguns deles com uma vantagem da mortalidade de 3 e 4 vezes sobre a natalidade (o que se verificava nos concelhos de Alvito, Crato, Nisa, Mora, Arronches, Mértola, Almodôvar e Marvão).

Óbitos

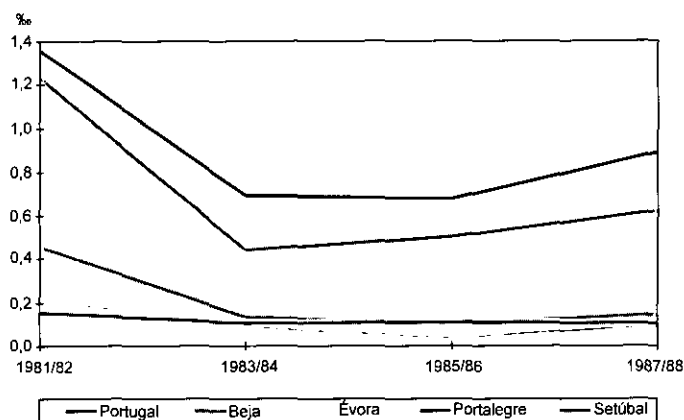
Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	98 236	96 220	103 115	104 361	101 161	106 384	99 621	103 939
Alentejo	7 140	6 931	7 433	7 694	7 200	7 770	7 142	7 407
Alentejo Litoral	1 203	1 202	1 273	1 289	1 217	1 274	1 237	1 242
Alto Alentejo	1 776	1 828	1 765	1 900	1 818	1 926	1 816	1 877
Alentejo Central	2 132	1 967	2 186	2 261	2 098	2 215	2 049	2 122
Baixo Alentejo	2 029	1 934	2 209	2 244	2 067	2 355	2 040	2 166

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

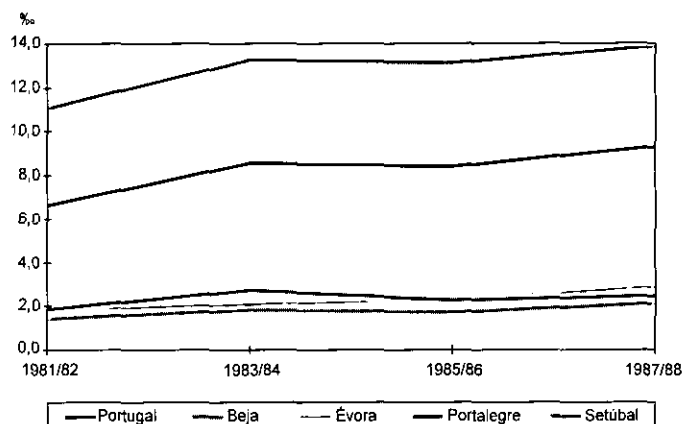
Para a análise decomposta do movimento migratório existe menos informação de base disponível sobre as variáveis que o constituem. Em todo o caso, é sabido que o Alentejo não é uma região de grande tradição de movimentos migratórios externos, seja de emigração, seja de imigração. Com efeito, entre 1981/82 e 1987/88, as taxas brutas de emigração e de imigração assumiram valores distritais no Alentejo inferiores aos totais nacionais. Para além disso, a

tendência global destes dois indicadores na região foi semelhante às respectivas médias nacionais: decrescente na emigração, crescente na imigração. Desta situação pode deduzir-se que o movimento migratório negativo registado na região durante a década de 80, considerado anteriormente, explica-se, essencialmente, pelos seus movimentos migratórios internos.

Taxa Bruta de Emigração
Portugal e Distritos de
Beja, Évora, Portalegre e Setúbal



Taxa Bruta de Imigração
Portugal e Distritos de
Beja, Évora, Portalegre e Setúbal



Emigrantes

Nuts I e Distritos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
	Nº							
Portugal	16 513	10 276	7 096	6 556	7 149	6 253	8 108	9 540
Beja	114	57	30	19	10	28	17	34
Évora	45	32	12	19	7	6	19	15
Portalegre	24	20	10	20	15	15	23	6
Setúbal	994	642	292	306	290	401	487	374

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1981 a 1988.

Imigrantes

Nuts I e Distritos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
	Nº							
Portugal	62 692	68 153	79 015	89 625	79 594	86 982	89 778	94 453
Beja	255	269	307	355	292	328	362	376
Évora	315	344	355	379	342	459	493	518
Portalegre	256	272	317	443	301	325	334	343
Setúbal	7 258	7 445	8 470	9 521	8 650	9 395	9 602	9 749

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1981 a 1988.

Para a análise dos movimentos migratórios internos cruzamos a população residente em 1981 segundo a respectiva residência em 1973 e a população residente em 1991 segundo a respectiva residência em 1985. Os valores dos índices anuais médios de atracção e de repulsão demográficas mostram que, entre 1973/81 e 1985/91, o movimento migratório interno aumentou a nível nacional (atracção e repulsão de 0,92 para 0,99%) e diminuiu a nível regional (atracção de 0,88 para 0,85% e repulsão de 1,23 para 1,07%). Daqui pode concluir-se que os concelhos

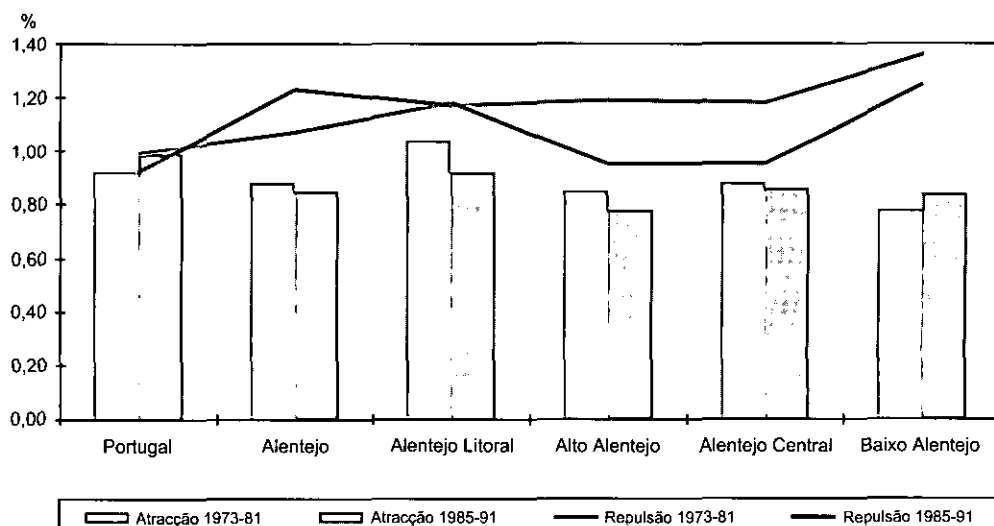
da região, ao contrário da média nacional, tornaram-se, de 1973/81 para 1985/91, menos permeáveis a saídas e entradas populacionais. Não obstante, para além de o índice regional de repulsão se ter mantido mais elevado do que o índice de atracção, conjugaram-se na região uma repulsão mais alta e uma atracção mais baixa do que as respectivas médias nacionais. Face ao contexto nacional, o Alentejo perdeu, assim, nos dois sentidos: mais saídas e menos entradas.

População Residente segundo o Concelho de Residência Anterior

Nuts I, II e III	População residente		Não mudou de concelho		Vinda de outro concelho		Saída para outro concelho	
	1981	1991	1973-81	1985-91	1973-81	1985-91	1973-81	1985-91
	Nº							
Portugal	9 833 014	9 862 540	7 297 713	8 600 846	652 093	518 611	652 093	518 611
Alentejo	578 430	543 442	464 014	488 431	36 505	24 401	51 241	30 799
Alentejo Litoral	103 141	98 519	78 448	87 927	7 746	4 807	8 721	6 153
Alto Alentejo	135 852	128 687	110 484	116 338	8 282	5 311	11 611	6 489
Alentejo Central	180 480	173 216	145 560	155 711	11 511	7 923	15 343	8 700
Baixo Alentejo	158 957	143 020	129 522	128 455	8 966	6 360	15 566	9 457

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Índices Anuais Médios de Atracção e Repulsão Demográfica



Ao nível infra-regional constata-se que, em todas as nuts III e em ambos os períodos considerados, os índices de repulsão superaram os de atracção. As maiores perdas foram as do Baixo Alentejo, já que, apesar do seu índice de atracção ter aumentado, ligeiramente, de 1973/81 para 1985/91, os valores deste índice revelaram-se dos mais baixos da região, ao mesmo tempo que os resultados de repulsão foram os mais desfavoráveis. As restantes nuts III regrediram na sua capacidade de atracção, mas mantiveram níveis de repulsão mais baixos do que os do Baixo Alentejo. Na fixação populacional a nuts III mais volúvel foi a do Alentejo Litoral, na medida em que foi a que menos população manteve em 1981 e em 1991 da que já aí residia em 1973 e em 1985, respectivamente.

Entre os concelhos, destacamos quatro casos, que, de alguma forma, tipificam a geografia dos movimentos migratórios ocorridos no Alentejo durante as últimas décadas.

Beja, com um índice de atracção decrescente de 1973/81 para 1985/91 e com o maior índice de repulsão em 1985/91, apresentou-se como um concelho em regressão demográfica. Sines, com a maior capacidade de atracção nos dois períodos, mas decrescente, e com uma das maiores repulsões em 1985/91, registou uma evolução algo semelhante à do concelho de Beja. Portalegre, com atracção regressiva e com repulsão estável, ambas relativamente baixas, destacou-se, essencialmente, por uma das maiores fixações populacionais concelhias obtidas em 1985/91. Ou seja, não perdeu nem ganhou muito e conseguiu fixar, consideravelmente, a sua população. Finalmente, Évora, com índices de atracção relativamente altos e estáveis e com índices de repulsão regressivos, foi um dos concelhos que mais se destacou positivamente no saldo dos movimentos migratórios que têm vindo a desertificar, paulatinamente, a região Alentejo.

Indicadores Demográficos por Nuts I, II, III e Concelhos

Nuts I II III Concelhos	População residente		Dens. pop. Hab./Km	População residente por lugares				Pop. res. por grupos etários		
	HM	H		-2000	2000-4999	5000-9999	10000+	0-14	15-64	65+
	Nº	Nº		1991						
							%			
Portugal	9 862 540	4 754 632	107,3	51,7	8,9	6,2	33,1	20,0	66,4	13,6
Alentejo	543 442	265 836	20,2	54,5	15,7	14,0	15,8	17,5	63,2	19,3
Alentejo Litoral	98 519	49 080	18,7	58,5	17,6	23,9	-	18,4	64,9	16,8
Alcácer do Sal	14 512	7 063	9,8	59,3	40,7	-	-	18,1	65,0	16,9
Grândola	13 767	6 760	17,1	62,8	-	37,2	-	16,9	64,2	19,0
Odemira	26 418	13 578	15,4	91,7	8,3	-	-	16,6	63,6	19,8
Santiago do Cacém	31 475	15 512	29,7	41,7	29,5	28,8	-	19,7	65,3	15,0
Sines	12 347	6 167	62,0	24,5	-	75,5	-	20,6	67,1	12,3
Alto Alentejo	128 687	62 392	21,7	57,7	14,6	5,5	22,2	16,8	61,9	21,4
Alter do Chão	4 441	2 119	12,3	41,0	59,0	-	-	14,1	58,0	27,9
Arronches	3 677	1 827	11,7	100,0	-	-	-	13,9	59,3	26,7
Avis	5 686	2 757	9,4	100,0	-	-	-	16,0	59,9	24,0
Campo Maior	8 535	4 185	34,6	16,5	-	83,5	-	19,5	62,8	17,6
Castelo de Vide	4 145	1 970	15,6	35,7	64,3	-	-	14,1	56,3	29,6
Crato	5 064	2 433	13,1	100,0	-	-	-	13,3	58,4	28,4
Elvas	24 474	12 015	38,8	46,1	-	-	53,9	19,2	64,4	16,5
Fronteira	4 122	1 969	16,8	44,2	55,8	-	-	16,8	60,9	22,3
Marvão	4 419	2 136	28,5	100,0	-	-	-	13,3	59,3	27,4
Monforte	3 759	1 711	9,0	100,0	-	-	-	15,6	60,3	24,1
Mora	6 588	3 227	14,8	61,5	38,5	-	-	17,4	59,5	23,2
Nisa	9 864	4 721	17,2	61,9	38,1	-	-	11,8	56,0	32,2
Ponte de Sôr	17 802	8 596	21,2	72,4	27,6	-	-	17,6	62,9	19,5
Portalegre	26 111	12 726	58,5	41,1	-	-	58,9	17,6	65,1	17,3
Alentejo Central	173 216	83 974	24,0	48,4	11,1	18,6	21,9	17,5	64,1	18,4
Alandroal	7 347	3 611	13,5	100,0	-	-	-	15,7	62,6	21,7
Arraiolos	8 207	3 992	12,0	71,7	28,3	-	-	16,3	61,8	21,9
Borba	8 254	4 095	56,9	50,3	49,7	-	-	16,8	65,7	17,5
Estremoz	15 461	7 411	30,1	56,4	-	43,6	-	15,1	64,1	20,8
Évora	53 754	25 694	41,1	29,4	-	-	70,6	19,1	65,6	15,3
Montemor-o-Novo	18 632	9 191	15,1	64,2	-	35,8	-	16,9	63,2	19,9
Mourão	3 273	1 623	11,7	100,0	-	-	-	19,8	59,2	21,0
Portel	7 525	3 667	12,5	64,3	35,7	-	-	17,6	62,2	20,3
Redondo	7 948	3 868	21,5	54,4	45,6	-	-	17,5	61,6	20,9
Reguengos de Monsaraz	11 401	5 536	24,7	54,3	-	45,7	-	17,6	63,0	19,4
Sousel	6 150	2 916	22,0	67,3	32,7	-	-	15,0	62,1	22,9
Vendas Novas	10 476	5 130	47,0	19,0	-	81,0	-	15,9	68,1	15,9
Viana do Alentejo	5 720	2 800	14,5	21,3	78,7	-	-	17,2	60,8	22,0
Vila Viçosa	9 068	4 440	46,5	44,3	-	55,7	-	18,9	64,8	16,2
Baixo Alentejo	143 020	70 390	16,8	56,4	20,8	9,4	13,4	17,6	62,1	20,3
Aljustrel	11 990	5 956	26,3	56,6	-	43,4	-	17,9	63,1	19,0
Almodôvar	8 999	4 603	11,6	70,7	29,3	-	-	17,8	62,0	20,2
Alvito	2 650	1 302	10,2	100,0	-	-	-	16,8	58,3	25,0
Barrancos	2 052	998	12,2	100,0	-	-	-	15,7	64,2	20,1
Beja	35 827	17 228	31,4	46,4	-	-	53,6	18,5	64,3	17,3
Castro Verde	7 762	3 865	13,7	55,9	44,1	-	-	17,6	61,5	20,9
Cuba	5 494	2 701	32,1	39,5	60,5	-	-	17,0	60,5	22,5
Ferreira do Alentejo	10 075	4 982	15,5	62,5	37,5	-	-	18,3	62,3	19,5
Mértola	9 805	4 878	7,7	100,0	-	-	-	15,3	57,9	26,8
Moura	17 549	8 556	18,3	35,0	17,9	47,2	-	18,9	60,7	20,4
Ourique	6 597	3 364	10,0	100,0	-	-	-	14,6	61,0	24,4
Serpa	17 915	8 839	16,2	40,3	59,7	-	-	16,8	62,8	20,4
Vidigueira	6 305	3 118	20,1	56,8	43,2	-	-	16,9	60,9	22,2

(continua)

Indicadores Demográficos por Nuts I, II, III e Concelhos (continuação)

Nuts I II III Concelhos	Crescimento demográfico			Taxas brutas				Índices anuais médios		
	efectivo	natural	migratório	natalidade		mortalidade		fixação	atração	repulsão
				1988/89	1994/95	1988/89	1994/95			
		1981/91							1985/91	
	%					%			%	
Portugal	0,3	3,6	-3,3	12,1	10,9	9,8	10,3	16,5	1,0	1,0
Alentejo	-6,0	-1,4	-4,7	9,9	8,2	12,6	13,8	17,0	0,8	1,1
Alentejo Litoral	-4,5	-0,3	-4,1	9,4	7,8	11,9	12,9	16,9	0,9	1,2
Alcácer do Sal	-11,4	-0,4	-10,9	10,0	8,7	12,9	13,4	17,5	0,4	1,0
Grândola	-14,2	-2,4	-11,8	9,1	8,5	13,6	16,1	17,1	0,8	1,2
Odemira	-10,3	-2,4	-8,0	4,7	7,3	13,2	14,3	17,3	0,6	1,0
Santiago do Cacém	7,8	1,0	6,9	8,8	6,9	10,5	11,7	16,5	1,3	1,2
Sines	2,3	4,3	-2,0	11,7	9,5	9,5	11,6	16,1	1,5	1,5
Alto Alentejo	-5,3	-2,3	-3,0	9,9	8,3	13,7	14,8	17,1	0,8	1,0
Alter do Chão	-10,5	-6,3	-4,2	8,2	7,7	15,3	16,5	17,0	1,1	1,2
Arronches	-14,6	-6,2	-8,4	7,1	6,6	15,6	19,4	17,2	0,9	1,0
Avis	-3,5	-3,7	0,3	9,4	7,7	15,8	16,2	16,7	1,1	0,9
Campo Maior	-0,2	0,5	-0,7	10,1	8,9	12,6	11,8	17,1	0,6	0,6
Castelo de Vide	-1,0	-8,8	7,8	8,8	8,8	20,2	19,1	16,4	1,5	0,8
Crato	-10,2	-7,2	-3,1	6,9	5,1	16,4	22,2	17,2	1,0	0,9
Elvas	-2,0	1,5	-3,5	12,7	10,4	12,4	12,4	17,0	0,6	0,8
Fronteira	-7,4	-4,0	-3,4	8,4	6,9	12,0	16,7	16,9	1,1	1,3
Marvão	-18,4	-5,8	-12,7	7,0	6,4	16,7	17,5	17,6	0,5	1,6
Monforte	-12,2	-7,3	-4,9	8,0	8,8	17,9	20,5	17,0	1,0	1,3
Mora	-6,6	-3,0	-3,6	8,9	4,6	14,1	15,7	17,3	0,7	1,0
Nisa	-8,1	-9,2	1,1	6,3	5,3	16,1	18,7	17,1	0,9	1,1
Ponte de Sôr	-1,5	-0,5	-1,0	11,3	9,0	13,1	13,2	17,0	0,8	0,9
Portalegre	-4,4	0,5	-4,9	10,5	8,7	11,2	12,6	17,3	0,6	1,0
Alentejo Central	-4,0	-0,7	-3,3	10,0	8,6	11,6	12,2	17,0	0,9	1,0
Alandroal	-9,6	-1,7	-7,9	9,5	6,9	11,6	15,8	17,3	0,6	1,3
Arraiolos	-7,6	-2,2	-5,4	8,6	7,7	11,8	11,9	17,0	0,9	1,0
Borba	-6,3	0,6	-7,0	10,0	8,4	12,5	11,5	17,4	0,6	0,9
Estremoz	-14,5	-3,6	-10,9	9,6	8,6	13,4	14,1	17,3	0,7	1,1
Évora	4,2	2,2	2,1	10,9	9,5	9,4	9,8	16,8	1,0	0,8
Montemor-o-Novo	-7,8	-1,1	-6,7	9,1	6,9	12,1	12,9	17,1	0,7	0,9
Mourão	-6,1	-2,2	-3,9	12,3	12,0	13,9	14,8	16,4	1,1	1,5
Portel	-9,4	-2,3	-7,1	8,8	8,6	13,1	13,5	17,2	0,6	1,0
Redondo	-5,9	-2,7	-3,2	8,8	8,5	12,1	13,0	17,3	0,6	0,9
Reguengos de Monsaraz	-2,1	-2,2	0,1	11,7	7,1	12,4	11,4	17,0	0,9	0,8
Sousel	-15,3	-4,9	-10,4	8,5	8,0	16,0	19,8	17,3	0,8	1,2
Vendas Novas	-4,2	-1,6	-2,5	8,1	8,3	11,3	12,6	16,9	1,1	1,1
Viana do Alentejo	-7,6	-0,7	-6,9	11,8	8,5	13,9	13,9	17,0	0,8	1,2
Vila Viçosa	6,1	0,9	5,2	9,8	8,6	11,7	10,2	16,7	1,1	0,8
Baixo Alentejo	-10,0	-2,0	-8,0	10,1	8,0	13,3	15,3	17,0	0,8	1,3
Aljustrel	-6,8	-1,7	-5,1	9,6	7,0	12,9	13,8	16,9	0,9	1,0
Almodôvar	-15,4	-2,6	-12,8	11,4	5,3	13,2	14,4	16,9	0,9	0,8
Alvito	-10,7	-3,1	-7,6	9,8	6,4	9,8	29,4	17,1	0,8	1,4
Barrancos	-4,9	-2,4	-2,4	16,4	6,2	14,5	11,8	16,9	0,9	0,9
Beja	-6,3	0,4	-6,8	9,5	9,0	11,2	13,9	16,9	1,0	1,8
Castro Verde	3,9	-4,1	7,9	8,1	7,6	13,6	14,1	16,1	1,5	0,7
Cuba	-4,3	-2,8	-1,5	11,9	8,0	14,2	16,3	16,7	1,1	1,2
Ferreira do Alentejo	-10,4	-0,1	-10,3	10,8	7,2	10,4	13,9	17,1	0,8	1,2
Mértola	-16,1	-6,7	-9,4	8,9	6,1	16,8	16,8	17,2	0,7	1,2
Moura	-11,2	-1,1	-10,2	11,9	9,7	13,9	15,6	17,1	0,6	1,1
Ourique	-17,2	-5,3	-11,9	7,3	7,6	16,5	18,7	17,3	0,8	1,2
Serpa	-13,8	-2,9	-10,9	9,4	8,6	15,1	16,5	17,2	0,7	1,0
Vidigueira	-14,9	-3,4	-11,4	11,6	8,9	13,7	15,5	17,0	0,8	1,3

CONCEITOS & NOTAS EXPLICATIVAS

Atracção Demográfica

No caso de valores absolutos, trata-se da população que, num determinado período, passou a residir num(a) concelho (nuts) vinda de outro(a) concelho (nuts). O índice anual médio de atracção demográfica relaciona a população que mudou de residência, ponderada pelo número de anos e meses do período considerado, com a população residente no fim desse período.

Crescimento Efectivo

Diferença de população residente num determinado período, no caso de valores absolutos, e relação entre essa diferença e a população residente no princípio daquele período, no caso de valores percentuais.

Crescimento Migratório

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, num determinado período, no caso de valores absolutos, e relação entre essa diferença e a população residente no princípio daquele período, no caso de valores percentuais.

Crescimento Natural

Diferença entre o número de nados-vivos e de óbitos, num determinado período, no caso de valores absolutos, e relação entre essa diferença e a população residente no princípio daquele período, no caso de valores percentuais.

Densidade Populacional

Relação entre a população residente e a área (habitantes por km²).

Emigrante

Indivíduo a quem é concedido o passaporte de emigrante. Na presente publicação consideram-se apenas os emigrantes permanentes, isto é, os emigrantes que manifestam a intenção de ir residir no estrangeiro por um período igual ou superior a um ano.

Fixação Demográfica

No caso de valores absolutos, trata-se da população residente num(a) concelho (nuts) que não mudou de

residência num determinado período. O índice de fixação demográfica relaciona a população que não mudou de residência, ponderada pelo número de anos e meses do período considerado, com a população residente no fim desse período.

Imigrante

Estrangeiro com residência legalizada, isto é, estrangeiro a quem tenha sido concedida autorização para residir em Portugal.

Índice de Dependência de Idosos

Relação entre a população idosa (com 65 e mais anos) e a população em idade activa (com 15-64 anos).

Índice de Dependência de Jovens

Relação entre a população jovem (com menos de 15 anos) e a população em idade activa (com 15-64 anos).

Índice de Dependência Total

Relação entre a população jovem (com menos de 15 anos) e idosa (com 65 e mais anos) e a população em idade activa (com 15-64 anos). Resulta do somatório dos índices de dependência de jovens e de idosos.

Índice de Envelhecimento

Relação entre a população idosa (com 65 e mais anos) e a população jovem (com menos de 15 anos).

Nado-Vivo

Produto da fecundação que após a expulsão ou extracção completa do corpo materno, e independentemente da duração da gravidez, respira ou manifesta quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito à acção da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado ou não e quer a placenta seja ou não retida.

Óbito

Desaparecimento permanente de qualquer sinal de vida em qualquer momento, após o nascimento com vida.

Demografia

Relação de Masculinidade

Relação entre a população residente do sexo masculino e do sexo feminino. Na presente publicação considera-se a relação total e por grupos de idades.

Repulsão Demográfica

No caso de valores absolutos, trata-se da população que, num determinado período, deixou de residir num(a) concelho (nuts) transferindo-se para outro(a) concelho (nuts). O índice de repulsão demográfica relaciona a população que mudou de residência, ponderada pelo número de anos e meses do período considerado, com a população residente no fim desse período.

Taxa Bruta de Emigração

Relação entre o número de emigrantes e a população residente estimada para o meio do período.

Taxa Bruta de Imigração

Relação entre o número de imigrantes e a população residente estimada para o meio do período.

Taxa Bruta de Mortalidade

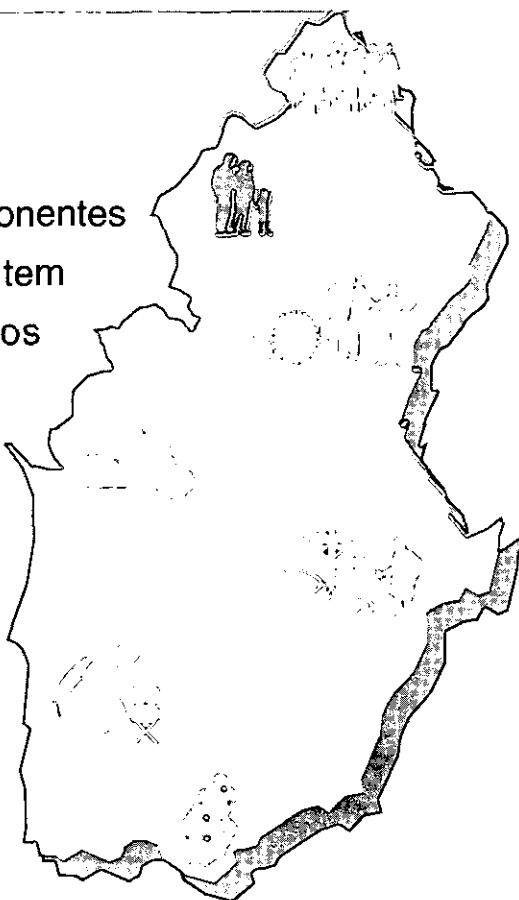
Relação entre o número de óbitos e a população residente estimada para o meio do período.

Taxa Bruta de Natalidade

Relação entre o número de nados-vivos e a população residente estimada para o meio do período.

II - Agregados Familiares

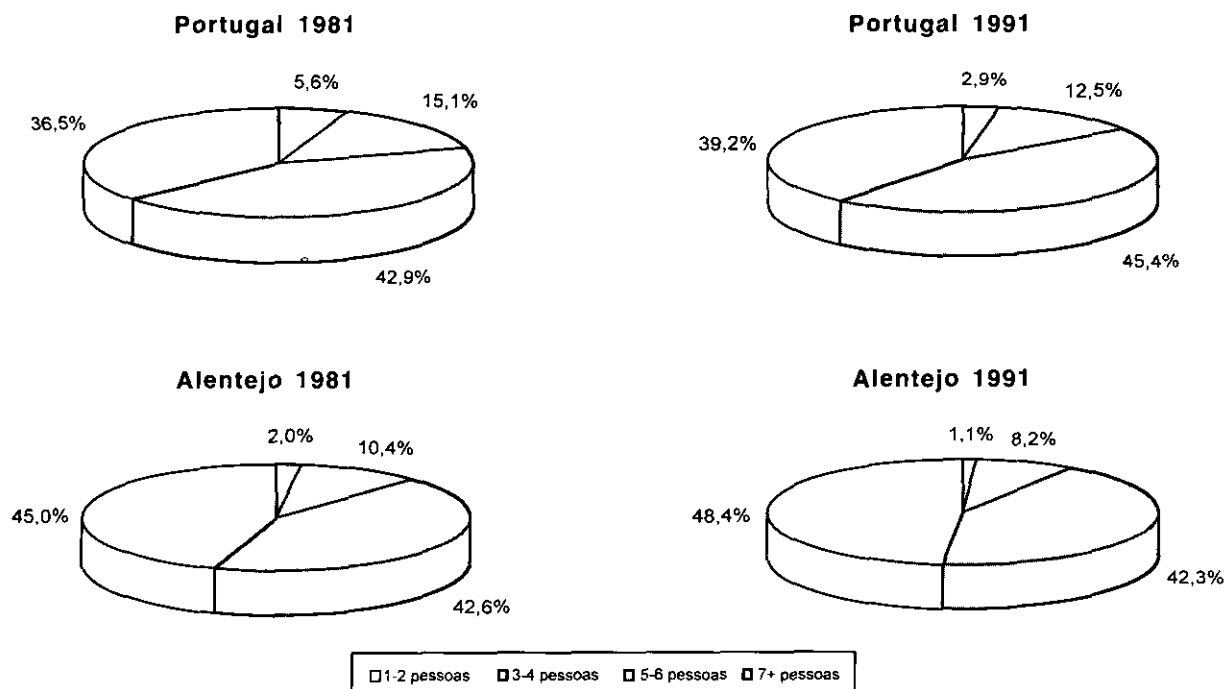
Neste capítulo analisam-se algumas das componentes socio-demográficas em que a instituição familiar tem revelado transformações mais significativas nos últimos anos, nomeadamente no que se refere à diminuição da fecundidade e à nuclearização das famílias. As principais variáveis tratadas relacionam-se com a dimensão das famílias, estado civil, nupcialidade e divorcialidade, fecundidade geral, maternidade fora do casamento e casamento católico.



A dimensão das famílias, entre 1981 e 1991, na região Alentejo, acompanhou a tendência global ocorrida a nível nacional, traduzida, basicamente, na diminuição da representatividade relativa das famílias de maior dimensão e consequente aumento da proporção das famílias de menor dimensão. A nuclearização familiar foi particu-

larmente visível se atendermos ao conjunto das famílias com menos de 5 pessoas, cuja representatividade aumentou, entre 1981 e 1991, cerca de 6,7% no país e 3,5% na região, enquanto a proporção das famílias com 5 e mais pessoas diminuiu cerca de 1/4 em ambos os contextos.

Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão



Não obstante esta tendência geral, comum ao país e à região, a leitura comparada dos valores nacionais e regionais permite constatar um maior aumento das famílias unipessoais e uma maior diminuição das famílias mais extensas residentes no Alentejo. De entre estas últimas só as do escalão mais alto (famílias com 8 e mais pessoas) denotaram uma menor

diminuição na região, embora a expressão numérica deste escalão seja reduzida. Por sua vez, o grande aumento relativo das famílias de uma só pessoa na região foi acompanhado de um pequeno acréscimo das famílias com 2 pessoas e de uma diminuição da representatividade das famílias com 3 pessoas.

Famílias Clássicas segundo a sua Dimensão (nº de pessoas)

Nuts I, II e III	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10+
Nº 1981											
Portugal	2 924 443	379 245	686 958	668 927	584 945	293 268	147 775	74 485	40 047	22 407	26 386
Alentejo	196 712	28 717	59 706	47 290	36 586	14 694	5 812	2 203	918	443	343
Alentejo Litoral	35 190	5 053	10 041	9 237	6 797	2 534	984	320	124	61	39
Alto Alentejo	47 490	7 480	15 577	10 782	8 209	3 265	1 294	494	197	106	86
Alentejo Central	62 060	8 875	19 189	15 508	11 496	4 306	1 597	581	275	129	104
Baixo Alentejo	51 972	7 309	14 899	11 763	10 084	4 589	1 937	808	322	147	114
Nº 1991											
Portugal	3 145 734	435 534	797 275	747 724	681 735	275 974	115 924	48 129	22 007	10 489	10 943
Alentejo	193 474	32 669	60 884	44 428	37 425	11 916	3 941	1 300	550	197	164
Alentejo Litoral	35 210	5 855	10 674	8 647	7 050	2 032	617	212	66	29	28
Alto Alentejo	46 960	8 465	15 738	10 234	8 550	2 648	817	273	151	50	34
Alentejo Central	61 665	9 969	19 534	14 514	12 080	3 698	1 210	389	169	54	48
Baixo Alentejo	49 639	8 380	14 938	11 033	9 745	3 538	1 297	426	164	64	54

Agregados Familiares

O efeito conjunto daquelas variações pode ser globalmente quantificado pelo número médio de indivíduos por família. Apesar dos valores nacionais e regionais serem relativamente homogêneos, constata-se que, de 1981 para 1991, a dimensão média das famílias permaneceu mais baixa na região do que no país. Naquele período, o rácio população/famílias residentes em alojamentos familiares baixou de 3,3 para 3,1 indivíduos em Portugal e de 2,9 para 2,8 indivíduos

no Alentejo. Ao nível infra-regional, as nuts III registaram valores com diferenças muito pouco significativas. Em 1991, o Alto Alentejo apresentou uma dimensão familiar média (2,7 indivíduos) ligeiramente inferior à das restantes nuts III (2,8 indivíduos), enquanto os valores concelhios oscilaram entre as 2,4 pessoas por família (em Nisa) e as 3,0 pessoas (em Serpa).

População e Famílias Residentes em Alojamentos Familiares

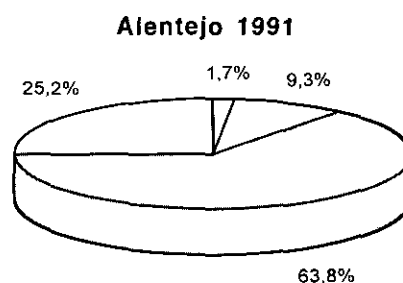
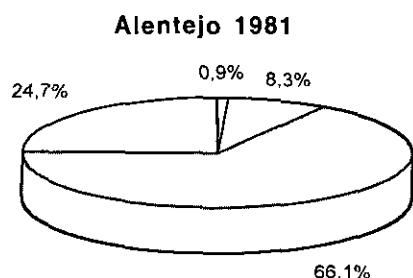
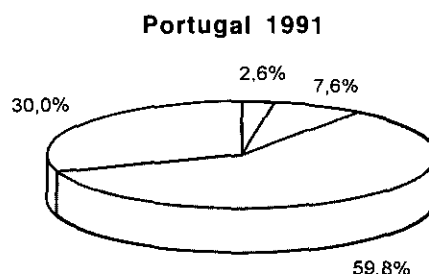
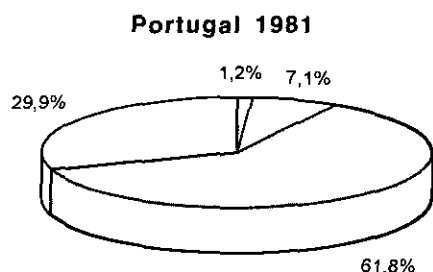
Nuts I, II e III	População residente		Famílias residentes		População / Famílias	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Portugal	9 776 027	9 796 041	2 919 001	3 141 605	3,3	3,1
Alentejo	574 622	537 383	196 525	193 296	2,9	2,8
Alentejo Litoral	102 534	97 738	35 105	35 185	2,9	2,8
Alto Alentejo	134 749	126 791	47 462	46 884	2,8	2,7
Alentejo Central	179 343	171 658	62 020	61 617	2,9	2,8
Baixo Alentejo	157 996	141 196	51 938	49 610	3,0	2,8

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

A evolução da estrutura da população residente segundo o estado civil na década de 80 reflete, em parte, a evolução da estrutura etária global. Confrontando as distribuições da população residente segundo o estado civil e as estruturas etárias do país e da região, nota-se que a menor proporção de população jovem e a maior proporção de população idosa no Alentejo corresponde uma menor representatividade de solteiros e uma maior representatividade de viúvos na região. Aliás, o

maior crescimento relativo do grupo dos viúvos na região face à média nacional é consonante com a variação ocorrida entre 1981 e 1991 nas relações de masculinidade, relativamente às quais havíamos constatado uma variação inter-censitária com mortalidade masculina nos grupos etários mais elevados, tendencialmente mais nefasta à região.

População Residente com 12 e mais Anos segundo o Estado Civil



□ Solteiro □ Casado □ Viúvo □ Div./Sep.

População Residente com 12 e mais Anos segundo o Estado Civil

Nuts I, II e III	1981					1991				
	Total	Solteiro	Casado	Viúvo	Div./Sep. Nº	Total	Solteiro	Casado	Viúvo	Div./Sep.
Portugal	7 836 504	2 344 791	4 843 525	557 552	90 636	8 380 947	2 515 886	5 011 977	635 818	217 266
Alentejo	484 051	119 537	319 953	40 152	4 409	471 976	118 773	301 093	44 082	8 028
Alentejo Litoral	85 646	20 605	58 346	6 009	686	85 035	21 510	54 836	6 918	1 771
Alto Alentejo	115 655	27 408	76 256	10 159	1 832	112 312	27 343	71 879	11 236	1 854
Alentejo Centr	150 413	36 396	100 571	12 323	1 123	150 556	37 615	96 984	13 516	2 441
Baixo Alentejo	132 337	35 128	84 780	11 661	768	124 073	32 305	77 394	12 412	1 962

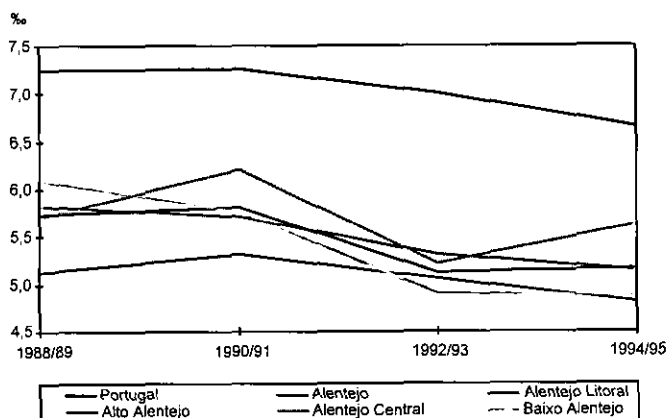
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Independentemente das relações entre o estado civil e a estrutura etária dos residentes no país e na região, a distribuição da população segundo aquela primeira variável, e, em particular, as variações relativas do grupo dos casados (decrecente) e do grupo dos divorciados/separados (crescente), denotam que a instituição familiar tem adquirido contornos novos na formação paulatina de modelos não cingidos a meros efeitos de estrutura etária. Conhecida a tendência global (nacional e regional) da proporção da população jovem, um aumento relativo de solteiros e uma diminuição relativa de casados pressupõem um decréscimo dos casamentos celebrados (e/ou um adiamento da idade no primeiro casamento). Por outro lado, o aumento relativo dos divorciados/separados sugere uma maior instabilidade e uma diminuição da duração média do casamento. Na conjugação destas variações com a tendência regressiva da dimensão média das famílias, importa atender à evolução

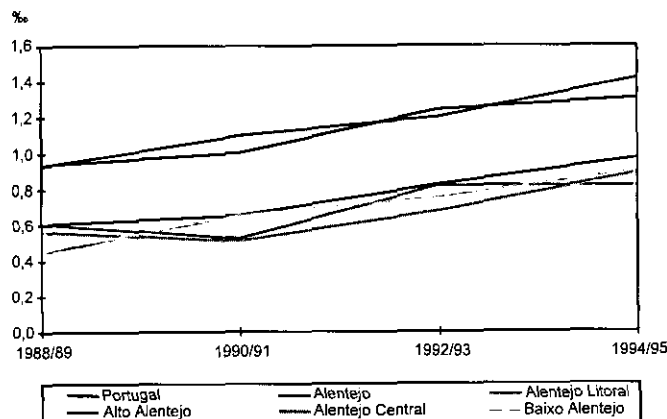
de variáveis como a nupcialidade e a divorcialidade, para analisarmos, posteriormente, a fecundidade.

Face à evolução decrescente da nupcialidade e à evolução crescente da divorcialidade ocorridas nos últimos anos a nível nacional, o Alentejo denota variações de sentido idêntico, mas mais acentuadas. De 1988/89 para 1994/95, a taxa bruta de nupcialidade em Portugal diminuiu cerca de 8,3%, enquanto no Alentejo baixou aproximadamente 9,8%; por seu lado, a taxa bruta de divorcialidade, em igual período, subiu cerca de 39,3% a nível nacional, quando na região o aumento foi de 60,5%. O rácio casamentos/divórcios, que, em 1988/89, era de 9,4 na região e de 7,7 no país, passou, em 1994/95, para 5,3 e 5,1, respectivamente. Pode concluir-se, pois, que, na região, mais do que no país, o número de casamentos é progressivamente menor e o de divórcios cada vez maior na demografia das famílias.

Taxa Bruta de Nupcialidade



Taxa Bruta de Divórcio



Ao nível das nuts III, a tendência inversa da nupcialidade e da divorcialidade foi particularmente sentida no Baixo Alentejo. Entre 1988/89 e 1994/95, esta nuts III conjugou a maior diminuição da taxa bruta de nupcialidade com o maior

aumento da taxa bruta de divorcialidade, a ponto de, num período de seis anos, o rácio casamentos/divórcios ter descido cerca de 2,5 vezes (de 13,7 em 1988/89 para 5,4 em 1994/95). Apesar disso, aquele rácio era ainda mais baixo

Agregados Familiares

no Alentejo Litoral, com valores inferiores às médias nacional e regional em todos os anos considerados (3,4 em 1994/95). Nesta data, os valores mais altos foram os do Alentejo Central e do Alto Alentejo, ascendendo a 6,3 e 6,2 casamentos por divórcio, respectivamente. Entre os concelhos, Sines, com

taxas de divorcialidade tradicionalmente elevadas, registou, em 1994/95, um número de divórcios praticamente equiparado ao de casamentos, ao passo que Redondo, Borba e Monforte evidenciaram-se com os rácios concelhios casamentos/divórcios mais altos da região.

Casamentos Celebrados

Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	71 098	73 195	71 654	71 808	69 887	68 176	66 003	65 776
Alentejo	2 989	3 414	3 164	3 175	2 753	2 761	2 738	2 727
Alentejo Litoral	526	509	506	544	514	474	460	464
Alto Alentejo	693	840	725	749	706	646	662	623
Alentejo Central	869	1 145	1 040	1 117	816	979	934	981
Baixo Alentejo	901	920	893	765	717	662	682	659

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

Divórcios

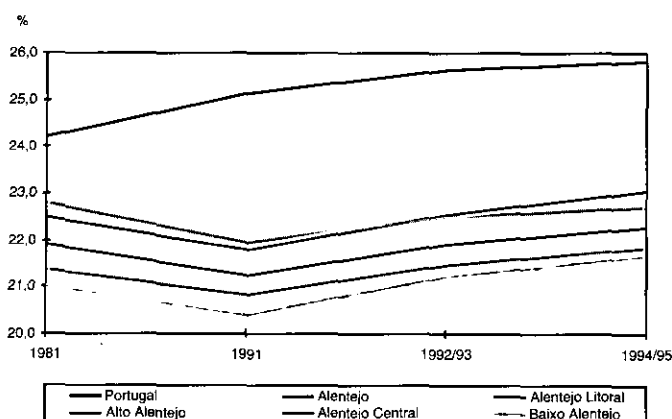
Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	9 022	9 657	9 216	10 619	12 429	12 093	13 582	12 322
Alentejo	334	344	374	347	438	452	488	542
Alentejo Litoral	75	113	126	91	105	129	128	144
Alto Alentejo	87	72	57	79	91	119	113	93
Alentejo Central	110	88	92	86	128	105	137	165
Baixo Alentejo	62	71	99	91	114	99	110	140

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

Se a diminuição da nupcialidade e o aumento da divorcialidade podem constituir um indício, numa primeira análise, sobre a tendência do potencial reprodutor da população nacional e regional, justificando, em parte, o respectivo decréscimo acentuado da natalidade nos últimos anos, essa não é, no entanto, a via mais aconselhada para se avaliar aquele potencial. Isto porque, como é lógico, nem

a maternidade se confina ao casamento (o que acontece, como veremos, cada vez menos), nem a divorcialidade ocorre somente nas mulheres em período fértil. Daí que o potencial reprodutor deva ser aferido da proporção da população feminina em período fértil (englobando, estatisticamente, as mulheres com idade compreendida entre os 15 e os 49 anos completos) no conjunto da população residente.

População Residente Feminina com 15-49 anos



A proporção de mulheres em período fértil na região tem-se mantido abaixo da proporção média nacional. Apesar disso, e não obstante o ligeiro declínio ocorrido na década de 80, os valores regionais têm acompanhado a evolução de longo prazo, ligeiramente crescente, da globalidade das regiões portuguesas. De 1981 para 1994/95, a proporção de mulheres com 15-49 anos no total da população residente passou de 24,2 para 25,8% em Portugal e de 21,9 para 22,3% no Alentejo. Entre as nuts III da

região, o Alentejo Central e o Alentejo Litoral têm assumido os valores mais elevados, mas as diferenças infra-regionais são pouco significativas. Importa realçar, uma vez que o potencial reprodutor, tanto na região como no país, não está em regressão, o facto de os declíneos natalistas, anteriormente analisados, não poderem ser associados, pelo menos em exclusivo, ao processo de envelhecimento demográfico.

População Residente Feminina com 15-49 anos

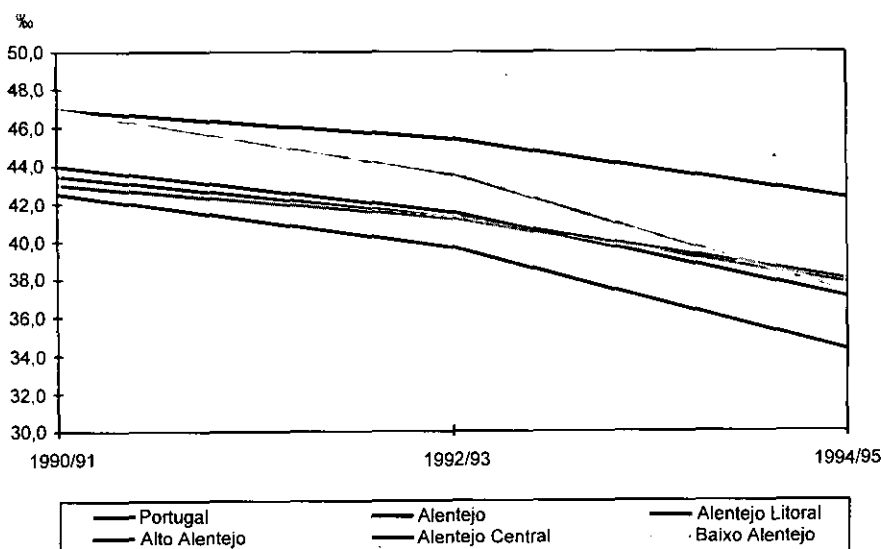
Nuts I, II e III	1981		1991		1992		1993		1994		1995	
	HM	M 15-49	HM	M 15-49	HM	M 15-49	HM	M 15-49	HM	M 15-49	HM	M 15-49
N.º												
Portugal	9 833 014	2 379 885	9 862 540	2 479 494	9 859 630	2 519 830	9 887 560	2 543 340	9 912 140	2 557 830	9 920 760	2 564 190
Alentejo	578 430	126 791	543 442	115 446	537 020	117 210	532 990	117 370	528 720	117 250	524 010	117 470
Alentejo Litoral	103 141	23 194	98 519	21 470	97 580	21 850	96 890	21 970	96 070	21 990	95 200	22 080
Alto Alentejo	135 852	29 032	128 687	26 797	127 110	27 160	125 970	27 150	124 800	27 130	123 560	27 150
Alentejo Central	180 480	41 127	173 216	38 025	171 870	38 550	171 060	38 600	170 270	38 490	169 330	38 580
Baixo Alentejo	158 957	33 438	143 020	29 154	140 460	29 650	139 070	29 650	137 580	29 640	135 920	29 660

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 e Estimativas de População Residente, 1992 a 1995.
Nota: Os valores de 1992 a 1995 são estimativas para o fim do ano.

A análise da evolução recente das taxas de fecundidade geral, que ao relacionarem os nascimentos vivos com a população feminina em período fértil minimizam os efeitos das estruturas etárias sobre a reprodução, confirma o que se acabou de referir. Entre 1990/91 e 1994/95, os níveis de fecundidade passaram de 44,0 para 37,1% na região, o que

equivale a uma diminuição de 15,7% e de 47,0 para 42,3% no país, o que representa um decréscimo de 9,9%. Conclui-se, portanto, que os modelos de reprodução regional e nacional, no primeiro caso mais do que no segundo, registaram alterações significativas nos últimos anos, com resultados visíveis na quebra de fecundidade.

Taxa de Fecundidade Geral



Agregados Familiares

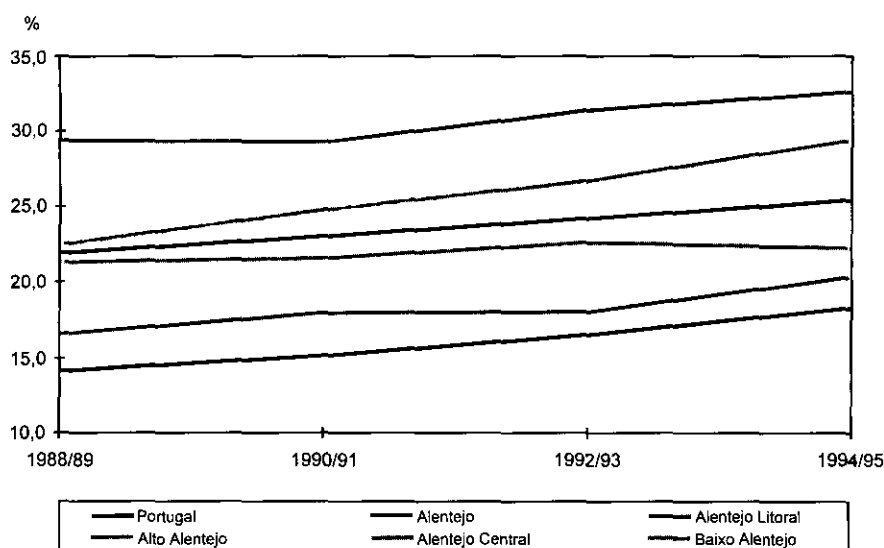
Ao nível infra-regional, a quebra da fecundidade ocorrida entre 1990/91 e 1994/95 foi particularmente acentuada no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral, descendo cerca de 21,0 e 19,4%, respectivamente. O Alentejo Central apresentou uma situação global menos desvantajosa, com a menor taxa de crescimento negativo verificada naquele período (-11,8%) e com valores concelhios de fecundidade acima de 30‰, na sua totalidade, em 1994/95. O Alto Alentejo registou, nesta data, a maior taxa de fecundidade das quatro nuts III, mas com valores concelhios bastante heterogéneos (no que, aliás, se assemelha à situação do Baixo Alentejo).

É nestas duas últimas nuts III - Alto e Baixo Alentejo - que se encontram os concelhos onde a evolução recente da fecundidade parece mais problemática, na medida em que apresentam as variações negativas mais acentuadas da primeira metade da década de 90 (servem de exemplo os concelhos de Mora, Almodôvar, Barrancos, Fronteira, Aljustrel, Ferreira do

Alentejo e Crato). Contudo, é também o Alto Alentejo que, a par do Alentejo Central, detém o monopólio das poucas variações concelhias positivas ocorridas entre 1990/91 e 1994/95 (Castelo de Vide, Alter do Chão, Monforte, Marvão e Portalegre, no primeiro caso, Sousel e Vendas Novas, no segundo).

Contrariando a tendência da fecundidade global, a maternidade fora do casamento tende a aumentar, tanto a nível nacional como a nível regional. Entre 1988/89 e 1994/95, a proporção de nados-vivos entre indivíduos não casados passou de 14,1 para 18,2% no país e de 21,9 para 25,4% na região, correspondendo a acréscimos de 29,2 e 16,0%, respectivamente. Significa isto que, tanto no país como na região, a maternidade resultante de relações intra-matrimoniais, cada vez menos fecundas, está a abrir caminho a uma maternidade de relações extra-matrimoniais, progressivamente mais frutuosas.

Nados-Vivos Fora do Casamento



Na região, esta tendência tem ocorrido, particularmente, no Baixo Alentejo, onde a proporção de nados-vivos fora do casamento aumentou aproximadamente 30,8% de 1988/89 para 1994/95. Em todo o caso, a nuts III com maior tradição neste tipo de fecundidade parece ser a do Alentejo Litoral, que, com os maiores valores em todas as datas consideradas, atingiu, em 1994/95, uma proporção de nados-vivos fora do casamento

pouco inferior a 1/3 do total dos nados-vivos. Pertencentes a estas duas nuts III, os concelhos de Ourique e Grândola apresentavam em 1994/95 os valores mais altos de maternidade fora do casamento (45,2 e 41,9%, respectivamente), caminhando rapidamente para uma equivalência dos valores de maternidade intra e extra matrimonial.

Nados-Vivos Fora do Casamento

Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	16 746	17 249	17 124	18 162	18 512	19 335	19 496	20 008
Alentejo	1 222	1 194	1 126	1 212	1 136	1 218	1 058	1 150
Alentejo Litoral	292	267	261	275	258	286	236	256
Alto Alentejo	207	223	196	221	186	219	205	214
Alentejo Central	380	371	331	375	348	371	306	342
Baixo Alentejo	343	333	338	341	344	342	311	338

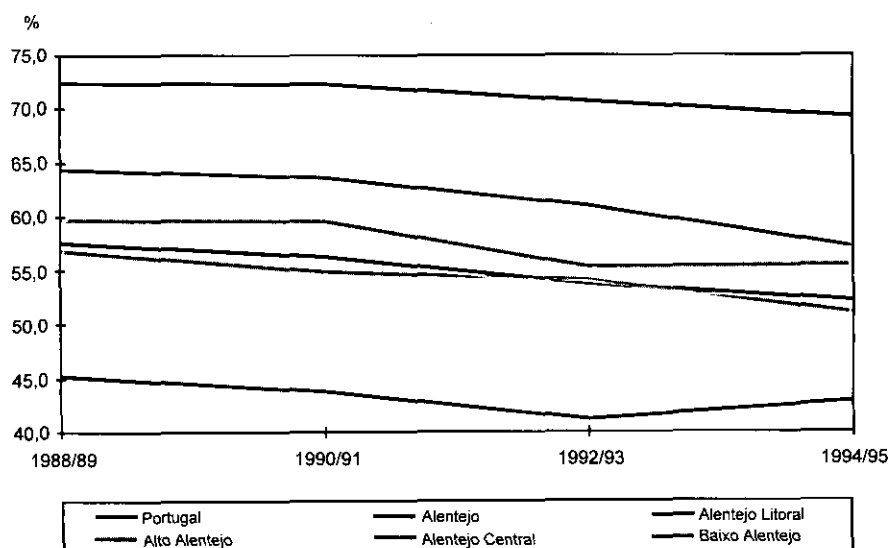
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

Menos atreitos à maternidade fora do casamento são os concelhos do Alto Alentejo e do Alentejo Central, cujos valores médios têm sido, pelo menos desde 1988/89, os mais baixos da região. Fronteira e Marvão apresentaram em 1994/95 proporções de nados-vivos fora do casamento abaixo dos 10%, enquanto Portalegre, Vendas Novas e Vila Viçosa também não se distanciaram muito, com valores inferiores a 15%.

proporção de casamentos católicos no total de casamentos celebrados. Neste domínio, a região tem apresentado valores significativamente mais baixos e com tendência regressiva mais acentuada do que a média nacional. Em 1988/89, no Alentejo, contavam-se cerca de 57,6 casamentos católicos por cada 100 casamentos celebrados; em 1994/95 esse valor cifrou-se em 52,2 casamentos. Em Portugal, as mesmas proporções ascenderam a 72,4 e a 69,2%, respectivamente.

Finalmente, merece destaque a evolução recente da

Casamentos Católicos



Casamentos Católicos

Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	51 502	52 913	51 963	51 738	49 384	48 246	46 002	45 229
Alentejo	1 714	1 975	1 789	1 781	1 435	1 532	1 454	1 401
Alentejo Litoral	245	223	241	219	196	211	220	176
Alto Alentejo	449	539	458	480	429	396	394	342
Alentejo Central	468	678	551	634	417	554	471	508
Baixo Alentejo	552	535	539	448	393	371	369	375

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

Agregados Familiares

Ao nível infra-regional, o Alentejo Litoral e o Alto Alentejo destacaram-se das restantes nts III com as mais baixas e as mais altas proporções de casamentos católicos, respectivamente. Embora de forma não linear, encontra-se alguma relação entre aquelas tendências e outras já analisadas: como vimos anteriormente, o Alentejo Litoral destacou-se, nos últimos anos, com as menores taxas de nupcialidade e de fecundidade geral e com as maiores taxas de divórcio e de nados-vivos fora do casamento, ao passo que o Alto Alentejo fez-se notar, em muitos casos, com valores opostos aos do Alentejo Litoral. Por concelhos, a proporção de casamentos católicos tem sido *particularmente baixa em Grândola e Sines*

(com oscilações entre os 24 e os 37% nos quatro períodos considerados) e mais elevada em Arronches, Nisa, Fronteira e Castelo de Vide (com valores a superarem várias vezes os 80%).

Para concluir, pode afirmar-se que a tendência global dos indicadores analisados representa algumas das mais importantes mudanças que têm ocorrido durante os últimos *anos nos tradicionais modelos familiares, nacionais e regionais*. São traços, sem dúvida, marcantes da história socio-demográfica mais ou menos recente do nosso país, algumas vezes, particularmente incidentes no caso da região Alentejo.

Indicadores sobre os Agregados Familiares por Nuts I,II e III e Concelhos

Nuts I	Famílias clássicas			Pop./ Famílias¹	Pop. residente c/ 12 + anos seg. o estado civil				Taxa	
	II total	-5 pessoas	+5 pessoas		solteira	casada	viúva	div./sep.	nupcialidade	
									1988/89	1994/95
Concelhos	Nº	%	Nº	%						
Portugal	3 145 734	84,6	15,4	3,1	30,0	59,8	7,6	2,6	7,2	6,6
Alentejo	193 474	90,7	9,3	2,8	25,2	63,8	9,3	1,7	5,7	5,2
Alentejo Litoral	35 210	91,5	8,5	2,8	25,3	64,5	8,1	2,1	5,1	4,8
Alcácer do Sal	5300	93,2	6,8	2,7	23,7	65,6	8,9	1,8	5,5	4,2
Grândola	4989	91,3	8,7	2,7	23,1	65,6	9,0	2,3	5,5	5,3
Odemira	9656	90,9	9,1	2,7	25,8	63,3	8,9	1,9	5,3	5,1
Santiago do Cacém	11 098	91,7	8,3	2,8	25,9	64,7	7,4	2,0	4,3	5,2
Sines	4 167	90,8	9,2	2,9	26,9	63,9	6,4	2,8	5,7	2,3
Alto Alentejo	46 960	91,5	8,5	2,7	24,3	64,0	10,0	1,7	5,8	5,1
Alter do Chão	1 772	93,8	6,2	2,5	21,2	66,3	11,2	1,3	4,9	4,8
Arronches	1 431	93,1	6,9	2,5	22,8	64,7	11,6	0,9	4,0	4,9
Avis	2 216	93,4	6,6	2,5	22,9	65,5	9,8	1,8	4,5	5,5
Campo Maior	2 884	87,3	12,7	2,9	26,5	61,6	9,9	2,0	4,9	6,7
Castelo de Vide	1 663	94,1	5,9	2,5	21,4	64,0	13,3	1,4	4,7	5,6
Crato	1 983	94,2	5,8	2,5	22,0	64,0	12,3	1,6	5,0	4,1
Elvas	8 282	87,5	12,5	2,9	27,3	62,0	8,7	2,0	7,8	4,9
Fronteira	1 492	90,8	9,2	2,7	25,0	62,9	10,7	1,4	5,2	3,6
Marvão	1 720	93,3	6,7	2,5	21,3	67,0	10,7	1,0	4,8	4,6
Monforte	1 362	90,5	9,5	2,6	26,8	60,2	12,1	0,9	6,0	5,5
Mora	2 410	93,4	6,6	2,7	22,7	65,8	10,2	1,2	5,4	3,8
Nisa	4 139	95,2	4,8	2,4	20,9	64,5	13,3	1,3	5,4	3,8
Ponte de Sôr	6 437	92,3	7,7	2,7	22,4	66,5	9,4	1,7	6,5	5,1
Portalegre	9 169	91,6	8,4	2,8	26,2	63,6	8,3	1,9	5,5	6,1
Alentejo Central	61 665	91,0	9,0	2,8	25,0	64,4	9,0	1,6	5,7	5,6
Alandroal	2 770	92,0	8,0	2,6	23,7	65,8	9,4	1,1	5,0	5,0
Arraiolos	3 062	90,7	9,3	2,7	24,3	64,0	10,3	1,3	4,1	4,6
Borba	2 848	90,6	9,4	2,9	25,5	65,5	8,0	1,0	6,8	5,8
Estremoz	5 802	92,8	7,2	2,6	24,4	64,5	10,0	1,2	5,9	6,0
Évora	18 493	90,2	9,8	2,9	27,1	62,6	7,9	2,4	6,0	5,9
Montemor-o-Novo	6 828	92,3	7,7	2,7	23,0	67,0	8,7	1,3	5,2	4,6
Mourão	1 115	86,2	13,8	2,9	23,2	65,1	10,7	1,0	6,7	5,5
Portel	2 653	88,8	11,2	2,8	22,7	65,8	10,6	0,9	6,0	4,7
Redondo	2 859	89,6	10,4	2,8	24,3	64,6	10,1	1,1	4,7	6,5
Reguengos de Monsaraz	4 040	91,0	9,0	2,8	23,9	64,3	10,2	1,6	6,0	4,5
Sousel	2 307	92,2	7,8	2,6	24,0	63,8	10,9	1,3	4,6	4,7
Vendas Novas	3 653	92,1	7,9	2,8	25,7	64,9	7,9	1,5	5,3	6,8
Viana do Alentejo	2 039	90,7	9,3	2,8	21,0	68,3	9,7	1,1	5,9	5,2
Vila Viçosa	3 196	91,8	8,2	2,8	26,0	63,5	8,6	1,9	6,3	7,1
Baixo Alentejo	49 639	88,8	11,2	2,8	26,0	62,4	10,0	1,6	6,1	4,9
Aljustrel	4 060	88,2	11,8	2,9	26,2	62,0	10,3	1,5	5,1	4,7
Almodôvar	3 129	86,9	13,1	2,9	28,6	60,4	9,5	1,5	6,7	5,1
Alvito	960	91,8	8,2	2,7	22,1	64,4	12,1	1,5	4,5	3,7
Barrancos	722	88,5	11,5	2,8	29,6	58,1	11,0	1,3	6,5	3,8
Beja	12 161	89,5	10,5	2,9	26,8	61,9	9,3	2,1	6,7	5,7
Castro Verde	2 749	90,1	9,9	2,8	26,6	62,4	9,6	1,4	4,8	4,1
Cuba	1 939	91,2	8,8	2,8	21,6	66,1	10,8	1,6	7,0	4,6
Ferreira do Alentejo	3 499	89,1	10,9	2,9	23,8	66,0	9,1	1,2	5,2	3,6
Mértola	3 693	89,6	10,4	2,6	26,2	60,6	11,9	1,3	4,1	4,7
Moura	5 963	86,7	13,3	2,9	26,2	62,4	9,9	1,6	6,9	4,8
Ourique	2 433	90,4	9,6	2,7	27,3	60,7	10,6	1,4	6,5	5,6
Serpa	5 984	86,1	13,9	3,0	26,4	61,7	10,4	1,4	6,4	4,9
Vidigueira	2 357	93,6	6,4	2,7	22,2	66,5	10,0	1,3	5,4	4,1

Nota: ¹ Famílias residentes em alojamentos familiares.

(continua)

Agregados Familiares

Indicadores sobre os Agregados Familiares por Nuts I,II e III e Concelhos (continuação)

Nuts I	Taxa	Pop. resid. feminina	Nados-vivos	Casamentos						
II	divórcio	fecundidade geral	15-49 anos	fora do casamento	católicos					
III	1988/89	1994/95	1990/91	1994/95	1990	1994	1988/89	1994/95	1988/89	1994/95
Concelhos	‰				%					
Portugal	0,9	1,3	47,0	42,3	25,1	25,8	14,1	18,2	72,4	69,2
Alentejo	0,6	1,0	44,0	37,1	21,2	22,2	21,9	25,4	57,6	52,2
Alentejo Litoral	0,9	1,4	42,5	34,3	21,8	22,9	29,4	32,6	45,2	42,9
Alcácer do Sal	0,6	1,0	42,1	37,3	22,2	23,3	28,7	25,8	55,6	55,7
Grândola	0,9	1,5	47,4	39,4	20,7	21,7	33,8	41,9	24,1	27,0
Odemira	0,2	0,8	44,5	36,8	19,1	19,9	60,3	33,3	56,1	51,8
Santiago do Cacém	1,4	1,8	40,1	28,4	23,0	24,4	26,1	28,1	44,0	42,8
Sines	1,7	1,9	40,9	36,5	25,2	26,0	27,7	38,1	36,6	25,0
Alto Alentejo	0,6	0,8	43,4	38,0	20,8	21,7	16,5	20,3	64,4	57,3
Alter do Chão	0,3	0,7	37,8	41,3	17,5	18,8	14,5	27,3	77,8	75,6
Arronches	0,3	0,6	49,2	37,1	17,1	17,9	21,8	17,4	93,5	61,8
Avis	0,5	0,8	40,9	38,1	19,3	20,4	25,7	37,2	55,8	57,4
Campo Maior	0,4	1,1	50,0	38,5	22,4	23,1	12,6	22,5	69,0	44,2
Castelo de Vide	1,0	0,4	42,6	47,4	17,7	18,6	11,0	19,4	71,8	71,7
Crato	0,4	0,3	39,6	26,9	18,8	18,8	11,1	16,3	55,8	65,0
Elvas	1,1	1,5	52,1	44,4	22,6	23,3	22,1	24,6	55,8	49,8
Fronteira	0,4	0,5	48,8	32,5	19,8	21,1	5,6	9,3	84,1	82,1
Marvão	0,2	0,4	33,3	34,0	18,2	18,9	17,9	9,4	58,7	42,1
Monforte	0,5	0,3	40,5	42,0	20,9	21,1	19,0	27,0	46,8	56,4
Mora	0,4	0,6	45,3	22,8	19,2	20,2	24,2	31,0	49,3	52,1
Nisa	0,0	0,8	33,8	29,5	16,1	17,8	10,3	17,3	88,0	68,6
Ponte de Sôr	0,7	0,7	47,1	39,6	21,5	22,6	13,1	19,1	66,1	60,3
Portalegre	0,7	0,7	35,7	36,4	23,3	24,0	14,1	13,5	66,0	57,9
Alentejo Central	0,6	0,9	43,0	37,9	21,9	22,6	21,3	22,2	56,9	51,1
Alandroal	0,3	0,7	40,5	34,6	19,2	19,8	21,4	25,8	51,9	50,7
Arraiolos	0,3	1,4	45,1	36,9	19,9	20,8	21,4	21,0	56,5	66,2
Borba	0,1	0,2	40,7	37,7	21,5	22,2	27,1	21,5	61,2	40,9
Estremoz	0,6	0,6	42,8	41,4	20,5	20,8	17,2	21,9	57,2	52,0
Évora	1,0	1,4	42,9	37,8	24,3	25,0	24,5	24,3	49,4	49,8
Montemor-o-Novo	0,3	0,5	38,7	33,2	20,3	20,7	14,4	18,8	60,2	47,9
Mourão	0,3	0,8	64,8	61,1	19,5	19,7	23,2	29,9	73,3	68,6
Portel	0,2	0,8	51,6	39,6	20,7	21,7	17,4	21,6	61,7	48,5
Redondo	0,5	0,3	48,5	40,7	20,4	20,9	25,9	22,0	50,0	46,0
Reguengos de Monsaraz	0,5	0,7	47,3	38,1	20,9	18,5	20,9	22,2	64,7	40,3
Sousel	0,3	0,3	36,9	41,2	19,0	19,5	27,7	30,1	76,7	61,1
Vendas Novas	0,3	0,7	32,9	33,2	24,4	25,0	16,2	14,1	56,1	57,9
Viana do Alentejo	0,3	0,4	53,5	41,2	20,1	20,7	21,4	22,3	45,7	52,6
Vila Viçosa	0,4	0,7	41,1	36,2	23,0	23,6	16,0	14,8	74,3	57,8
Baixo Alentejo	0,4	0,9	47,2	37,3	20,4	21,5	22,4	29,4	59,7	55,5
Aljustrel	0,5	0,9	45,3	30,6	21,3	22,8	24,5	32,1	44,1	46,4
Almodôvar	0,3	0,7	42,3	25,7	20,0	20,8	16,4	36,6	64,3	56,2
Alvito	0,0	1,0	35,3	31,6	19,0	20,2	43,6	32,3	68,0	55,6
Barrancos	0,0	0,3	45,3	28,6	20,9	21,5	14,7	25,0	77,8	66,7
Beja	0,9	1,4	46,2	38,2	22,5	23,7	22,4	30,9	49,8	54,6
Castro Verde	0,1	1,1	40,7	36,0	20,1	21,1	19,4	33,1	43,2	46,2
Cuba	0,4	0,5	50,5	39,4	19,6	20,3	20,3	17,6	80,8	71,4
Ferreira do Alentejo	0,3	1,7	47,4	32,1	20,8	22,5	27,6	33,6	61,8	46,4
Mértola	0,3	0,4	37,3	34,2	17,1	17,8	28,0	31,0	55,8	52,9
Moura	0,2	0,7	55,5	45,3	20,0	21,4	18,1	22,6	64,2	61,5
Ourique	0,3	0,7	44,5	39,7	17,7	19,1	29,1	45,2	61,3	49,3
Serpa	0,4	0,4	49,7	40,5	20,0	21,1	21,2	25,6	73,8	60,7
Vidigueira	0,4	0,4	54,3	47,8	18,3	18,6	24,4	25,2	67,1	63,3

CONCEITOS
&
NOTAS EXPLICATIVAS

Alojamento Familiar

Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família. Neste tipo de alojamentos, incluem-se: clássicos, barracas, casas rudimentares de madeira, improvisados, móveis e outros. Excluem-se, neste caso, os alojamentos colectivos, constituídos por convivências e hotéis, pensões e similares.

Casamento

Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida. A proporção de casamentos católicos é a relação entre o número de casamentos celebrados sob o culto católico e o número total de casamentos celebrados no ano considerado.

Divórcio

Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

Família Clássica

Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família. Excluem-se, neste caso, as famílias institucionais residentes em alojamentos colectivos.

Nado-Vivo Fora do Casamento

Nado-vivo ocorrido de uma relação extra-matrimonial.

População Feminina em Período Fértil

População residente do sexo feminino com 15-49 anos, no caso de valores absolutos, e relação entre essa população e a população residente total no ano considerado, no caso de valores percentuais.

Taxa Bruta de Divórcio

Relação entre o número de divórcios e a população residente estimada para o meio do período.

Taxa Bruta de Nupcialidade

Relação entre o número de casamentos celebrados e a população residente estimada para o meio do período.

Taxa de Fecundidade Geral

Relação entre o número de nados-vivos e a população residente feminina em período fértil estimada para o meio do período.

III - Actividade, Emprego e Desemprego

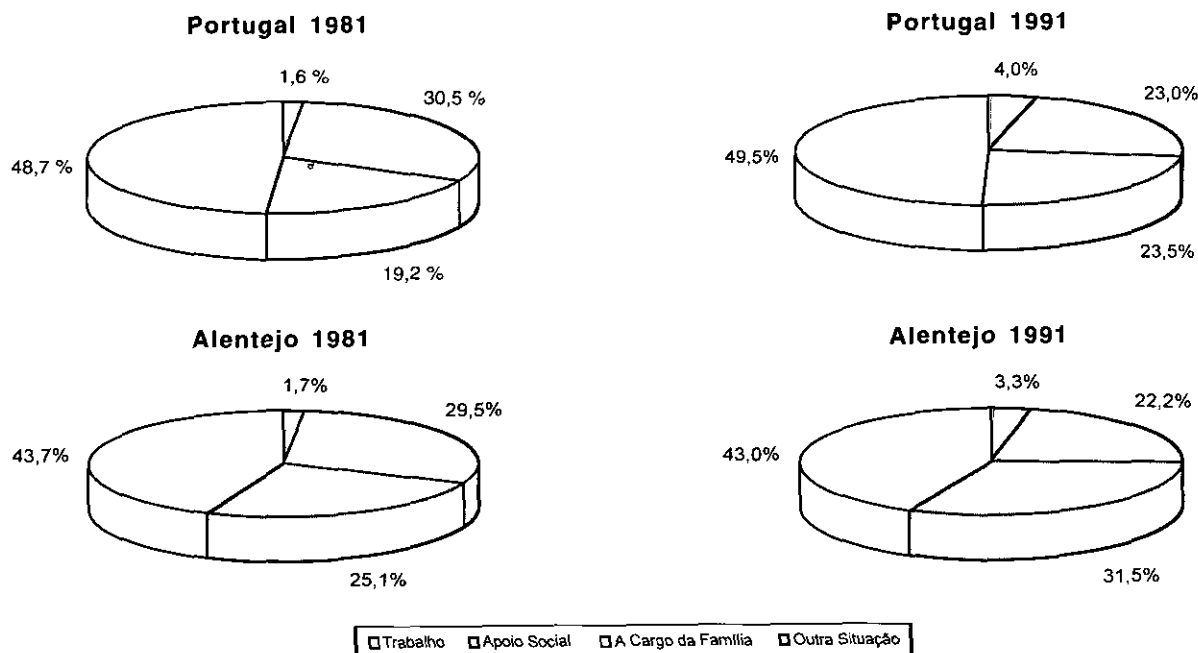
Neste capítulo elabora-se uma análise comparada da actividade económica regional e nacional, nas vertentes básicas do emprego e do desemprego. Em termos de variáveis focam-se a distribuição da população residente segundo o principal meio de vida, a população activa, empregada e desempregada por sexos e grupos etários, a população empregada por ramos de actividade económica, situação na profissão e vínculo laboral e a população desempregada segundo a procura de emprego.



A evolução inter-censitária da distribuição da população residente com 12 e mais anos segundo o principal meio de vida mostra-nos que as exigências sobre a função social do Estado são cada vez maiores. Entre 1981 e 1991, a proporção dos indivíduos residentes no país com 12 e mais anos que viviam principalmente do trabalho subiu cerca de 1,6%, enquanto a dos indivíduos que viviam essencialmente de qualquer tipo de apoio social aumentou aproximadamente 31,0%. Na região, a

proporção da função trabalho baixou cerca de 1,6%, por comparação com a do apoio social cujo acréscimo de 22,5% tornou-a representada, em 1991, por pouco menos de 1/3 da população regional com 12 e mais anos. Paralelamente, diminuíram, em ambos os contextos, as proporções de pessoas que viviam a cargo da família (-24,7% no país e na região) e de rendimentos de propriedade (-10,1% no país e -24,3% na região), sem ganhos significativos para as actividades produtivas.

População Residente com 12 e mais Anos segundo o Principal Meio de Vida



Entre as nuts III da região, o peso da função trabalho é particularmente deficitário no Baixo Alentejo, onde o valor médio (39,0%) e os valores concelhios de Mértola (28,9%) e Barrancos (31,7%) eram, em 1991, os mais baixos da região. No entanto, a variação negativa mais acentuada da função trabalho, ocorrida entre 1981 e 1991, verificou-se no Alentejo Litoral (-6,5%), onde nenhum dos seus 5 concelhos conseguiu aumentar a representatividade relativa naquela função. Em todo o caso, o Alentejo Litoral obteve em 1991 a segunda maior proporção de

pessoas que vivem do trabalho (44,7%), sendo superada, apenas, pelo Alentejo Central, cujo valor ascendeu a 46,0%. Os valores concelhios mais altos da função trabalho, em 1991, pertenceram a Évora, Vila Viçosa, Sines e Alcácer do Sal, rondando os 50% da respectiva população residente com 12 e mais anos. Destes 4 concelhos, Vila Viçosa, a par de Castro Verde, Estremoz e Ponte de Sôr, foram os que apresentaram os maiores acréscimos na proporção da actividade produtiva durante a década de 80.

População Residente com 12 e mais Anos segundo o Principal Meio de Vida

Nuts I, II e III	Total		Trabalho		Apoio social		A cargo da família		Rendimentos		Outra situação	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Portugal	7 836 504	8 376 840	3 817 778	4 144 303	1 502 235	1 967 528	2 393 979	1 927 947	51 423	49 415	71 089	287 647
Alentejo	483 051	471 976	211 004	202 848	121 241	148 572	142 467	104 832	3 439	2 542	4 900	13 182
Alentejo Litoral	85 646	85 035	40 908	37 985	16 929	23 173	26 492	20 379	663	599	654	2 899
Alto Alentejo	114 655	112 312	47 982	47 224	30 907	37 838	33 981	23 681	724	474	1 061	3 095
Alentejo Central	150 413	150 556	70 443	69 202	36 187	45 481	41 143	31 742	1 081	771	1 559	3 360
Baixo Alentejo	132 337	124 073	51 671	48 437	37 218	42 080	40 851	29 030	971	698	1 626	3 828

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

Actividade, Emprego e Desemprego

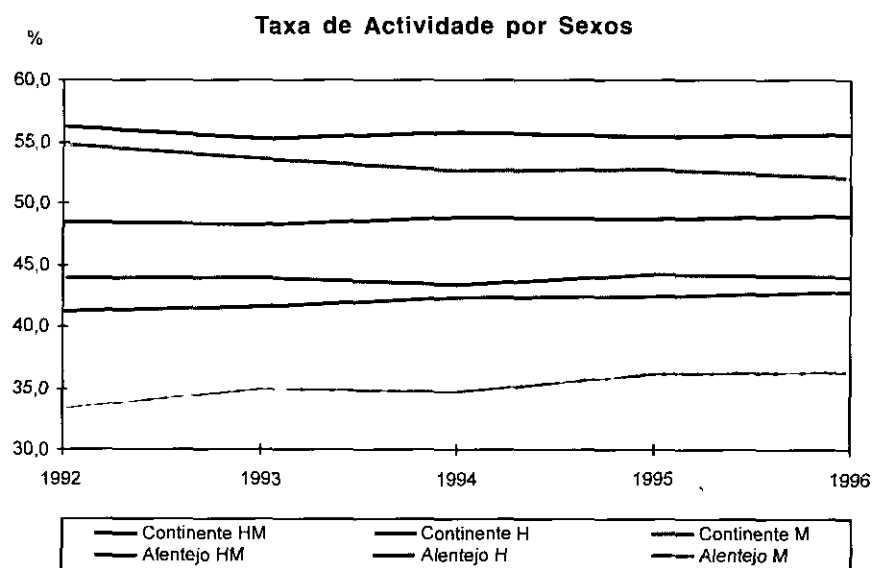
Os valores sobre a actividade económica mostram que a população activa no continente aumentou de 4527,6 mil indivíduos em 1992 para 4582,8 mil em 1996 (+1,2%), enquanto na região registou-se um decréscimo de 235,1 para 229,4 mil (-2,5%). Conjugando estes valores com os da população total, a taxa de

actividade no continente, ainda que com algumas oscilações inter-anuais, aumentou ligeiramente de 48,4% em 1992 para 48,9% em 1996, ao passo que a taxa regional manteve-se sempre mais baixa, próxima dos 44%.

População Activa por Sexos e Grupos Etários

Grupos Etários	1992			1993			1994			1995			1996		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Milhares Continente															
Total	4 528	2 515	2 013	4 504	2 480	2 024	4 564	2 503	2 061	4 551	2 491	2 059	4 583	2 505	2 078
14-24	780	419	360	720	387	333	709	382	327	668	371	297	659	371	288
25-34	1 126	586	540	1 067	556	511	1 031	537	494	1 011	524	487	1 012	525	488
35-44	1 102	598	503	1 137	598	539	1 144	594	550	1 147	594	553	1 126	575	551
45-54	841	491	350	899	515	384	950	538	413	990	551	439	985	548	437
55+	681	421	259	680	423	257	731	453	278	735	452	283	801	486	315
Alentejo															
Total	235	144	91	234	139	96	230	134	95	232	134	98	229	132	97
14-24	42	25	17	41	23	18	38	21	17	32	19	13	31	18	13
25-34	49	30	19	49	29	20	48	25	22	50	27	23	49	27	22
35-44	51	29	22	51	27	24	56	30	26	54	29	25	49	27	22
45-54	46	26	20	49	28	21	46	27	19	46	25	21	48	26	22
55+	47	34	13	44	32	12	43	31	12	50	34	16	53	35	18

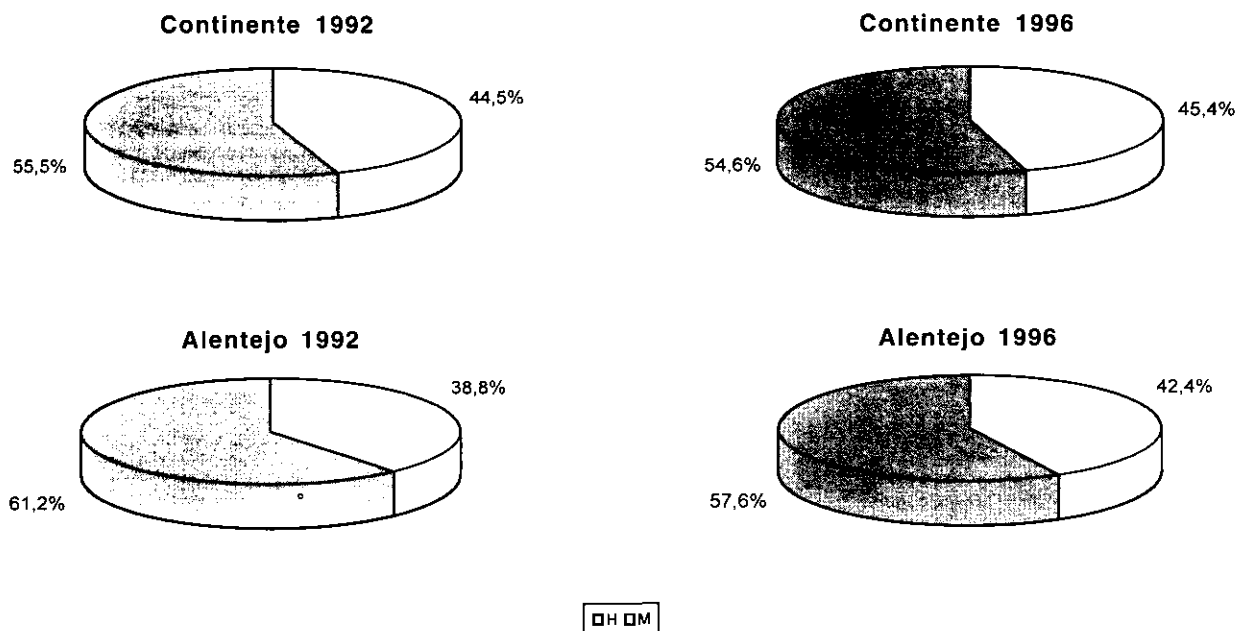
Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.
Nota: valores anuais médios.



A tradicional sub-representatividade feminina na actividade económica verifica-se no continente e na região ao longo do período 1992/96, registando-se, no entanto, uma diminuição do diferencial entre sexos, mais intensa na região. Enquanto no continente, entre 1992 e 1996, a taxa de actividade feminina aumentou cerca de 3,5% e a taxa de

actividade masculina diminuiu aproximadamente 1,3%, no Alentejo a primeira subiu cerca de 8,4% e a segunda baixou 5,1%. Mesmo assim, a taxa de actividade feminina na região, em 1996, cifrada em 36,2%, era, ainda, significativamente inferior à taxa do continente, que ascendia a 42,7%.

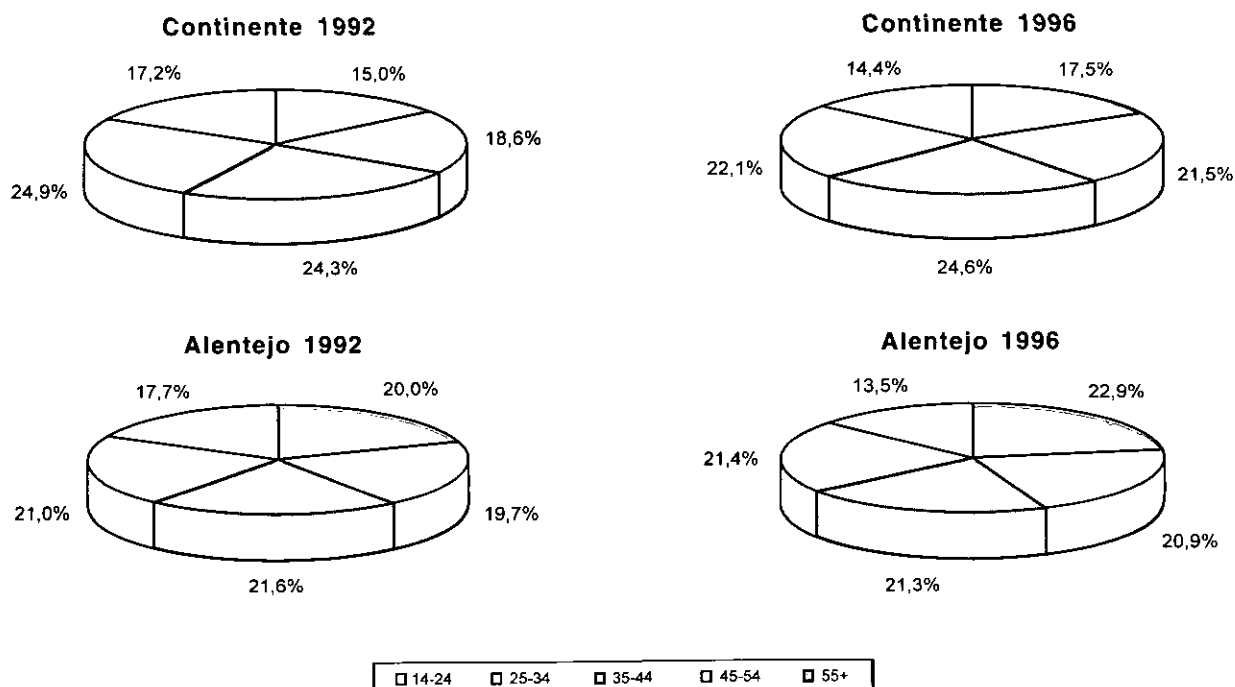
População Activa por Sexos



Por grupos etários, adquire particular relevo o envelhecimento da população activa, mais intenso na região do que no continente. Em 1992, os parciais de população activa na região eram superiores aos parciais do continente nos grupos etários dos 14-24, 45-54 e 55 e mais anos. Em 1996,

esta supremacia regional já só se verificava no grupo etário dos 55 e mais anos. Aliás, nesta última data, o grupo etário dos 55 e mais anos era já o mais representado na região, o que não acontecia nem no continente em 1996, nem na região em 1992.

População Activa por Grupos Etários



Actividade, Emprego e Desemprego

A comparação dos valores de população empregada na região e no continente reforçam a análise dos valores de população activa. Apesar de decrescente na região e no continente, o quantitativo da população empregada foi particularmente regressivo no Alentejo. Nesta região, os

217,1 mil indivíduos empregados em 1992 passaram para 203,0 mil em 1996, o que equivale a um decréscimo de 6,5%, enquanto no continente, em igual período, a população empregada baixou de 4340,7 mil para 4250,5 mil, correspondendo a uma variação negativa de 2,1%.

População Empregada por Sexos e Grupos Etários

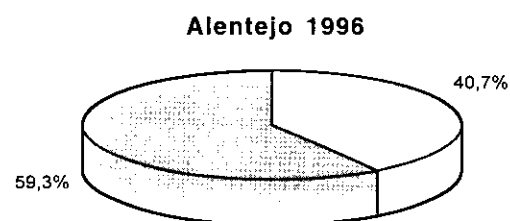
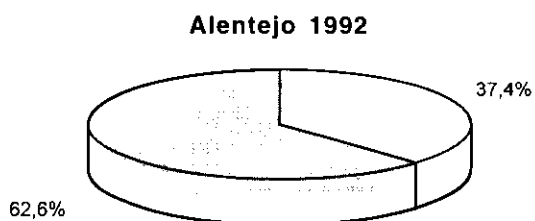
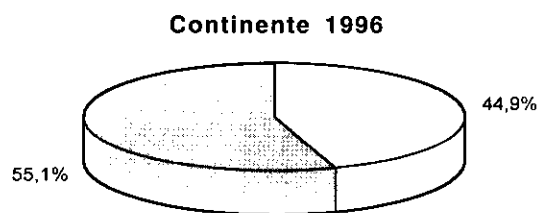
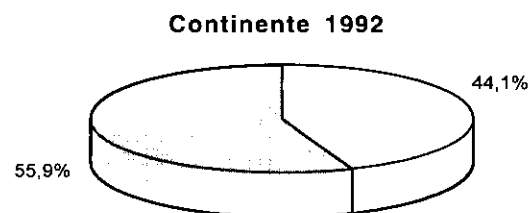
Grupos Etários	1992			1993			1994			1995			1996		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Milhares Continente															
Total	4 341	2 427	1 914	4 255	2 364	1 892	4 252	2 352	1 899	4 225	2 331	1 894	4 251	2 342	1 908
14-24	701	382	319	628	345	284	604	331	273	560	316	244	549	317	232
25-34	1 074	565	509	1 000	529	472	946	502	444	924	486	438	932	486	445
35-44	1 072	586	486	1 094	580	514	1 084	568	516	1 088	570	518	1 064	552	512
45-54	825	482	343	871	501	370	910	516	393	942	525	417	933	520	413
55+	670	413	257	662	409	252	707	434	273	712	435	277	773	467	306
Alentejo															
Total	217	136	81	212	129	83	204	123	81	205	123	82	203	120	83
14-24	35	22	13	32	19	13	28	17	11	24	15	9	23	13	10
25-34	45	28	17	45	27	18	42	23	19	44	25	19	42	24	18
35-44	48	28	21	47	26	22	51	28	23	49	28	21	44	25	19
45-54	44	26	18	46	26	19	42	25	17	41	23	18	43	25	19
55+	45	32	13	42	31	12	41	30	11	47	32	15	49	33	16

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.
Nota: valores anuais médios.

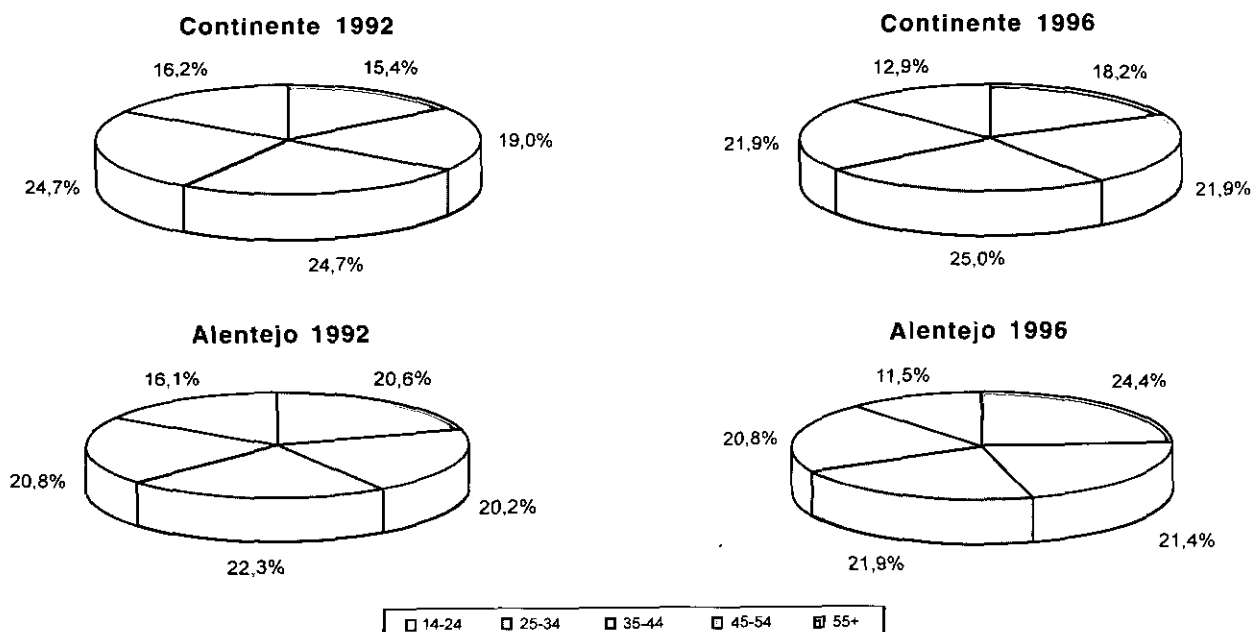
O diferencial entre sexos é também mais notório na região, com os valores relativos do sexo feminino mais baixos que os do continente em todas as datas consideradas. Esta sub-representatividade do emprego feminino foi, no entanto, progressivamente mais atenuada na região, na medida em que, entre 1992 e 1996, o aumento dos valores relativos das mulheres na região (cerca de 8,9%) foi quase 5 vezes superior

ao dos valores homólogos no continente (1,8%, aproximadamente). Por grupos etários, em igual período, o continente e a região viram decrescer significativamente a proporção dos seus empregados mais jovens, assumindo particular destaque o aumento do grupo dos indivíduos em idade activa mais avançada (55 e mais anos).

População Empregada por Sexos



População Empregada por Grupos Etários



Considerando a evolução recente da população activa e da população empregada no continente e no Alentejo, pode concluir-se que a exiguidade crescente da mão-de-obra disponível para a actividade económica é maior na região. Os seus recursos humanos são cada vez mais escassos e mais envelhecidos. Em contrapartida, a sub-representatividade feminina na actividade e no emprego regionais está a diminuir mais rapidamente do que no continente. Esta última tendência não deixará de estar relacionada com algumas alterações dos padrões socio-demográficos analisados no capítulo anterior, em particular, com as recentes quebras de fecundidade, mais acentuadas na região do que no país. Não sendo líquido o sentido de causa-efeito daquela relação, os valores apresentados sugerem o Alentejo como caso típico do que a investigação tem

concluído pela difícil conjugação entre a maternidade (ou carreira familiar) e a actividade económica (ou carreira profissional).

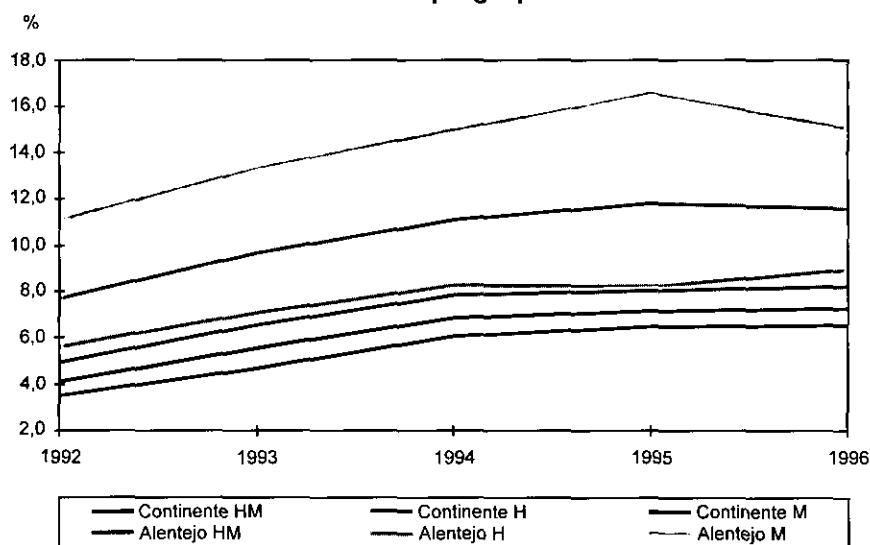
Os índices de desemprego dos últimos anos têm-se mostrado também mais nefastos para o Alentejo do que para o conjunto das regiões continentais. Pese embora o acréscimo da taxa de desemprego continental ocorrido entre 1992 e 1996 (75,7%) ter sido mais acentuado que o da taxa homóloga regional (49,7%), os valores da região mantiveram-se em todos os anos daquele período notoriamente superiores aos do continente. Em 1996, os 332,3 mil desempregados do continente representavam cerca de 7,3% do total da sua população activa, enquanto na região os 26,4 mil desempregados faziam ascender a respectiva taxa de desemprego a 11,5%.

População Desempregada por Sexos e Grupos Etários

Grupos Etários	1992			1993			1994			1995			1996		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Milhares Continente															
Total	187	88	99	248	116	132	312	151	161	325	160	165	332	162	170
14-24	78	37	41	92	42	50	104	50	54	108	55	53	110	54	56
25-34	52	21	31	67	27	40	85	35	50	87	38	49	81	38	42
35-44	30	12	18	43	18	25	59	26	33	60	24	35	62	23	39
45-54	16	9	7	28	15	14	41	21	19	48	26	22	53	28	25
55+	11	9	2	19	14	5	24	18	5	23	17	6	28	19	8
Alentejo															
Total	18	8	10	23	10	13	25	11	14	27	11	16	26	12	15
14-24	7	3	4	9	4	6	10	4	6	8	4	4	7	4	3
25-34	4	2	2	4	2	2	6	2	3	6	2	4	7	3	4
35-44	2	1	1	4	1	2	4	1	3	5	2	3	4	1	3
45-54	2	1	2	3	2	2	4	2	2	5	2	3	4	2	3
55+	2	2		2	1	1	2	1	1	3	2	1	3	2	2

Actividade, Emprego e Desemprego

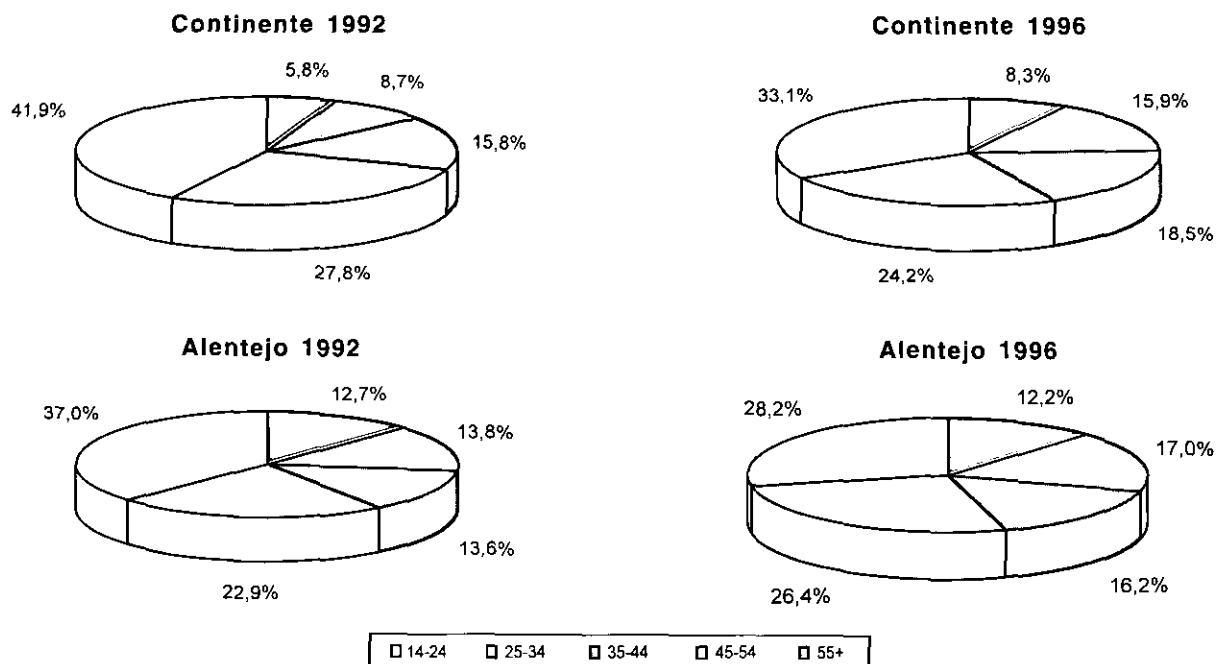
Taxa de Desemprego por Sexos



Por sexos e grupos etários, constata-se que o desemprego afecta, maioritariamente, as mulheres e as camadas etárias mais jovens, o que se nota particularmente na região. Em 1996, a taxa de desemprego feminina no Alentejo era de 15,0%, contra 8,9% de desemprego masculino, enquanto o grupo etário com maior taxa de

desemprego era, claramente, o dos 14-24 anos (24,1%). Em igual data, no continente o diferencial entre sexos era bastante menor (8,2% entre as mulheres e 6,5% nos homens) e a preponderância dos jovens desempregados com 14-24 anos era menos acentuada (16,7%).

População Desempregada por Grupos Etários



Em todo o caso, tanto na região como no continente, a evolução recente (1992/96) do desemprego revela-nos uma relativa homogeneização do diferencial entre sexos. Em ambos os universos, o aumento da taxa de desemprego masculino

foi bastante mais elevado do que o da taxa de desemprego feminino. Por idades, a tendência para a homogeneização foi mais evidente no continente do que na região. No primeiro caso, as variações positivas nos grupos de 14-24 e 25-34

anos foram inferiores às dos restantes grupos; no Alentejo, os escalões de 14-24 e 25-34 anos tiveram também um acréscimo mais baixo do que os escalões de 35-44 e 45-54 anos, mas o menor aumento foi o dos desempregados mais idosos (55 e mais anos).

Paralelamente, o aumento global do desemprego entre 1992 e 1996 caracterizou-se por diferentes situações face ao desemprego, no continente e na região. Enquanto no continente a procura de novo emprego registou um aumento de 1,3% no seu peso relativo e a procura de 1º emprego uma diminuição de 4,8%, no Alentejo a tendência foi inversa, com

a procura de 1º emprego a denotar um aumento da sua proporção na ordem dos 4,9% e a procura de novo emprego uma diminuição de 1,0%. De qualquer maneira, em 1996, a proporção regional de desempregados à procura de novo emprego era, ainda, mais elevada do que a proporção homóloga continental, com valores na ordem dos 82,5 e 79,6%, respectivamente. Entre outros aspectos, estes valores põem em destaque a importância da dupla vertente que uma política global de combate ao desemprego deve contemplar: inserção de jovens à procura de 1º emprego na vida activa e reconversão profissional de activos mais idosos à procura de novo emprego.

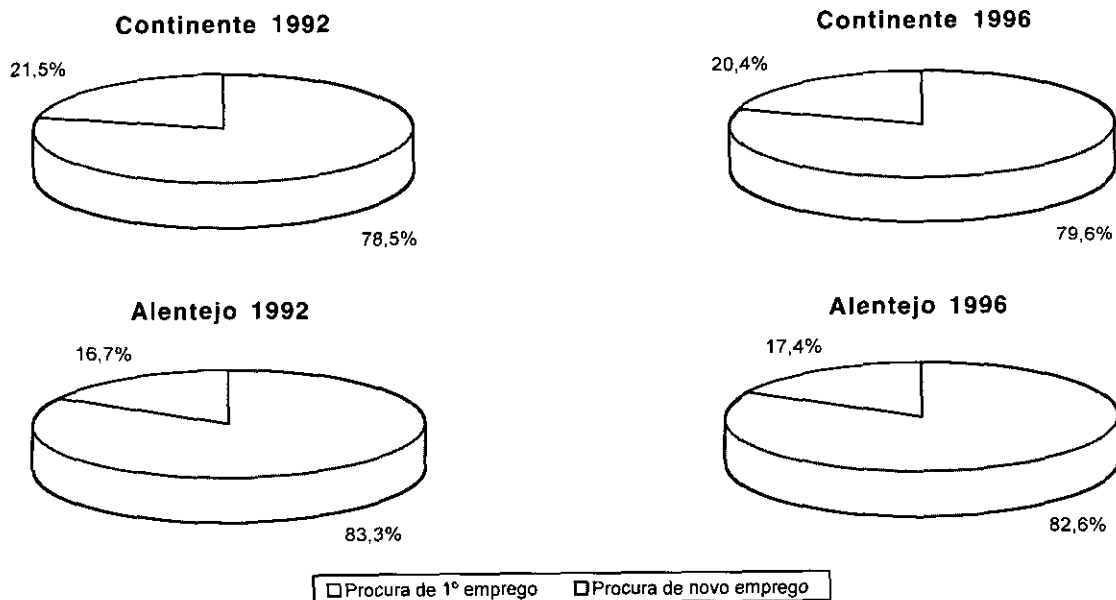
População Desempregada segundo a Situação no Desemprego

Procura de Emprego	1992			1993			1994			1995			1996		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Milhares Continente															
Total	187	88	99	248	116	132	312	151	161	325	160	165	332	162	170
1º emprego	40	15	25	39	16	23	52	21	31	60	28	32	68	30	38
Novo emprego	147	73	74	209	100	109	260	131	130	266	132	134	264	132	133
Alentejo															
Total	18	8	10	23	10	13	25	11	14	27	11	16	26	12	15
1º emprego	3	1	2	4	1	2	4	1	2	5	4	3	5	2	3
Novo emprego	15	7	8	19	8	10	22	10	12	23	7	14	22	10	12

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.

Nota: valores anuais médios.

População Desempregada segundo a Situação no Desemprego



Na estrutura sectorial do emprego, as principais particularidades do Alentejo parecem encontrar-se na maior representatividade do seu sector primário face à situação global das regiões continentais, e num processo de

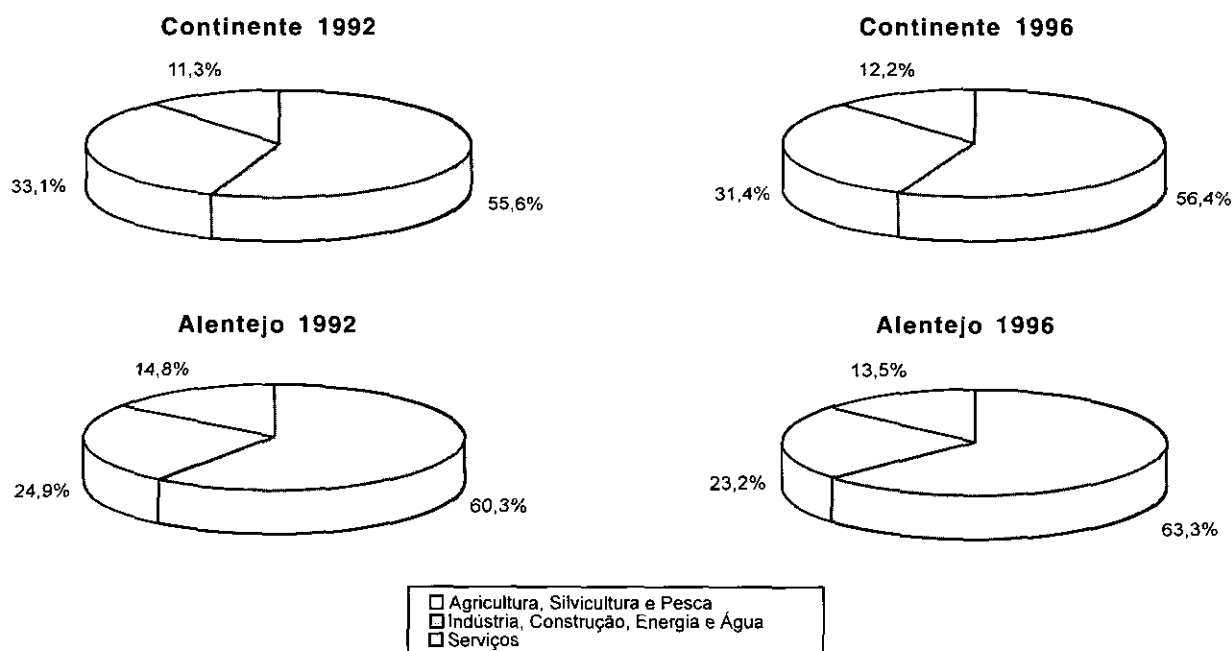
terciarização com industrialização reduzida. Segundo as estatísticas do emprego, em 1992, as actividades de agricultura, silvicultura, pecuária e pesca eram representadas por cerca de 14,8% do emprego na região, contra 11,3% no

Actividade, Emprego e Desemprego

continente. Em 1996 a diferença tornou-se ligeiramente inferior, contabilizando-se, naquele sector, cerca de 13,5% do emprego regional e aproximadamente 12,2% do emprego continental. Paralelamente, o tradicionalmente pouco desenvolvido sector secundário regional (24,9% do emprego

em 1992 e 23,2% em 1996) permaneceu bastante aquém dos valores continentais (33,1 e 31,4%, respectivamente), permitindo ganhos sucessivos das actividades terciárias, que, em 1996, representavam já cerca de 63,2% do emprego regional (contra 56,4% no continente).

População Empregada por Sectores de Actividade Económica



População Empregada por Ramos de Actividade Económica

Ramos de Actividade Económica	Continentes					Alentejo				
	1992	1993	1994	1995	1996	1992	1993	1994	1995	1996
	Milhares									
Total	4 341	4 255	4 252	4 225	4 251	217	212	204	205	203
Agricultura Silvicultura e Pesca	490	482	490	478	518	32	30	33	34	27
Agricultura Caça Pecuária e Silvicultura	473	466	476	465	505	32	30	33	34	27
Pesca	17	17	14	12	13	1	1			
Indústria Construção Energia e Água	1 438	1 399	1 393	1 364	1 335	54	51	50	46	47
Indústria Extractiva	22	20	18	17	17	4	4	3	2	3
Indústrias Alimentares	106	109	110	105	104	10	8	6	6	9
Indústria Têxtil Calçado	372	347	356	331	305	6	6	6	4	3
Indústria da Madeira e Papel de Edição e Impressão	133	123	113	115	114	3	3	3	2	3
Fabrico de Produtos Petrolíferos Químicos Borracha e Plásticos	128	124	119	117	120	3	2	2	2	1
Indústrias Metalúrgicas de Base e de Fabrico	102	109	110	107	106	4	4	4	3	2
Fabrico de Máquinas Electrónicas e Eléctricas	80	86	99	97	89	3	3	3	3	3
Fabrico de Automóveis e Outro Material de Transporte	44	45	39	41	49	2	2	1	1	2
Fabrico de Mobiliário e Reciclagem	73	67	61	60	59		1	1		
Produção e Distribuição de Electricidade Gás Água e Vapor	31	29	37	35	29	2	2	1	1	1
Construção	346	340	331	340	343	18	18	18	20	19
Serviços	2 412	2 373	2 368	2 384	2 398	131	131	122	124	128
Comércio e Manutenção de Automóveis e Combustíveis	125	126	115	111	115	7	7	5	6	6
Comércio por Grosso e Intermediários	136	117	113	115	112	7	7	7	6	6
Comércio a Retalho Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	412	386	404	405	408	26	23	21	22	24
Hoteis e Restaurantes	185	197	186	189	204	16	16	14	12	13
Transportes e Actividades Conexas	158	147	146	134	130	4	4	4	3	4
Correios e Telecomunicações	52	51	51	50	43	2	3	1	1	2
Intermediação Financeira e Seguros	137	141	135	137	138	3	3	3	3	3
Actividades Informáticas Investigação e Desenvolvimento	144	154	166	183	197	2	3	3	4	4
Administração Pública Defesa e Segurança Social Obrigatória	312	304	299	308	290	28	27	26	27	27
Ensino	312	292	300	303	287	13	14	14	14	12
Saúde e Serviços Sociais	187	191	194	191	194	10	11	12	12	13
Outras Actividades de Serviços	253	267	260	259	281	12	13	12	15	13

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.

Nota: valores anuais médios.

Por sexos, a mobilidade inter-sectorial apresentou, entre 1992 e 1996, algumas diferenças que importa referir. No continente, a proporção do emprego masculino só aumentou no sector primário (+9,7%), enquanto o sexo feminino fez-se aumentar naquele sector (+5,8%) e também no sector terciário (+2,6%). No Alentejo, só se registaram aumentos dos pesos relativos inter-sectoriais no sector terciário, nomeadamente no sexo feminino (+4,2%, contra +2,7% no

sexo masculino). Tendo em conta que a participação feminina na vida activa tem crescido mais na região do que no continente, a análise comparada daqueles valores referentes à mobilidade inter-sectorial de ambos os sexos, revela que essa participação tem sido fomentada, entre outros factores, e com particular incidência na região Alentejo, pelo processo global de terciarização da actividade económica.

População Empregada por Sexos e Sectores de Actividade Económica

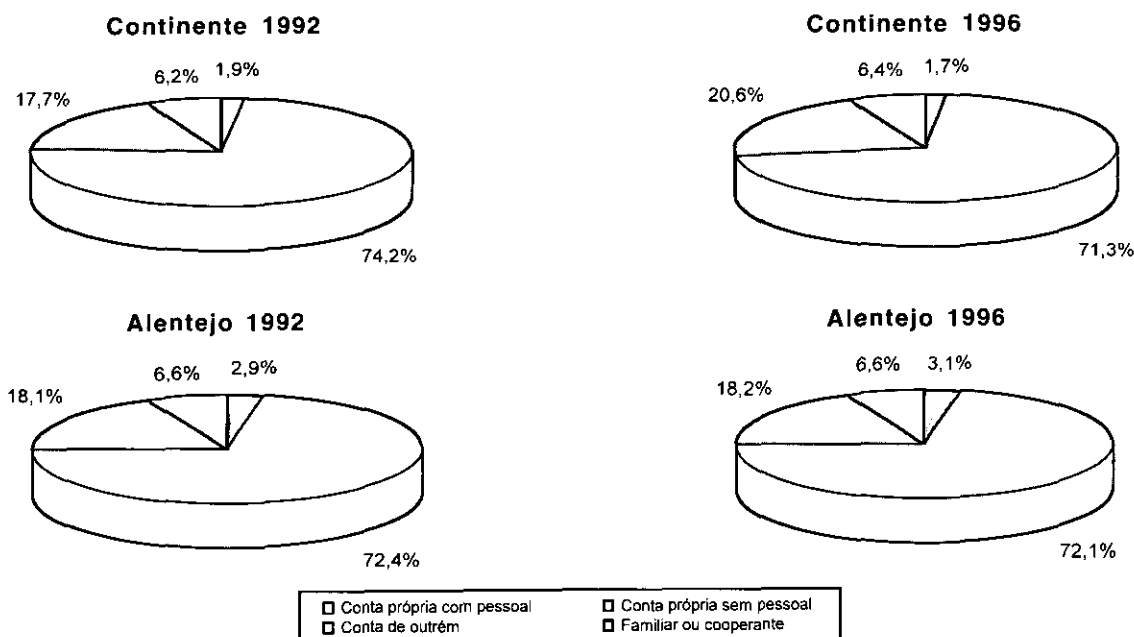
Sectores de Actividade Económica	1992		1993		1994		1995		1996	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Milhares										
Continente										
Total	2 427	1 914	2 364	1 892	2 352	1 899	2 331	1 894	2 342	1 908
Agricultura Silvicultura e Pesca	241	249	238	245	240	251	236	241	255	263
Indústria Construção Energia e Água	973	465	953	446	937	456	933	431	916	419
Serviços	1 213	1 199	1 173	1 201	1 175	1 193	1 162	1 222	1 171	1 226
Alentejo										
Total	136	81	129	83	123	81	123	82	120	83
Agricultura Silvicultura e Pesca	24	8	22	8	25	8	25	9	21	7
Indústria Construção Energia e Água	42	12	40	11	39	11	37	10	36	11
Serviços	70	61	67	55	60	62	61	64	63	65

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.
Nota: valores anuais médios.

A distribuição do emprego segundo a situação na profissão mostra-nos que, tanto no continente como na região, o trabalho dependente (por conta de outrem) congrega, ainda, a esmagadora maioria dos empregados. Os valores médios de 1996 apontavam para proporções de 71,2 e 72,2% daquele tipo de actividade no continente e no Alentejo, respectivamente. É de salientar, no entanto, que o peso relativo do trabalho dependente nos últimos 4 anos registou uma tendência

decrecente, mais notória no continente (-4,1%) do que na região (-0,3%). Para além disso, as situações profissionais ganhadoras também não foram as mesmas: enquanto no continente o maior aumento dos pesos relativos localizou-se claramente no trabalho por conta própria sem pessoal ao serviço (+16,4%), na região aumentou quase exclusivamente a proporção dos trabalhadores familiares e cooperantes (+5,3%).

População Empregada segundo a Situação na Profissão



Actividade, Emprego e Desemprego

Entre sexos, a proporção de mulheres empregadas na região por conta de outrém chegou, inclusivamente, a aumentar (+3,6%), apesar de os maiores ganhos relativos femininos face aos masculinos terem sido os das empregadas por conta própria com pessoal ao serviço (+20,3%, contra -3,7% entre os homens). A comparação destes valores com os do continente, onde o acréscimo da repre-

sentatividade feminina do trabalho por conta própria com pessoal ao serviço (+8,3%) foi inferior ao regional, permite concluir que, na região mais do que no continente, este tipo de trabalho independente tem sido particularmente importante para o aumento da participação feminina na vida activa, e, porventura, resultado de estratégias individuais contra os elevados índices de desemprego feminino regional.

População Empregada por Sexos e Situação na Profissão

Situação na Profissão	1992			1993			1994			1995			1996		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Continente															
Total	4 341	2 427	1 914	4 255	2 364	1 892	4 251	2 352	1 899	4 225	2 331	1 894	4 251	2 342	1 908
Conta própria com pessoal	269	203	66	274	204	70	279	209	71	274	205	69	273	202	71
Conta própria sem pessoal	768	411	357	767	406	361	804	428	376	826	452	374	876	472	404
Conta de outrém	3 223	1 780	1 444	3 132	1 720	1 411	3 070	1 675	1 395	3 040	1 639	1 401	3 028	1 634	1 394
Familiar ou cooperante	81	34	47	63	34	49	98	40	57	86	36	50	74	34	40
Alentejo															
Total	217	136	81	212	129	83	204	123	81	205	123	82	203	120	83
Conta própria com pessoal	14	11	3	14	11	3	10	8	2	9	6	3	13	10	4
Conta própria sem pessoal	39	26	13	38	25	13	38	25	12	40	27	13	37	25	12
Conta de outrém	157	97	60	155	91	64	151	87	64	150	87	63	146	83	64
Familiar ou cooperante	6	2	4	6	2	3	6	3	3	7	3	3	6	3	3

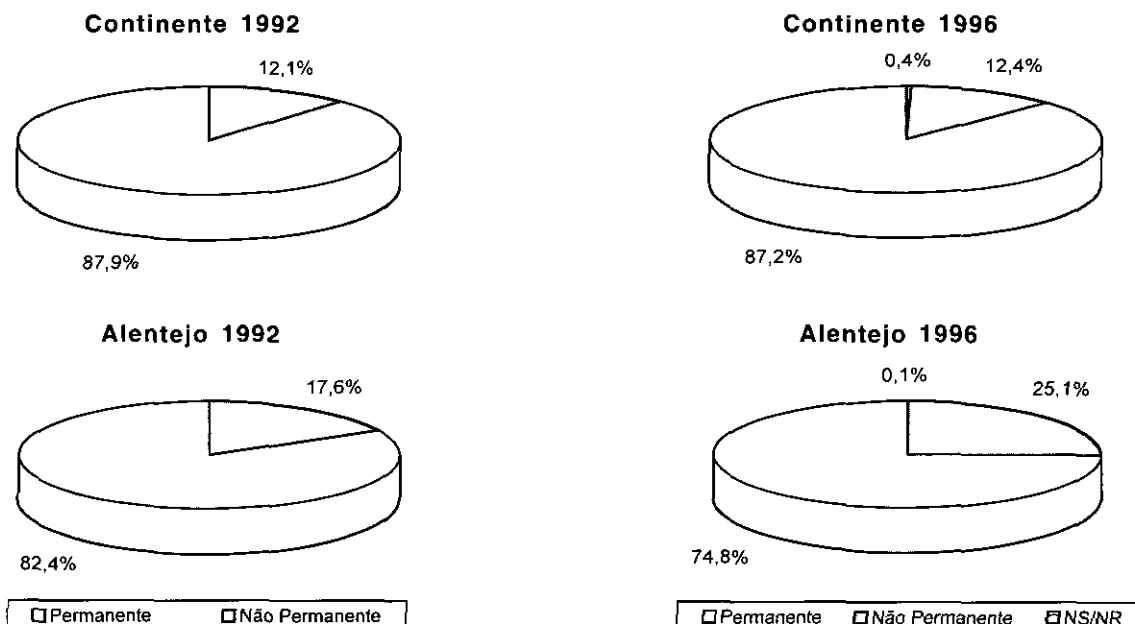
Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.

Nota: valores anuais médios.

Mas, não são só os índices de desemprego que colocam em destaque a debilidade da actividade económica regional. A distribuição do emprego por conta de outrém segundo o tipo de contrato laboral é também revelador daquela debilidade. Em 1992, quando no continente 12,1% dos contratos dos trabalhadores por conta de outrém eram não permanentes, na região essa proporção ascendia a 17,6%. De 1992 para 1996, considerando

que aqueles valores relativos aumentaram 2,6 e 42,6%, respectivamente, a tendência foi inequivocamente mais desfavorável para a região. Em 1996, mais de 1/4 dos trabalhadores por conta de outrém da região estavam vinculados a uma entidade empregadora mediante contratos laborais não permanentes.

Trabalhadores por Conta de Outrém segundo o Tipo de Contrato



Para além disso, as estatísticas do emprego mostram que a maior precaridade do trabalho dependente regional tem ocorrido em ambos os sexos. De 1992 para 1996, o peso relativo dos contratos não permanentes na região

aumentou cerca de 52,7% entre os homens e cerca de 28,8% entre as mulheres; no continente registou-se um aumento de 15,4% entre os homens e uma diminuição de 9,3% entre as mulheres.

Trabalhadores por Conta de Outrém por Sexos segundo o Tipo de Contrato

Tipo de Contrato	1992			1993			1994			1995			1996		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Milhares															
Continente															
Total	3 221	1 779	1 442	3 125	1 715	1 410	3 065	1 671	1 394	3 040	1 639	1 401	3 028	1 634	1 394
Permanente	2 830	1 591	1 239	2 785	1 552	1 234	2 740	1 513	1 227	2 700	1 469	1 231	2 640	1 428	1 212
Não permanente	391	188	203	340	164	176	325	158	167	336	168	169	377	199	178
NS/NR	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4	3	2	11	7	4
Alentejo															
Total	157	97	60	155	91	64	151	87	64	150	87	63	146	83	64
Permanente	129	81	48	124	75	49	122	72	50	119	69	51	109	62	47
Não permanente	28	16	12	30	16	14	29	15	14	30	18	12	37	20	16
NS/NR	..	..	..	..	..	..	..	..	..	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1992 a 1996.

Nota: valores anuais médios.

Em termos gerais, os valores mais desfavoráveis do tipo de contratos laborais na região poderão explicar-se, em parte, pela sazonalidade da actividade agrícola, sector ainda bastante significativo no Alentejo. Contudo, eles serão reflexo, também,

da debilidade do tecido empresarial regional, onde existe um grande número de micro-empresas com carências acentuadas de recursos humanos, técnicos e financeiros.

Actividade, Emprego e Desemprego

Indicadores de Actividade, Emprego e Desemprego por Nuts I, II e III e Concelhos

Nuts I II III Concelhos	Pop. segundo o principal meio de vida					Pop. empregada perante o emprego				
	trabalho	apoio	a cargo	rendi-	outra	patrão	conta	conta de	familiar	outra
	social	da família	mentos	situação			própria	outrem	não rem.	situação
	1991 %									
Portugal	49,5	23,5	23,0	0,6	3,4	6,4	13,5	76,7	2,0	1,4
Alentejo	43,0	31,5	22,2	0,5	2,8	5,2	16,6	74,6	1,2	2,4
Alentejo Litoral	44,7	27,3	24,0	0,7	3,4	5,2	20,3	71,6	1,3	1,6
Alcácer do Sal	47,9	27,2	21,2	0,2	3,4	3,9	18,6	74,1	0,5	2,7
Grândola	42,6	30,2	22,8	1,1	3,2	5,3	24,4	66,8	1,6	1,9
Odemira	43,0	31,4	21,2	0,5	3,9	6,2	25,2	65,7	2,2	0,7
Santiago do Cacém	44,1	25,3	26,4	0,8	3,4	4,6	17,8	74,8	1,1	1,7
Sines	48,5	19,6	28,4	1,0	2,5	5,9	14,3	77,5	0,9	1,4
Alto Alentejo	42,0	33,7	21,1	0,4	2,8	5,4	14,7	76,5	1,3	2,2
Alter do Chão	35,0	46,0	16,9	0,4	1,8	4,6	17,4	76,4	0,7	0,9
Arronches	36,9	40,4	20,4	0,3	1,9	4,3	19,4	70,8	1,2	4,3
Avis	42,9	39,1	15,1	0,7	2,2	2,7	15,2	79,3	1,4	1,3
Campo Maior	40,1	31,6	23,7	0,8	3,9	7,5	11,3	77,8	1,1	2,2
Castelo de Vide	38,8	39,5	18,7	0,7	2,2	6,6	17,8	71,7	2,1	1,8
Crato	36,7	42,1	18,9	0,4	2,0	6,5	12,9	77,3	0,8	2,5
Elvas	46,1	26,5	23,9	0,4	3,1	5,6	11,6	78,5	1,5	2,9
Fronteira	41,4	34,8	19,7	0,8	3,4	5,3	19,4	72,9	1,0	1,5
Marvão	36,1	38,0	22,7	0,2	2,9	4,3	26,1	65,4	3,3	1,0
Monforte	37,4	38,3	17,0	0,3	6,9	4,4	14,9	74,5	0,6	5,7
Mora	43,1	38,0	17,0	0,2	1,8	4,5	15,2	75,0	2,9	2,3
Nisa	33,4	42,5	22,1	0,4	1,6	6,2	23,9	67,3	1,4	1,3
Ponte de Sôr	43,3	33,4	20,6	0,4	2,4	5,4	17,3	74,3	1,2	1,8
Portalegre	46,5	28,1	22,1	0,3	3,0	5,1	10,7	81,4	0,8	1,9
Alentejo Central	46,0	30,2	21,1	0,5	2,2	4,9	14,3	76,9	1,0	3,0
Alandroal	40,1	37,1	21,2	0,3	1,3	1,8	18,9	76,4	1,3	1,6
Arraiolos	44,8	34,6	16,6	0,6	3,6	5,0	14,5	73,7	0,9	6,0
Borba	46,9	29,3	20,7	0,5	2,5	4,2	16,3	76,8	1,0	1,7
Estremoz	45,3	31,4	20,6	0,5	2,2	5,4	15,0	76,5	0,6	2,5
Évora	50,4	25,8	21,0	0,6	2,2	5,6	10,7	80,4	0,6	2,6
Montemor-o-Novo	43,6	33,2	21,2	0,5	1,5	4,4	15,9	71,5	1,0	7,1
Mourão	39,8	30,8	24,3	1,0	4,1	3,8	17,4	76,0	1,4	1,5
Portel	41,6	35,0	20,7	0,2	2,5	2,6	13,9	77,8	1,2	4,4
Redondo	41,1	32,2	24,0	0,7	1,9	4,6	17,7	72,6	3,0	2,1
Reguengos de Monsaraz	45,4	30,3	21,5	0,4	2,4	5,4	18,0	73,5	1,4	1,7
Sousel	40,7	37,7	18,3	0,6	2,7	4,8	21,4	70,3	1,8	1,6
Vendas Novas	45,4	27,4	24,8	0,3	2,2	4,4	15,8	77,6	0,6	1,6
Viana do Alentejo	41,0	37,4	18,8	0,2	2,6	4,5	16,8	73,1	1,3	4,3
Vila Viçosa	49,1	26,8	21,6	0,7	1,8	6,0	11,5	81,2	0,5	0,7
Baixo Alentejo	39,0	33,9	23,4	0,6	3,1	5,5	19,0	71,8	1,4	2,4
Aljustrel	36,0	36,9	23,2	0,6	3,4	6,3	19,5	71,1	1,5	1,6
Almodôvar	36,8	31,5	22,2	0,2	9,3	4,0	29,4	61,9	3,2	1,5
Alvito	37,4	38,8	20,2	0,6	3,0	9,7	12,6	75,1	0,5	2,1
Barrancos	31,7	35,3	30,5	0,5	1,9	5,5	15,5	71,4	0,7	6,9
Beja	44,3	29,9	23,0	0,6	2,2	5,9	12,8	77,0	0,9	3,5
Castro Verde	40,8	32,1	23,2	0,9	3,0	5,3	14,6	77,1	1,5	1,6
Cuba	35,4	38,1	23,9	0,5	2,1	4,6	19,0	73,2	1,0	2,3
Ferreira do Alentejo	42,6	33,4	20,0	0,6	3,5	5,9	23,3	66,7	1,8	2,3
Mértola	28,9	42,1	25,5	0,2	3,3	6,9	19,6	70,1	1,2	2,2
Moura	40,4	33,2	22,5	0,5	3,5	5,5	20,3	70,2	1,9	2,0
Ourique	38,8	34,6	24,3	0,4	1,9	4,1	28,0	65,9	1,5	0,6
Serpa	36,1	34,6	26,5	0,8	2,0	4,5	22,7	70,2	1,3	1,3
Vidigueira	38,2	37,6	21,2	0,6	2,4	3,9	22,2	67,8	2,5	3,6

(continua)

Indicadores de Actividade, Emprego e Desemprego por Nuts I, II e III e Concelhos (continuação)

Nuts I II III Concelhos	Pop. empregada por sectores de actividade					Pop. inactiva perante a inactividade				Taxa	
	primário	secun- dário	total	terciário social	económ.	estudante	domés- tico	refor- mado	outra situação	activi- dade	desem- prego
						1991 %					
Portugal	10,8	37,9	51,3	17,4	33,9	24,5	22,3	41,9	11,4	44,6	6,1
Alentejo	23,2	25,9	50,8	22,3	28,6	18,7	18,4	53,5	9,4	41,1	10,2
Alentejo Litoral	27,0	28,2	44,8	17,1	27,8	19,5	23,2	46,5	10,8	41,9	9,0
Alcácer do Sal	38,4	24,4	37,2	14,9	22,3	20,9	19,1	50,6	9,4	45,5	9,7
Grândola	23,4	23,4	53,2	18,0	35,2	17,0	21,9	50,3	10,8	40,9	9,4
Odemira	40,0	23,0	37,0	12,1	24,8	13,6	24,7	50,8	10,9	39,3	6,7
Santiago do Cacém	17,4	35,3	47,3	19,3	28,0	23,5	22,2	43,0	11,3	41,5	10,3
Sines	14,1	31,0	54,9	23,1	31,8	25,7	28,3	35,5	10,5	45,1	9,3
Alto Alentejo	21,0	24,8	54,2	25,2	29,0	17,4	17,9	56,0	8,7	39,4	8,1
Alter do Chão	22,5	21,2	56,2	32,5	23,7	13,9	10,7	70,0	5,4	33,7	8,4
Arronches	32,7	15,7	51,6	28,9	22,7	11,5	22,1	61,8	4,7	35,2	5,5
Avis	36,3	26,3	37,4	18,8	18,6	15,6	10,8	66,8	6,9	40,5	9,5
Campo Maior	22,3	29,0	48,7	21,9	26,9	19,5	20,6	48,7	11,3	38,0	11,3
Castelo de Vide	17,9	23,8	58,3	30,8	27,4	13,1	17,4	62,3	7,2	36,7	7,0
Crato	23,0	25,7	51,3	26,0	25,3	13,0	12,8	67,2	7,0	37,4	11,8
Elvas	16,2	19,1	64,6	25,7	38,9	20,0	23,4	46,5	10,1	41,4	6,1
Fronteira	36,5	15,7	47,8	22,1	25,7	18,1	12,7	56,9	12,3	40,4	14,8
Marvão	26,2	28,9	44,9	19,2	25,7	9,1	24,0	57,5	9,4	33,7	5,4
Monforte	38,0	13,4	48,5	24,6	24,0	13,6	13,4	58,3	14,7	36,9	10,7
Mora	35,1	24,5	40,5	18,2	22,3	17,1	11,1	64,1	7,7	39,3	9,0
Nisa	19,5	29,3	51,2	26,0	25,1	12,5	19,8	62,7	5,0	32,1	4,4
Ponte de Sôr	25,2	29,9	44,9	16,6	28,4	16,9	17,4	55,3	10,5	40,8	11,3
Portalegre	10,4	27,6	62,1	32,7	29,3	23,4	17,0	51,2	8,3	43,1	6,5
Alentejo Central	21,6	27,9	50,4	22,2	28,2	20,3	17,1	53,4	9,2	43,8	9,2
Alandroal	32,5	38,1	29,4	14,5	14,9	12,8	17,1	59,3	10,8	40,8	14,3
Arraiolos	31,2	32,4	36,4	16,3	20,1	15,8	15,5	59,3	9,4	42,5	8,5
Borba	20,2	45,0	34,9	12,3	22,5	17,3	19,9	52,9	9,9	43,7	6,5
Estremoz	25,4	27,0	47,6	18,5	29,1	17,5	18,8	54,6	9,2	42,8	8,3
Évora	9,0	25,1	65,9	31,4	34,5	28,2	14,3	50,1	7,4	46,6	6,7
Montemor-o-Novo	32,5	22,1	45,4	15,3	30,1	17,0	19,6	52,4	11,1	41,9	8,6
Mourão	28,5	19,3	52,2	35,6	16,7	15,1	24,7	52,1	8,2	37,7	11,5
Portel	41,4	22,6	36,0	18,6	17,4	15,6	12,4	60,0	12,0	44,3	24,4
Redondo	33,9	25,3	40,8	17,7	23,1	16,3	20,4	51,1	12,3	40,6	10,4
Reguengos de Monsaraz	32,3	23,9	43,8	20,4	23,4	17,4	20,3	54,4	7,9	42,5	6,7
Sousel	40,2	18,7	41,0	15,3	25,7	14,9	12,9	61,8	10,5	39,9	13,3
Vendas Novas	15,9	34,8	49,3	18,2	31,2	23,6	19,9	46,9	9,6	44,9	9,7
Viana do Alentejo	35,3	22,9	41,8	17,9	23,8	14,1	12,5	65,1	8,2	42,9	16,0
Vila Viçosa	10,1	45,9	44,0	18,9	25,1	20,9	20,0	49,8	9,3	45,1	8,6
Baixo Alentejo	24,8	22,4	52,9	23,5	29,3	17,5	17,4	55,9	9,2	38,8	14,3
Aljustrel	19,1	38,5	42,5	16,8	25,6	17,2	14,2	59,3	9,3	36,7	16,7
Almodôvar	24,3	33,2	42,5	16,6	25,8	15,7	19,6	50,3	14,4	37,6	15,9
Alvito	29,4	20,9	49,6	24,6	25,0	14,7	16,5	61,1	7,7	34,9	7,4
Barrancos	26,9	17,7	55,5	39,4	16,1	14,0	28,3	47,6	10,1	32,3	14,6
Beja	12,6	16,4	71,0	32,9	38,1	24,1	13,8	53,7	8,4	42,7	10,6
Castro Verde	18,9	34,4	46,8	19,0	27,8	16,3	21,2	55,1	7,4	39,8	11,8
Cuba	23,0	23,1	53,9	24,1	29,8	14,8	17,3	60,6	7,3	36,2	15,9
Ferreira do Alentejo	40,6	19,1	40,3	16,0	24,3	19,2	14,9	57,7	8,1	41,2	15,6
Mértola	29,4	27,4	43,2	22,1	21,1	12,2	22,1	56,5	9,1	29,1	12,8
Moura	35,9	19,6	44,5	19,3	25,2	15,5	17,3	57,3	9,9	39,2	15,2
Ourique	33,2	21,0	45,8	19,9	26,0	13,8	23,8	55,3	7,1	37,1	10,2
Serpa	34,0	18,8	47,2	20,5	26,7	16,1	18,1	56,0	9,9	39,0	21,9
Vidigueira	25,9	21,3	52,8	22,0	30,8	14,6	16,6	59,6	9,2	38,1	15,0

CONCEITOS & NOTAS EXPLICATIVAS

População Activa

Abrange todos os indivíduos com 14 ou mais anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). Nos valores concelhios censitários esta característica é observada para a população com 12 ou mais anos.

População Desempregada

Abrange todos os indivíduos com 14 ou mais anos que, no período de referência, não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro; que estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias, remunerado ou não. Nos valores concelhios censitários esta característica é observada para a população com 12 ou mais anos.

População Empregada

Abrange todos os indivíduos com 14 ou mais anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência. Nos valores concelhios censitários esta característica é observada para a população com 12 ou mais anos.

População Inactiva

Abrange todos os indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

Principal Meio de Vida

Fonte principal de onde o indivíduo retirou os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência, durante os últimos doze meses, anteriores aos momentos censitários considerados. Esta característica é observada para toda a população com 12 ou mais anos.

Sector de Actividade Económica

Cada um dos três grandes agregados da actividade económica: sector primário (CAE 1), sector secundário (CAE 2 a 5) e sector terciário (CAE 6 a 9). O sector terciário aparece subdividido em dois subsectores: terciário económico (CAE 6 a 8) e terciário social (CAE 9).

Taxa de Actividade

Relação entre a população activa e a população total.

Taxa de Desemprego

Relação entre a população desempregada e a população activa.

IV- Nível de Vida

O nível de vida dos indivíduos e das famílias residentes na região, relativamente ao dos residentes no país, é analisado neste capítulo de forma abrangente, considerando as vertentes básicas que o constituem - instrução, grupo socio-económico e rendimentos-, e, ainda, algumas derivações temáticas relacionadas com a habitação, conforto e lazer. As variáveis tratadas referem-se, fundamentalmente, à distribuição da população residente segundo os níveis de instrução escolar e grupos socio-económicos, receitas e despesas dos agregados familiares, tipo de habitação, infra-estruturas e equipamentos existentes nos alojamentos e realização de férias.

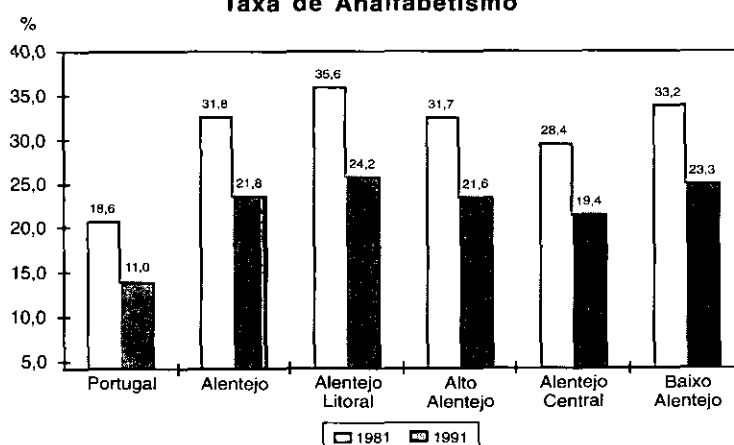


Instrução

A primeira constatação que se pode fazer relativamente ao nível de instrução da população residente no Alentejo é a dos seus baixos índices de escolarização. Em 1981 e 1991 a taxa de analfabetismo regional (31,8 e 21,8%, respectivamente) situou-se em níveis muito acima dos

valores médios nacionais (18,6 e 11,0%, respectivamente). Para além disso, estes valores indicam que a tendência decrescente do analfabetismo ocorrida durante aquele período na região foi consideravelmente menos intensa (-31,3%) do que a verificada no país (-40,7%).

Taxa de Analfabetismo

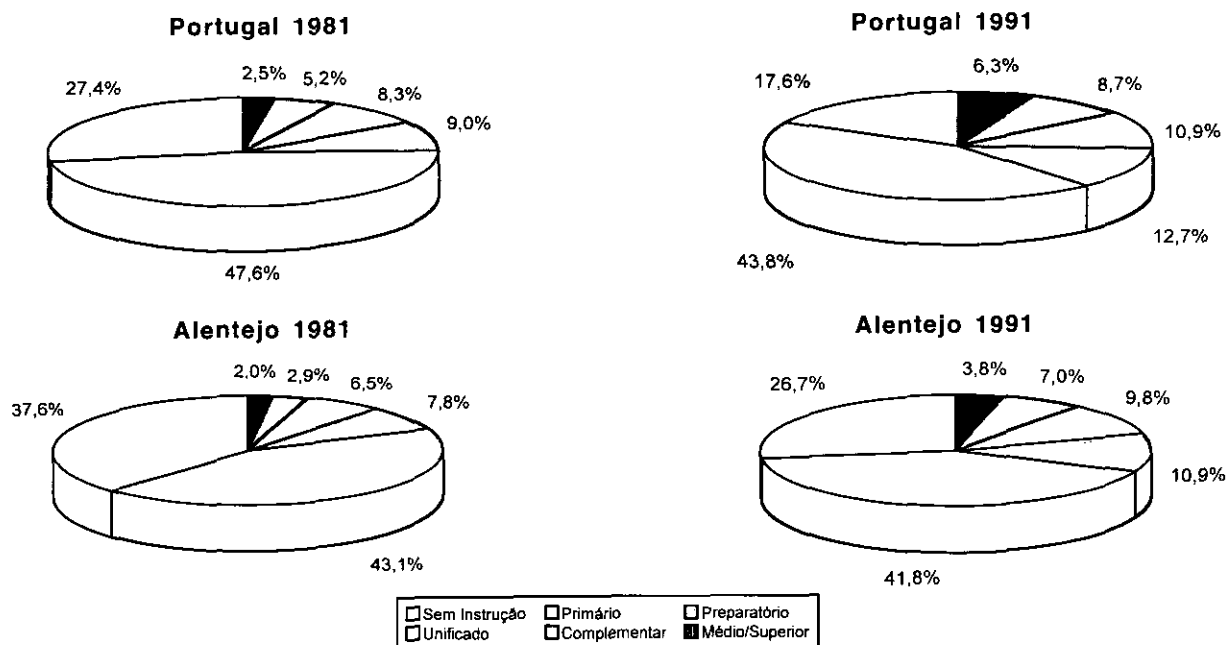


Ao nível infra-regional, o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo foram as nuts III com as maiores taxas de analfabetismo em 1981 e em 1991. Por concelhos, as situações mais desfavoráveis eram, em 1991, as de Monforte, Odemira, Arronches e Ourique, onde por cada 100 indivíduos com 10 e mais anos contavam-se mais de 30 analfabetos. Pelo contrário, o Alentejo Central e Évora foram a nuts III e o concelho com as menores taxas de

analfabetismo, tanto em 1981 (28,4 e 19,8%, respectivamente) como em 1991 (19,4 e 12,5%).

Para além da situação regional mais desfavorável em termos de analfabetismo, constata-se que em todos os níveis de instrução que contemplam frequência escolar, a representatividade relativa do Alentejo foi inferior à representatividade do país, em 1981 e em 1991.

População Residente segundo o Nível de Instrução



Ao nível das nuts III, os quadros superiores e os quadros intermédios são menos representados no Alentejo Litoral (3,1 e 4,7%, respectivamente), enquanto os trabalhadores qualificados faltam essencialmente no Baixo Alentejo (38,9%). Pela positiva destacam-se as nuts III do Alentejo Central e do Alto Alentejo, onde as proporções destas três categorias assumem os valores mais elevados. A primeira destas duas nuts III domina nas categorias de quadros superiores e de profissionais qualificados, que representam, respectivamente, 4,4 e 43,3% dos seus activos. A segunda

nuts III evidencia-se, em particular, no grupo dos quadros intermédios, cujo montante ascende a cerca de 5,5% dos respectivos activos. Por concelhos, o realce pertence aos casos de Évora, Beja e Portalegre, com proporções de quadros superiores e intermédios que superam as respectivas médias nacionais, e, ainda, aos casos de Vila Viçosa, Sines, Borba, Elvas e Vendas Novas, com as maiores representatividades concelhias de trabalhadores qualificados.

População Residente segundo o Grupo Socio-Económico em 1991

Nuts I, II e III	Total	Empre- sários	Pequenos patrões	Trabalh. Independente	Quadros superiores	Quadros intermédi.	Profiss. qualific.	Profiss. não qualific.	Militares	Outros
					Nº					
Portugal	4 395 584	138 608	200 420	592 301	251 641	284 837	2 163 037	649 169	44 408	71 163
Alentejo	223 287	4 459	8 994	34 582	8 571	11 266	93 409	54 557	2 138	5 311
Alentejo Litoral	41 258	1 146	1 698	7 688	1 273	1 951	17 457	9 087	189	769
Alto Alentejo	50 686	1 025	2 125	7 103	1 967	2 797	21 508	12 658	582	921
Alentejo Central	75 890	1 465	2 772	10 060	3 307	3 823	32 885	19 358	903	1 317
Baixo Alentejo	55 453	823	2 399	9 731	2 024	2 695	21 559	13 454	464	2 304

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991.

Em termos gerais, os valores comparados da população residente no Alentejo e em Portugal por grupos socio-económicos apontam para uma estratificação socio-económica regional de nível médio mais baixo do que o da

globalidade das regiões nacionais. Importa atender às consequências que resultam desta estratificação socio-económica regional em termos de poder compra e de qualidade de vida das famílias residentes no Alentejo.

Rendimentos

Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1989/90, tanto as receitas como as despesas médias dos agregados familiares residentes no Alentejo eram inferiores aos valores médios dos agregados do continente. Nessa data, o valor médio das receitas líquidas anuais na região (993 mil escudos) ficava cerca de 22,3% abaixo do valor médio continental (1278 mil escudos), enquanto nas despesas anuais médias o mesmo diferencial ascendia a 25,1%, aproximadamente (991 mil escudos na região e 1323 mil escudos no continente).

Por grupos socio-económicos, os valores médios

regionais das receitas só ultrapassavam os do continente na categoria dos empresários do sector primário, enquanto nas despesas isso só acontecia, menos visivelmente, no grupo dos quadros directores e similares. Tanto nas receitas como nas despesas, as maiores disparidades entre a região e o continente ocorriam nas categorias socio-económicas de estatuto mais baixo, o que denota um poder de compra regional comparado mais fraco entre os trabalhadores menos qualificados. Por ramos de actividade, ao nível dos trabalhadores por conta de outrem sem funções directivas, constata-se que o maior diferencial entre o Alentejo e o continente era o dos trabalhadores do sector terciário.

**Receitas Líquidas e Despesas Anuais Médias dos Agregados Familiares
segundo a Categoria Socio-Económica do Representante do Agregado em 1989/90**

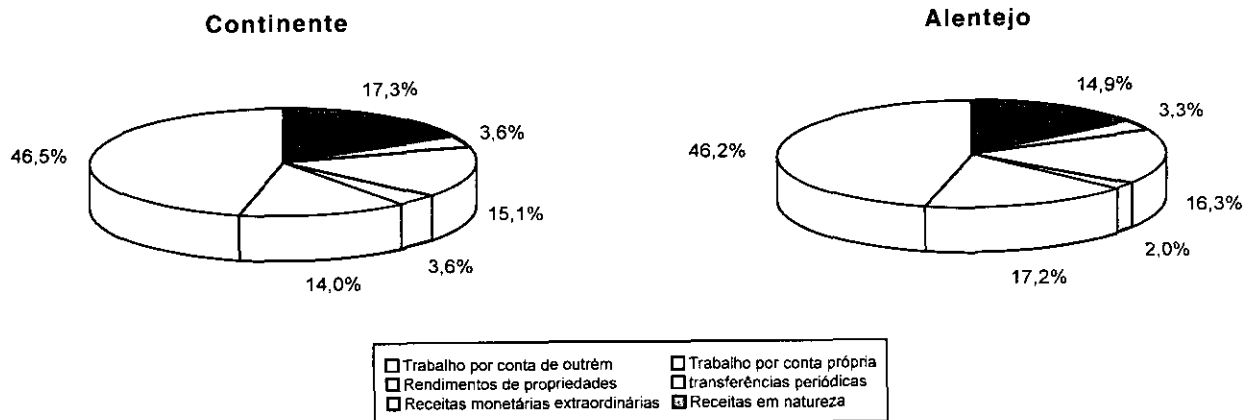
Categoria Socio-Económica do Representante do Agregado Familiar	Receitas		Despesas	
	Continente	Alentejo	Continente	Alentejo
	Escudos			
Total	1 277 864	992 868	1 323 194	990 788
Empresários da agric. silvic. caça e pesca	1 147 913	1 342 889	1 116 325	1 041 987
Trab. por conta de outrém da agric. silvic. caça e pesca	964 426	925 505	934 339	777 101
Trabalhadores e profissionais liberais e similares	2 644 594	-	2 905 095	-
Empresários não agrícolas	1 627 312	1 436 863	1 705 529	1 395 291
Quad. direct. técnic. cientistas artistas e similares	2 716 750	2 479 827	2 701 484	2 916 741
Trabalh. por conta de outrém e pessoal operário	1 341 709	1 088 768	1 393 745	1 130 938
Outros trabalh. por conta de outrém do comércio e serviços	1 633 191	1 172 683	1 776 683	1 286 712
Outros activos	1 626 169	1 041 651	1 721 428	1 084 348
Não activos	823 970	584 870	841 563	588 246

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1989/90.

Considerando as receitas segundo a sua origem, verifica-se que a parte que provém de receitas monetárias ordinárias é maior na região (81,8%) do que no continente (79,1%). O contrário ocorre nas receitas monetárias

extraordinárias e nas receitas em natureza, ambas com maiores pesos relativos no continente (3,6 e 17,3%, respectivamente) face à região (3,3 e 14,9%).

**Receitas Líquidas Anuais Médias dos Agregados Familiares
segundo a Origem das Receitas em 1989/90**



Dentro das receitas monetárias ordinárias, a maior parte tem por fonte o trabalho por conta de outrém, com valor semelhante na região (46,2%) e no continente (46,5%). Para além disso, assumem relevância particular na região as receitas que provêm do trabalho por conta própria (17,2%, contra 14,0% no continente) e de pensões de velhice e de reforma (14,9% na região e 12,7% no continente). A primeira destas duas situações é consonante com a maior proporção regional do emprego por conta própria, já detectada para o início da década de 90 na comparação com os valores do

continente; a segunda situação justifica-se, basicamente, pelo maior envelhecimento demográfico da região.

Relativamente às receitas monetárias extraordinárias e às receitas em natureza, a comparação dos valores regionais e continentais realça a maior proporção nos primeiros das receitas provenientes do subsídio de desemprego (lembre-se os maiores níveis de desemprego regional) e do auto-abastecimento (o que está relacionado, em parte, com a maior actividade económica independente na região).

Receitas Líquidas Anuais Médias dos Agregados Familiares segundo a Origem das Receitas em 1989/90

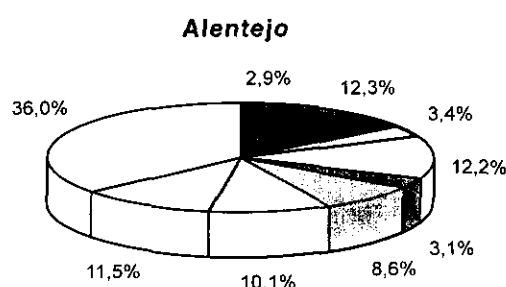
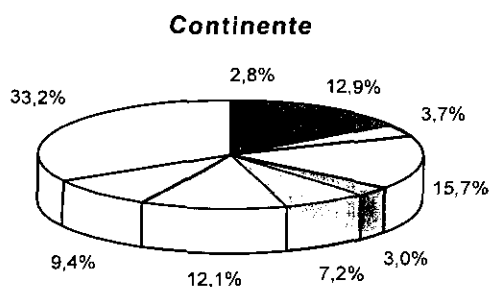
Origem das Receitas	Continente	Alentejo
	Escudos	
Total	1 277 864	992 868
Receitas monetárias ordinárias	1 011 130	812 212
do trabalho por conta de outrem	593 850	459 016
do trabalho por conta própria	178 756	171 144
rendimentos de propriedades	45 558	20 073
rendas de terrenos activos incorpóreos	1 136	2 509
rendas de edifícios	12 509	4 455
juros	20 290	7 400
lucros e dividendos	11 623	5 709
transferências periódicas	192 966	161 979
pensões de velhice e reforma	162 029	147 704
abonos de família	9 492	5 087
prestações de seguro de vida vitalício	396	116
transferências periódicas do estrangeiro	8 427	3 311
outras	12 622	5 761
Receitas monetárias extraordinárias	45 580	33 098
indemnizações por despedimento	2 161	-
transferências não periódicas	43 419	33 098
subsídio de casamento nascimento etc.	504	315
subsídio em caso de morte e funeral	247	45
subsídio de desemprego	2 773	4 750
outros subsídios eventuais	1 570	344
prestações de seguro de vida	84	6
prestações de seguro com acidentes de trabalho	1 024	2 810
prestações de seguro com outros acidentes	605	825
outras transferências irregulares provenientes do estrangeiro	7 120	8 391
outras transferências irregulares	29 492	15 612
Receitas em natureza	221 155	147 556
autoconsumo	46 394	29 267
autoabastecimento	15 592	23 280
autolocação	71 216	35 295
salários em natureza	15 728	9 222
outras receitas em natureza	72 225	50 492

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1989/90.

A estrutura do consumo, analisada com base no destino das despesas, revela-nos que o sector alimentar é, notoriamente, aquele onde se concentra a maior parte das despesas no continente (33,2%) e na região (36,0%). Independentemente desta tendência comum, as estruturas de consumo da região e do continente apresentam algumas diferenças significativas. Gastando mais com a alimentação

e com o vestuário e calçado, as famílias da região perdem para a globalidade das famílias do continente, em áreas como as da habitação, transportes e comunicações, cultura e lazer, entre outras. Estas diferenças explicam-se, em parte, pelos mais baixos rendimentos globais das famílias da região, que, nesse caso, têm que os orientar, primordialmente, para as necessidades mais elementares.

Despesas Anuais Médias dos Agregados Familiares segundo os Grupos de Despesas em 1989/90



Produtos alimentares, bebidas e tabaco	Vestuário e calçado
Habitação, aquecimento e iluminação	Móveis, artig. decorat., equip. domést. e manutenção
Serviços médicos e de saúde	Transportes e comunicações
Distrações, espectáculos, instrução e cultura	Outros bens e serviços
Outras despesas	

**Despesas Anuais Médias dos Agregados Familiares
segundo os Grupos de Despesas em 1989/90**

Grupos de Despesas	Continente Escudos	Alentejo
Total	1 323 194	990 788
Produtos alimentares bebidas e tabaco	438 988	356 658
Vestuário e calçado	124 280	113 536
Habituação aquecimento e iluminação	160 422	100 159
Movéis artig. decorat. equip. domést. e manutenção	95 347	85 548
Serviços médicos e de saúde	39 354	30 728
Transportes e comunicações	207 724	120 498
Distracções espectáculos instrução e cultura	49 142	33 782
Outros bens e serviços	170 945	121 521
Outras despesas	36 993	28 358

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1989/90.

O índice de poder de compra per capita é um índice que resulta da conjugação de vários indicadores socio-económicos e procura refletir o poder de compra relativo da região. Os valores deste índice para 1993 e 1995 mostram que o poder de compra regional médio por habitante situou-se a um nível equivalente a pouco mais de 2/3 do valor médio nacional: face a um índice nacional de 100,0 em ambas as datas, a região apresentou um índice de 69,1 em 1993 e de 69,3 em 1995.

Derivado daquele índice, a percentagem do poder de

compra regional reflete o peso da região no contexto nacional em termos de poder de compra. De 1993 para 1995, período em que a importância demográfica relativa da região no país desceu de 5,42 para 5,31%, o peso regional em termos de poder de compra baixou de 3,78 para 3,73%. Estes valores mostram que a importância do Alentejo no contexto das regiões portuguesas em termos de poder de compra tem acompanhado a tendência decrescente registada no volume de população residente.

**Despesas Anuais Médias dos Agregados Familiares
segundo os Grupos de Despesas**

Nuts	Per Capita		% Regional	
I, II e III	1993	1995	1993	1995
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00
Alentejo	69,14	69,26	3,78	3,73
Alentejo Litoral	67,37	68,38	0,67	0,67
Alto Alentejo	67,14	66,51	0,87	0,85
Alentejo Central	78,15	77,89	1,36	1,35
Baixo Alentejo	61,19	61,74	0,88	0,87

Fonte: INE, Índice de Poder de Compra Concelhio, 1993 e 1995.

Por nuts III, o poder de compra regional tem sido particularmente baixo na nuts III do Baixo Alentejo, com um índice per capita cerca de 38% aquém da média nacional, tanto em 1993 como em 1995. Ao contrário, o Alentejo Central detém o poder de compra per capita menos desfavorável das quatro nuts III, com uma disparidade de, aproximadamente, 22% face à média do país.

Por concelhos, os casos de menor poder de compra eram os de Barrancos, Mértola, Ourique, Almodôvar e Alvíto, ao

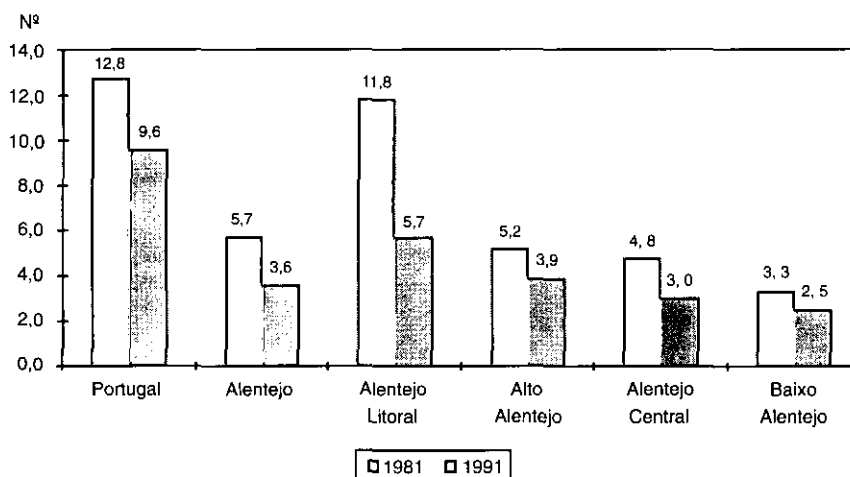
sul, Alandroal e Portel, ao centro, e Marvão e Monforte, ao norte, todos com índices per capita inferiores a 40,0 em ambas as datas. Em situação oposta, encontravam-se os concelhos de Sines, Évora, Beja, Vendas Novas, Portalegre e Elvas, os únicos com índices superiores a 80,0, em 1993 e 1995, simultaneamente. Entre estes últimos 6 concelhos, só nos de Sines, Évora e Beja o rácio entre a percentagem de poder de compra e a percentagem de população residente foi superior à unidade, tanto em 1993 como em 1995.

Habitação

A residência em alojamentos familiares não clássicos, categoria habitacional em que os Recenseamentos de 1981 e 1991 incluem barracas, casas rudimentares de madeira, improvisadas, móveis, entre outros de igual natureza, tem uma expressão bastante mais reduzida na região do que na globalidade do país. Em 1981, por cada 1000 residentes na

região, cerca de 5,7 indivíduos habitavam em alojamentos daquele tipo; no país, em igual data, esse valor ascendia a cerca de 12,8 indivíduos. De 1981 para 1991, esses valores passaram para 3,6 pessoas na região e para 9,6 pessoas no país, revelando uma diminuição mais acentuada no primeiro caso.

População Residente em Alojamentos Familiares Não Clássicos por 1000 hab.



A nuts III com maior proporção de residentes em alojamentos não clássicos era, tanto em 1981 como em 1991, a do Alentejo Litoral (11,8 e 5,7%, respectivamente), com Sines a assumir os valores concelhios mais altos (35,9% pessoas em 1981 e 13,2% em 1991). Para além de Sines, os concelhos de Mourão e Monforte também se

destacam pela negativa, com valores em 1991 (10,7 e 9,8%, respectivamente) acima da média nacional. Em situação oposta encontravam-se as nuts III do Baixo Alentejo e do Alentejo Central (com 2,5 e 3,0% em 1991, respectivamente), e, em particular, os concelhos de Portel, Sousel e Barrancos, os únicos onde, naquela data, os valores eram nulos.

População Residente em Alojamentos Familiares Não Clássicos

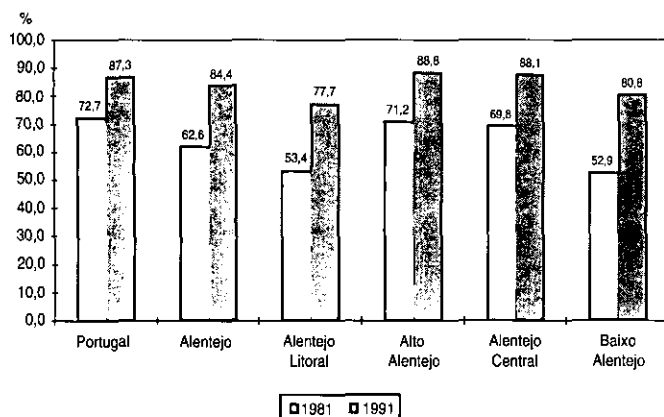
Nuts I, II e III	População residente em alojam. não clássicos			
	1981	1991	1981	1991
			Nº	
Portugal	9 833 014	9 862 540	125 515	94 765
Alentejo	578 430	543 442	3 310	1 954
Alentejo Litoral	103 141	98 519	1 222	563
Alto Alentejo	135 852	128 687	702	505
Alentejo Central	180 480	173 216	858	528
Baixo Alentejo	158 957	143 020	528	358

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991.

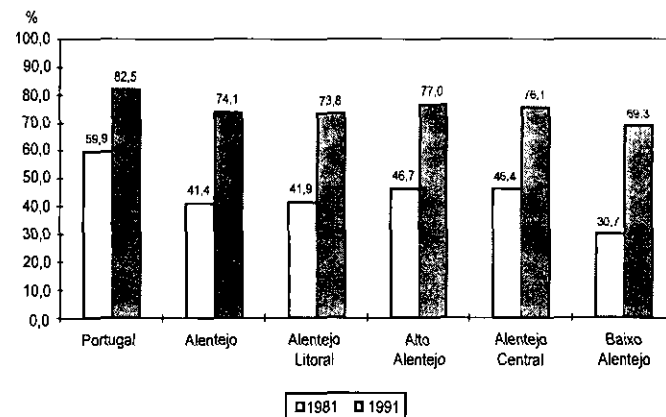
Situação diferente é a das instalações de saneamento básico e similares existentes nos alojamentos familiares da região, cujo grau de cobertura é inferior ao da globalidade do país. Em 1981 e em 1991, as proporções regionais de população residente em alojamentos familiares servidos por sistemas de esgotos, de água canalizada, de banho/duche

e de electricidade eram inferiores às proporções médias nacionais. Os maiores diferenciais diziam respeito aos graus de cobertura regional e nacional dos sistemas de esgotos e de banho/duche, com cerca de 1/4 da população regional ainda não servida nos seus alojamentos por este tipo de instalações, em 1991.

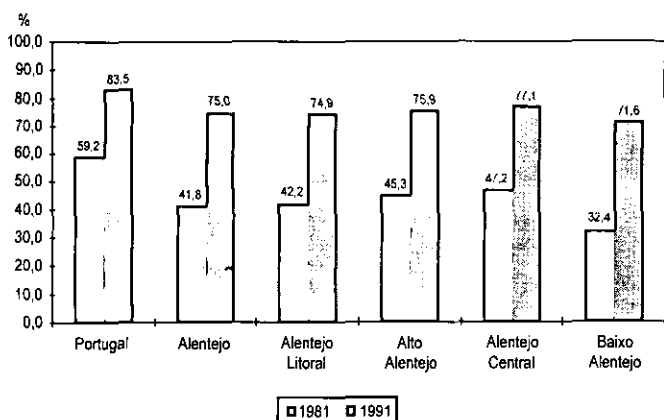
População Residente em Alojamentos Familiares com Água Canalizada



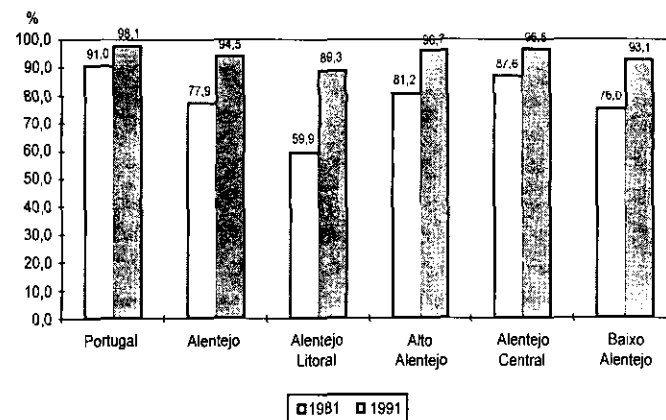
População Residente em Alojamentos Familiares com Sistema de Esgotos



População Residente em Alojamentos Familiares com Sistema de Banho/Duche



População Residente em Alojamentos Familiares com Electricidade



De uma forma geral, as nuts III menos servidas eram, tanto em 1981 como em 1991, as do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral, a primeira com maiores carências nos sistemas de esgotos e de banho/duche, a segunda com deficiências mais evidentes na cobertura da rede de água canalizada e no abastecimento de electricidade. Entre os

concelhos, Mértola, Ourique, Almodôvar e Odemira, apresentavam, em 1991, um grau de cobertura global muito insuficiente de todos estes tipos de instalações, assim como Arronches e Alandroal no que se refere à cobertura dos sistemas de esgotos e de banho/duche.

População Residente em Alojamentos Familiares Segundo as Condições dos Alojamentos

Nuts I, II e III	População residente total		População residente em alojamentos equipados com							
	1981	1991	retrete com descarga		água canalizada		banho/duche		electricidade	
			1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Nº										
Portugal	9 776 027	9 796 058	5 858 148	8 082 720	7 109 852	8 549 391	5 790 937	8 183 371	8 900 865	9 608 925
Alentejo	574 663	537 401	237 680	398 253	359 555	453 803	240 269	403 009	447 889	507 582
Alentejo Litoral	102 564	97 738	42 986	72 095	54 769	75 903	43 330	73 165	61 431	87 289
Alto Alentejo	134 761	126 809	62 954	97 643	95 991	112 597	61 070	96 309	109 399	122 613
Alentejo Central	179 343	171 658	83 203	130 659	125 173	151 236	84 648	132 401	157 032	166 201
Baixo Alentejo	157 995	141 196	48 537	97 856	83 622	114 067	51 221	101 134	120 027	131 479

Conforto e Lazer

Reflexo, em parte, das diferenças do poder de compra regional e nacional, o nível de vida das respectivas populações pode ser aferido também, de entre outros indicadores, da dotação de equipamentos existentes nos agregados familiares e da realização de férias.

Relativamente àqueles equipamentos, a região apresenta, de uma forma geral, uma dotação que fica bastante aquém da média do continente. O diferencial é particularmente elevado nos equipamentos que se podem considerar como mais supérfluos (antena parabólica, computador pessoal, aparelho micro-ondas, por exemplo), face a outros mais elementares e mais generalizados (fogão, frigorífico, máquina de lavar roupa, televisor), cujos valores regionais e continentais são mais próximos. Veja-se, por exemplo, o que acontece com dois equipamentos associados entre si, o televisor e a antenna parabólica. Em 1995, o primeiro destes

equipamentos existia em cerca de 96,2% dos agregados do continente e em cerca de 94,7% dos agregados da região; na mesma data, os valores referentes ao segundo daqueles equipamentos eram de 9,8 e 3,5%, respectivamente. Para além da grande diferença existente entre os valores de um e de outro equipamento, nota-se também uma maior disparidade entre os valores continentais e regionais no segundo equipamento. Veja-se, como segundo exemplo, os valores disponíveis sobre a dotação de meios de transporte privados. Em 1995, a bicicleta sem motor e a moto/motorizada eram equipamentos que existiam em cerca de 29,5% e 28,2% dos agregados familiares do continente e em cerca de 34,7% e 27,5% dos agregados do Alentejo. Proporções diferentes encontram-se no caso do automóvel ligeiro, que, na mesma data, existia em 56,1% dos agregados do continente e em apenas 45,8% dos agregados da região.

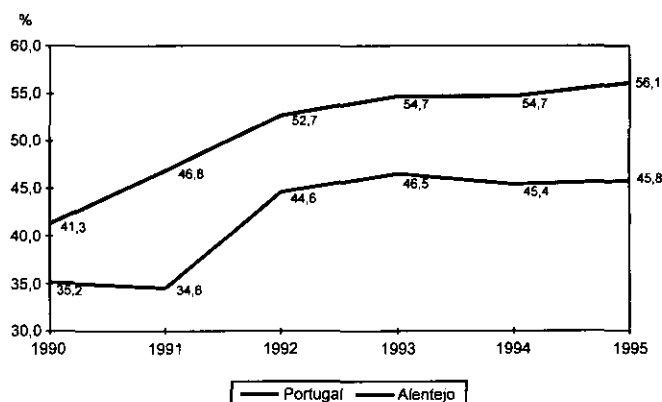
Equipamentos nos Agregados Familiares

Equipamentos	Portugal									Alentejo								
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	%	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	%
Telefone	35,6	41,4	47,1	55,2	65,6	72,4	74,8	77,5	24,4	29,1	34,1	36,3	52,3	64,6	68,5	67,7		
Fogão	99,2	99,4	99,5	98,8	98,7	98,7	99,0	99,1	99,9	99,1	99,2	99,3	99,2	98,7	99,2	98,9		
Micro-ondas	x	x	x	x	x	7,8	10,0	13,0	x	x	x	x	x	4,9	6,8	7,1		
Frigorífico	88,8	90,1	92,4	93,0	94,3	94,3	95,3	95,7	87,5	87,4	88,2	88,0	88,8	92,0	92,9	93,2		
Máquina de lavar roupa	46,2	51,7	55,4	61,6	68,1	72,0	74,5	76,7	49,5	53,3	55,8	59,3	65,6	70,9	74,0	74,3		
Máquina de lavar louça	6,3	7,6	7,9	9,7	13,4	14,0	16,0	14,8	4,2	6,2	6,3	4,8	9,1	9,7	11,2	9,2		
Aspirador	43,3	48,5	52,9	55,9	59,0	60,0	61,7	60,8	26,5	28,7	33,0	28,4	37,0	37,7	35,7	34,8		
Televisão	84,9	88,2	91,4	92,5	94,7	94,9	95,6	96,2	86,1	85,2	89,8	89,4	90,7	93,2	94,8	94,7		
Antena Parabólica	x	x	x	x	x	8,3	9,0	9,8	x	x	x	x	x	2,7	2,7	3,5		
Material fotográfico, video, etc,	14,2	21,8	25,3	32,5	43,3	x	x	x	17,6	22,2	22,7	23,9	34,5	x	x	x		
Material de vídeo	x	x	x	x	x	38,3	41,0	x	x	x	x	x	x	28,4	30,1	x		
Leitor de CD	x	x	x	x	x	12,6	16,7	18,9	x	x	x	x	x	7,0	8,3	9,5		
Alta Fidelidade	x	x	x	x	x	29,9	32,1	32,3	x	x	x	x	x	23,0	22,7	20,9		
Computador pessoal	3,2	4,4	5,4	6,4	9,1	9,7	11,6	11,9	2,2	4,3	5,6	3,4	6,2	5,7	7,1	5,7		
Bicicleta sem motor	17,1	17,8	20,8	20,3	32,1	31,6	29,8	29,5	16,9	23,3	29,5	21,6	34,7	35,7	33,3	34,7		
Moto ou motorizada	19,9	19,3	18,9	19,2	19,8	20,7	19,4	28,2	25,2	26,7	24,8	27,1	29,9	28,5	28,0	27,5		
1 automóvel ligeiro	28,5	34,1	35,7	38,9	41,7	42,5	42,6	43,3	23,4	28,6	31,5	31,3	34,4	36,2	36,4	37,4		
2 automóveis ligeiros	2,0	4,1	5,0	6,6	9,2	10,4	10,3	10,9	0,3	2,8	3,0	3,3	8,5	8,9	7,9	7,1		
3 e mais automóveis ligeiros	0,6	0,6	0,6	1,3	1,8	1,8	1,8	1,9	0,1	0,4	0,7	-	1,7	1,4	1,1	1,3		

Fonte: INE, Indicadores de Conforto, 1988 a 1995.

Notas: os valores de 1988 e 1989 apresentados para Portugal referem-se ao total do continente.

Agregados Familiares com Automóvel ligeiro

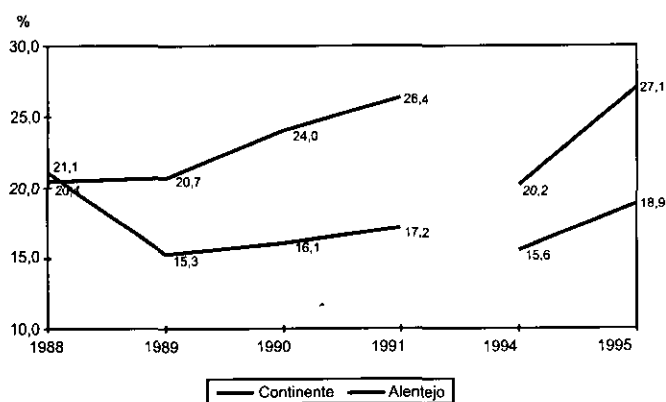


Diferencial semelhante pode encontrar-se nos valores relacionados com as férias dos indivíduos. Nos últimos anos, a percentagem de indivíduos residentes no Alentejo que fizeram férias foi inferior à mesma percentagem dos residentes no continente; em 1995, as proporções foram de 18,9% para a região e de 27,1% para o continente.

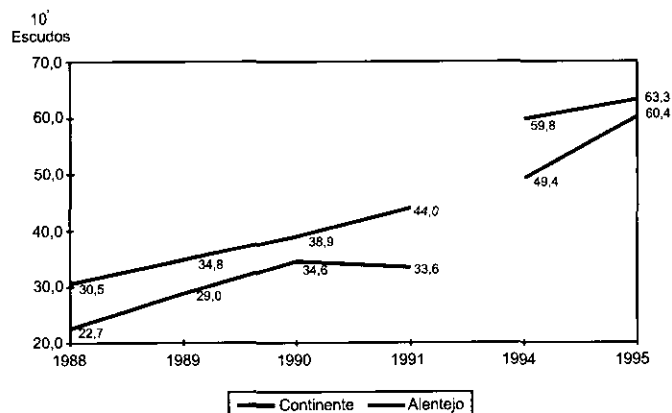
Para além disso, a despesa média dos indivíduos com as férias tem sido sistematicamente mais elevada no continente do que na região. Em 1995, data em que o

diferencial foi o mais pequeno dos últimos anos, a despesa média com as férias cifrou-se em cerca de 63,3 mil escudos no continente e em 60,4 mil escudos na região. Em 1991, os valores haviam sido de 44,0 e 33,6 mil escudos, respectivamente. Esta disparidade nas despesas regionais e continentais com as férias é condizente com as diferenças (já analisadas) das estruturas regionais e continentais de consumo de 1989/90, em termos de despesas com distrações e similares.

Indivíduos que Fizeram Férias



Despesa Média dos Indivíduos com as Férias



De todas as variáveis analisadas sobre o nível de vida global das populações regional e nacional (ou continental), a região denota alguma vantagem somente no que se refere aos níveis de residência em habitação rudimentar. Em todas as outras variáveis - instrução, estratificação socio-económica, rendimentos, infra-estruturas e equipamentos nos alojamentos e lazer -, o Alentejo perde, mais ou menos significativamente, para a globalidade das regiões nacionais.

A situação apresenta-se particularmente gravosa, na medida em que se tratam de características estruturais da região. Certamente nestas, como noutras características sociais e económicas da região, reside parte da explicação para a situação demográfica mais desfavorável em que se encontra o Alentejo, nomeadamente no que se refere aos movimentos migratórios que lhe são típicos.

Indicadores de Nível de Vida por Nuts I, II e III e Concelhos

Nuts I	Taxa de	Pop. residente por níveis de instrução escolar					Grupos socio-económicos			
II	analfa-	Sem	básico			secun-	médio e	empresár.	independen-	quadros
III	betismo	instrução	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	dário	superior	peq. patrões	tes	superiores
Concelhos						1991				
						%				
Portugal	11,0	17,6	43,8	12,7	10,9	8,7	6,3	7,7	13,5	5,7
Alentejo	21,8	26,7	41,8	10,9	9,8	7,0	3,8	6,0	15,5	3,8
Alentejo Litoral	24,2	29,5	40,0	10,7	10,0	6,7	3,1	6,9	18,6	3,1
Alcácer do Sal	24,9	29,6	44,2	9,8	9,3	5,0	2,0	5,0	16,5	1,8
Grândola	26,9	32,1	40,7	10,1	9,2	5,6	2,4	7,0	22,5	2,7
Odemira	32,8	37,5	39,6	10,3	7,0	3,6	1,9	8,8	23,9	1,8
Santiago do Cacém	19,2	25,0	37,8	11,1	12,3	9,2	4,5	6,0	16,4	4,3
Sines	14,1	20,8	40,6	12,4	12,3	9,9	4,1	7,4	12,7	4,5
Alto Alentejo	21,6	26,4	42,5	11,0	9,5	6,8	3,8	6,2	14,0	3,9
Alter do Chão	24,9	28,4	43,8	10,1	8,2	6,3	3,2	5,6	15,7	3,7
Arronches	31,0	34,9	41,9	10,4	6,6	4,0	2,2	5,8	18,5	1,3
Avis	27,1	31,0	42,9	9,4	8,7	5,9	2,1	3,6	14,4	2,0
Campo Maior	21,2	26,5	41,4	11,6	10,1	7,4	3,1	7,9	10,7	3,6
Castelo de Vide	28,3	33,0	40,3	10,0	6,8	6,0	4,0	7,0	18,2	5,1
Crato	22,9	26,8	48,2	10,5	7,6	4,8	2,2	6,4	12,0	3,2
Elvas	16,3	22,7	40,9	12,8	11,0	8,0	4,6	6,5	11,8	4,5
Fronteira	22,9	27,8	42,4	12,2	8,3	5,8	3,4	6,0	16,7	2,6
Marvão	25,7	29,7	43,7	14,1	6,6	4,1	1,8	5,5	27,2	1,8
Monforte	33,3	36,7	37,4	11,5	8,1	4,2	2,0	4,5	14,1	1,5
Mora	23,4	27,6	46,6	8,9	8,7	5,3	2,9	5,7	15,3	2,5
Nisa	26,3	29,6	46,2	9,5	6,7	5,2	2,7	7,5	22,7	3,1
Ponte de Sôr	23,0	28,3	44,1	11,0	7,7	5,6	3,3	6,1	15,5	3,2
Portalegre	16,1	21,3	40,2	10,1	12,6	9,7	6,0	6,2	10,0	5,8
Alentejo Central	19,4	24,4	42,3	10,9	10,2	7,7	4,6	5,6	13,3	4,4
Alandroal	25,3	29,3	48,2	10,5	6,7	3,9	1,4	2,0	17,4	1,2
Arraiolos	21,0	25,9	47,0	11,3	8,3	5,4	2,1	6,4	13,0	1,9
Borba	22,6	27,4	41,5	11,7	9,9	7,1	2,4	5,1	15,6	2,2
Estremoz	23,1	27,2	41,6	9,3	10,2	7,9	3,8	5,8	14,2	3,8
Évora	12,5	18,4	37,9	11,2	13,0	10,9	8,5	6,6	9,8	8,0
Montemor-o-Novo	22,5	27,4	45,6	10,3	8,3	5,7	2,8	5,2	14,9	2,3
Mourão	27,3	31,9	43,3	10,4	8,4	4,1	2,0	4,0	17,2	2,1
Portel	25,0	29,4	45,2	12,3	7,7	3,9	1,5	2,7	11,5	1,2
Redondo	22,3	27,2	46,2	10,1	8,6	5,4	2,5	4,7	18,5	2,3
Reguengos de Monsaraz	22,5	26,9	44,6	10,3	8,8	6,4	2,9	5,7	17,7	2,7
Sousel	27,3	31,1	43,3	9,4	7,7	6,2	2,3	5,6	19,6	1,3
Vendas Novas	16,4	21,0	44,1	10,8	11,5	8,2	4,3	5,1	14,1	3,3
Viana do Alentejo	25,0	29,9	42,5	12,0	7,7	5,6	2,3	5,1	14,5	2,4
Vila Viçosa	18,7	23,7	42,1	12,3	10,4	7,7	3,9	6,4	10,5	4,4
Baixo Alentejo	23,3	28,1	41,7	10,9	9,5	6,5	3,4	5,8	17,5	3,6
Aljustrel	21,3	26,3	44,9	10,8	9,6	6,0	2,5	6,4	18,3	3,2
Almodôvar	26,7	31,4	43,2	10,0	7,6	5,6	2,3	4,5	27,7	2,4
Alvito	27,6	32,0	40,4	11,4	8,8	4,5	2,9	10,2	11,8	2,7
Barrancos	23,5	30,6	40,8	15,1	8,4	3,5	1,7	6,6	12,8	2,0
Beja	17,3	22,3	37,7	10,3	13,4	9,9	6,5	6,7	11,6	6,4
Castro Verde	20,5	25,4	45,9	11,1	7,7	6,8	3,2	5,3	14,1	3,9
Cuba	24,5	29,3	43,6	10,4	7,7	6,4	2,6	4,5	17,5	3,1
Ferreira do Alentejo	24,7	29,3	43,1	11,1	8,7	5,4	2,4	6,5	22,3	2,2
Mértola	29,6	33,0	44,0	10,1	7,0	4,4	1,5	6,7	18,1	2,1
Moura	24,2	29,2	42,7	11,7	8,1	5,4	2,8	5,6	18,9	2,8
Ourique	30,2	35,3	42,2	9,4	6,7	5,1	1,3	4,6	26,7	1,0
Serpa	27,4	31,4	40,5	12,5	8,7	4,5	2,4	4,3	19,2	2,4
Vidigueira	23,9	28,8	44,9	9,5	8,2	6,1	2,6	4,7	20,9	2,4

(continua)

Indicadores de Nível de Vida por Nuts I, II e III e Concelhos

Nuts I II III Concelhos	Grupos socio-económicos			Poder de compra		População residente em alojamentos familiares				
	quadros	profissionais		per	percentagem	não		com		
	interméd. qualif.	não qualif.		capita	regional	clássicos	retrete	água	banho	electricid.
	1991			1995				1991		
	%			v.índice	%	%		%		
Portugal	6,5	49,2	14,8	100,00	100,00	9,6	82,5	87,3	83,5	98,1
Alentejo	5,0	41,8	24,4	69,26	3,73	3,6	74,1	84,4	75,0	94,5
Alentejo Litoral	4,7	42,3	22,0	68,38	0,67	5,7	73,8	77,7	74,9	89,3
Alcácer do Sal	2,5	41,2	30,6	56,44	0,08	7,6	81,0	84,7	79,7	95,2
Grândola	3,4	43,0	19,2	61,77	0,08	8,3	74,0	80,2	79,5	92,3
Odemira	2,6	35,1	26,4	55,55	0,14	4,8	56,4	58,6	57,4	76,6
Santiago do Cacém	7,2	45,1	18,2	68,54	0,22	1,5	80,2	84,7	80,3	93,7
Sines	7,0	49,9	15,5	114,90	0,14	13,2	85,8	89,4	87,6	95,0
Alto Alentejo	5,5	42,4	25,0	66,51	0,85	3,9	77,0	88,8	75,9	96,7
Alter do Chão	5,4	41,5	25,9	45,18	0,02	2,3	82,3	98,3	83,2	98,1
Arronches	4,2	34,4	33,3	42,47	0,02	0,3	58,8	78,8	55,1	94,5
Avis	3,5	44,8	30,0	41,65	0,02	7,0	72,3	90,8	76,6	95,8
Campo Maior	4,3	43,0	26,6	79,64	0,07	4,6	81,9	94,3	80,7	97,6
Castelo de Vide	5,4	38,0	23,2	56,48	0,02	5,3	73,1	86,6	70,3	92,6
Crato	3,4	41,6	30,0	41,23	0,02	4,3	75,1	93,0	76,7	97,4
Elvas	5,6	47,8	20,2	82,26	0,20	6,3	78,0	88,3	74,5	97,0
Fronteira	3,1	37,4	31,5	40,60	0,02	1,5	81,5	97,5	85,8	98,5
Marvão	3,8	39,7	18,0	36,88	0,02	0,9	62,0	67,0	60,9	94,4
Monforte	3,5	35,7	37,6	38,12	0,01	9,8	77,4	93,1	75,0	95,5
Mora	2,9	42,3	29,9	44,98	0,03	1,8	81,5	92,4	79,0	97,0
Nisa	5,2	40,3	17,8	52,98	0,05	1,1	76,4	96,9	77,8	98,5
Ponte de Sôr	4,1	36,7	32,0	62,98	0,11	6,2	76,1	84,5	74,1	95,6
Portalegre	9,1	45,0	20,8	91,75	0,24	1,3	79,6	87,0	78,9	97,1
Alentejo Central	5,0	43,3	25,5	77,89	1,35	3,0	76,1	88,1	77,1	96,8
Alandroal	1,8	42,5	31,8	36,40	0,03	0,4	57,0	88,1	58,8	95,0
Arraiolos	2,7	44,3	29,1	42,07	0,03	2,6	75,8	92,8	75,8	97,4
Borba	2,8	48,7	23,6	66,89	0,05	9,3	72,1	86,5	72,4	97,0
Estremoz	3,9	40,1	29,0	76,40	0,12	0,8	66,6	81,1	65,8	98,4
Évora	8,6	46,3	17,8	110,19	0,60	2,4	84,5	91,5	86,2	98,5
Montemor-o-Novo	3,5	42,8	29,6	74,27	0,14	2,0	71,1	76,8	71,8	93,5
Mourão	2,5	41,0	26,2	37,59	0,01	10,7	77,1	93,2	79,1	95,9
Portel	2,6	26,8	52,1	31,92	0,02	-	62,5	85,2	66,9	95,6
Redondo	2,7	42,5	25,9	60,31	0,05	2,9	62,7	80,3	63,7	91,6
Reguengos de Monsaraz	3,6	37,4	30,4	63,54	0,07	8,2	76,9	92,4	78,0	97,1
Sousel	2,8	32,3	35,6	45,05	0,03	-	77,9	90,2	78,6	97,7
Vendas Novas	4,4	47,2	21,3	95,53	0,10	4,0	86,9	92,3	88,3	98,1
Viana do Alentejo	2,9	38,0	34,2	47,22	0,03	8,0	79,9	91,7	81,0	95,4
Vila Viçosa	4,1	53,7	19,2	75,15	0,07	0,7	78,1	94,1	76,6	96,3
Baixo Alentejo	4,9	38,9	24,3	61,74	0,87	2,5	69,3	80,8	71,6	93,1
Aljustrel	5,2	42,6	18,4	55,56	0,07	1,8	74,3	92,5	76,2	96,1
Almodôvar	3,4	34,7	19,1	35,68	0,03	0,8	50,4	56,3	56,6	86,6
Alvito	2,8	40,3	29,9	28,90	0,01	0,8	81,8	89,9	75,6	91,5
Barrancos	3,3	33,9	35,1	34,19	0,01	-	70,4	93,8	70,1	96,4
Beja	7,7	43,7	18,3	108,34	0,38	2,7	83,8	93,4	85,1	96,6
Castro Verde	5,1	42,8	24,4	50,52	0,04	3,1	71,8	84,1	75,9	95,7
Cuba	4,4	40,3	24,7	39,11	0,02	8,0	80,6	96,0	80,5	96,5
Ferreira do Alentejo	3,0	34,3	29,7	50,74	0,05	1,0	74,9	89,8	77,6	95,0
Mértola	3,7	41,4	19,8	37,76	0,04	0,4	28,2	24,1	35,5	88,0
Moura	3,8	32,4	32,9	56,14	0,10	4,7	65,9	80,6	67,1	94,3
Ourique	2,9	37,2	24,2	37,41	0,02	0,8	50,3	52,5	52,9	79,4
Serpa	3,3	35,3	30,7	45,37	0,08	1,5	66,3	83,1	69,1	89,6
Vidigueira	4,1	37,6	27,0	43,34	0,03	5,2	80,0	94,8	80,6	96,8

CONCEITOS & NOTAS EXPLICATIVAS

Alojamento Familiar Não Clássico

Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família. Inclui todo o tipo de alojamentos familiares (barracas, casas rudimentares de madeira, improvisados, móveis, outros), com excepção dos alojamentos clássicos.

Despesa Anual Média do Agregado Familiar

Inclui as despesas dos agregados com a aquisição de bens e serviços e também os valores correspondentes ao auto-consumo, autoabastecimento, autolocação, salários em natureza e transferências em natureza recebidas pelo agregado. Na definição de agregado familiar não tem que haver relações de parentesco entre as pessoas que o constituem, incluindo-se: o grupo de pessoas que reside numa mesma unidade de alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação são suportadas conjuntamente (orçamento comum); o indivíduo que ocupa integralmente uma unidade de alojamento ou que, partilhando-a com outros, não satisfaz a condição anterior.

Grupo Socio-Económico

Variável estabelecida a partir de vários indicadores socio-económicos que procura reflectir o universo da actividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos. Estão presentes os seguintes indicadores primários: profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde trabalha. Em virtude de algumas diferenças conceptuais nesta variável entre o Recenseamento de 1981 e o de 1991 a sua comparabilidade não é possível; por esta razão só se apresenta nesta publicação a distribuição referente a 1991.

Índice de Poder de Compra Per Capita

Variável estabelecida a partir de vários indicadores socio-económicos que procura reflectir o poder de compra regional e concelhio. Estão presentes os seguintes indicadores: imposto sobre veículos per capita; consumo doméstico de electricidade per capita; número de telefones per capita; número de pessoas ao serviço em empresas da CAE 62 (comércio a retalho) sediadas nos concelhos per capita; valor das hipotecas em prédios em propriedade horizontal per capita; valor dos depósitos à ordem em estabelecimentos bancários localizados nos concelhos per capita; crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados nos concelhos per capita; valores dos levantamentos em caixas

multibanco per capita; taxa de urbanização (população em lugares com mais de 3500 habitantes em proporção da população presente nos concelhos); contribuição predial autárquica per capita; custo dos edifícios novos, ampliações, restaurações e transformações para habitação per capita; número de empresas da CAE 63 (restaurantes e hotéis) sediadas nos concelhos per capita; volume de vendas anuais em empresas da CAE 63 (restaurantes e hotéis) sediadas nos concelhos per capita; superfície pavimentada para comércio, restaurantes e hotéis em edifícios novos concluídos per capita; número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros per capita. O índice de poder de compra per capita nacional assume o valor médio de 100,0.

Nível de Instrução

Grau de ensino mais elevado, completo ou incompleto, atingido pelos indivíduos.

Percentagem de Poder de Compra

Variável estabelecida a partir de vários indicadores socio-económicos que procura reflectir o peso relativo da região e dos seus concelhos no poder de compra nacional, que assume o valor máximo de 100,0. Nesta variável estão presentes os mesmos indicadores de base do índice de poder de compra per capita.

Receita Líquida Anual Média do Agregado Familiar

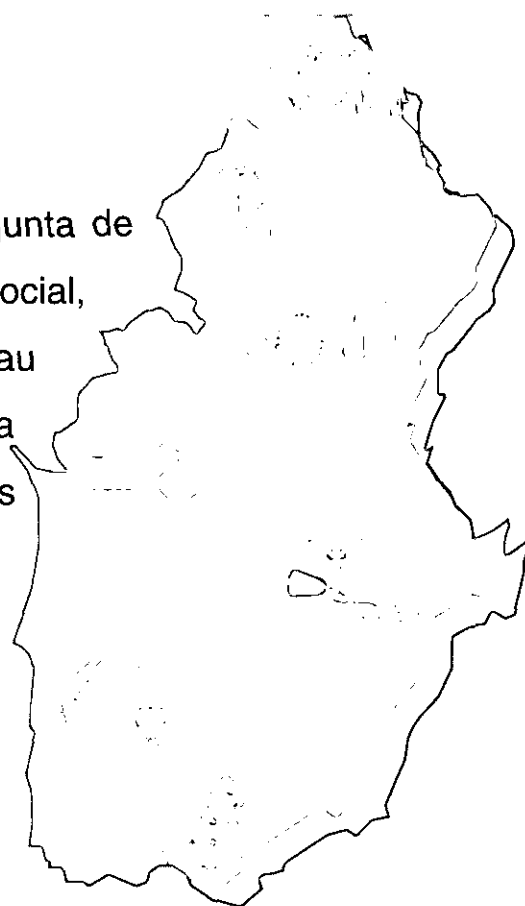
Soma dos recursos líquidos recebidos por cada um dos membros titulares de receita do agregado. Na definição de agregado familiar não tem que haver relações de parentesco entre as pessoas que o constituem, incluindo-se: o grupo de pessoas que reside numa mesma unidade de alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação são suportadas conjuntamente (orçamento comum); o indivíduo que ocupa integralmente uma unidade de alojamento ou que, partilhando-a com outros, não satisfaz a condição anterior.

Taxa de Analfabetismo

Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário. Deste modo, representa a relação entre o número de analfabetos com 10 ou mais anos e a população residente com a mesma idade.

V- Saúde e Segurança Social

Neste capítulo procede-se a uma análise conjunta de informação estatística sobre saúde e segurança social, considerando-se variáveis como a dotação e grau de cobertura de alguns equipamentos de assistência médica e social, as captações de médicos, camas hospitalares e pensionistas por velhice, sobrevivência e invalidez, a mortalidade infantil e a esperança de vida.



A proporção dos equipamentos de saúde e de segurança social localizados na região relativamente à proporção do país é favorável quando se tem em conta o peso relativo da população regional no contexto nacional (5,3% em 1995) e desfavorável quando relacionada com a dimensão territorial da região (29,3% da área nacional). Na saúde, por exemplo, as proporções de centros de saúde e de extensões de centros de saúde existentes na região face aos totais

nacionais eram, em 1995, de 12,3 e de 13,4%, notoriamente mais elevadas do que a proporção de população residente. Nos equipamentos de segurança social, de entre a informação disponível, a proporção regional mais baixa é a dos centros de actividades de tempos livres (5,7%), ainda assim ligeiramente superior à proporção da população nacional residente na região.

**Equipamentos de Saúde
em 1995**

Nuts I, II e III	Hospitais	Centros de Saúde total	com internamento	Extensões de centros de saúde Nº	Postos médicos	Farmácias	Postos de medica- mentos
Portugal	200	383	118	2 014	463	2 528	331
Alentejo	10	47	26	269	31	166	85
Alentejo Litoral	1	5	4	36	5	31	4
Alto Alentejo	4	15	6	70	8	41	29
Alentejo Central	3	14	9	89	10	52	35
Baixo Alentejo	2	13	8	74	8	42	17

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1995.

**Equipamentos de Segurança Social
em 1994**

Nuts I, II e III	Creches	Jardins de infância	Internatos p/ crianças e jovens	Lares Nº	Centros de dia	Centros de actividades temp. livres	Centros de convívio
Portugal	x	1 636	x	852	935	1 129	x
Alentejo	85	97	14	106	115	64	15
Alentejo Litoral	14	17	-	7	21	9	1
Alto Alentejo	26	28	2	31	46	21	6
Alentejo Central	29	34	9	37	31	26	6
Baixo Alentejo	16	18	3	31	17	8	2

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Nota: o total nacional de jardins de infância inclui também creches.

Na comparação com a proporção da área física, nem as proporções regionais dos postos de medicamentos (25,7% do total nacional) ou dos lares (12,4%), as maiores de entre os vários equipamentos de saúde e de segurança social considerados, conseguem alcançá-la. Daí que o rácio área/equipamento na região seja, em todos os equipamentos de saúde e de segurança social, bastante superior à média nacional. Nas farmácias e nos postos médicos, por exemplo,

as taxas de cobertura regional, em 1995, eram de 162,2 kms² por farmácia e de 868,7 kms² por posto médico, aproximadamente, enquanto no país os valores cifravam-se em cerca de 36,4 198,5 kms², respectivamente. Nos centros de actividades de tempos livres da Segurança Social, a taxa de cobertura regional (420,8 km² por centro, em 1994) ficava mais de 5 vezes aquém da taxa de cobertura nacional (81,4 km²).

**Taxa de Cobertura de Equipamentos de Saúde
em 1995**

Nuts I, II e III	Hospitais	Centros de Saúde total	com internamento	Extensões de centros de saúde Km ² /Equip.	Postos médicos	Farmácias	Postos de medica- mentos
Portugal	459,5	240,0	778,9	45,6	198,5	36,4	277,7
Alentejo	2 693,1	573,0	1 035,8	100,1	868,7	162,2	316,8
Alentejo Litoral	5 262,0	1 052,4	1 315,5	146,2	1 052,4	169,7	1 315,5
Alto Alentejo	1 484,3	395,8	989,5	84,8	742,1	144,8	204,7
Alentejo Central	2 409,7	516,4	803,2	81,2	722,9	139,0	206,5
Baixo Alentejo	4 251,5	654,1	1 062,9	114,9	1 062,9	202,5	500,2

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1995.

**Taxa de Cobertura de Equipamentos de Segurança Social
em 1994**

Nuts I, II e III	Creches	Jardins de infância	Internatos p/ crianças e jovens	Lares	Centros de dia	Centros actividades temp. livres	Centros de convívio
				Km ² /Equip.			
Portugal	x	56,2	x	107,9	98,3	81,4	x
Alentejo	316,8	277,6	1 923,6	254,1	234,2	420,8	1 795,4
Alentejo Litoral	375,9	309,5	-	751,7	250,6	584,7	5 262,0
Alto Alentejo	228,3	212,0	2 968,5	191,5	129,1	282,7	989,5
Alentejo Central	249,3	212,6	803,2	195,4	233,2	278,0	1 204,8
Baixo Alentejo	531,4	472,4	2 834,3	274,3	500,2	1 062,9	4 251,5

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Nota: o total nacional de jardins de infância inclui também creches.

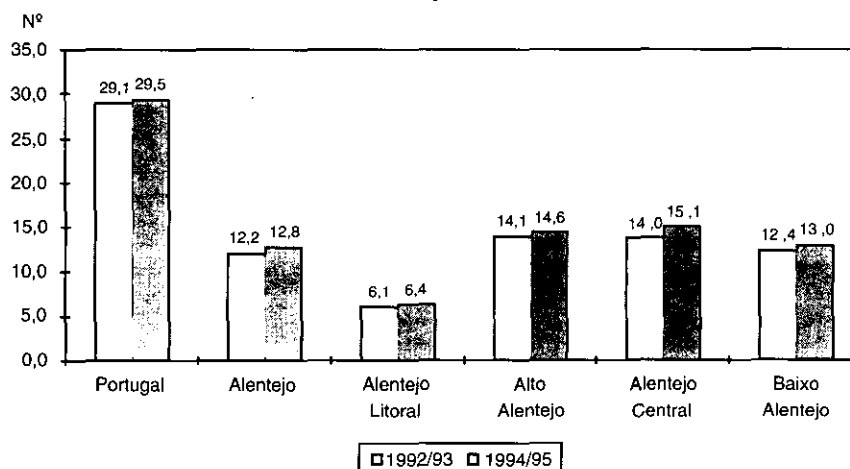
Na generalidade dos equipamentos de saúde e de segurança social, o Alentejo Central e o Alto Alentejo são as nuts III com as melhores taxas de cobertura e, nesta óptica, mais bem equipadas. Considerando o exemplo dos postos médicos, a taxa de cobertura naquelas duas nuts III é de 722,9 e 742,1 kms², respectivamente. Nos jardins de infância, as taxas de cobertura distinguem o Alto Alentejo (com 212,0 kms² por equipamento) e o Alentejo Central (212,6 kms²), ao Baixo Alentejo (472,4 kms²) e ao Alentejo Litoral (309,5 kms²).

Por concelhos, o maior número de equipamentos de saúde e de segurança social localiza-se, na sua generalidade, nos municípios mais populosos, nomeadamente em Évora, Beja, Portalegre e Elvas. A maior concentração dos equipamentos nestes concelhos nem sempre lhes garante, no entanto, idêntica primazia no que se refere às taxas de cobertura, dada a conjugação entre o número de equipamentos e a área física concelhia. Por exemplo, o concelho de Évora é o que detém na região os maiores números de lares e de farmácias, mas apresenta apenas a sétima e a oitava maiores taxas concelhias de

cobertura nestes dois equipamentos. Nestes casos, os lugares cimeiros são ocupados pelos concelhos de Cuba e Estremoz (nos lares) e de Vila Viçosa e Portalegre (nas farmácias), que, com um menor número de equipamentos, mas, com uma área mais pequena do que Évora, têm taxas de cobertura significativamente superiores às deste concelho. Situação análoga é a de concelhos como Sines e Marvão, por exemplo, que, comparativamente com outros concelhos, têm um número consideravelmente menor de creches e de jardins de infância, no primeiro caso, e de extensões de centros de saúde e de postos de medicamentos, no segundo, mas apresentam taxas de cobertura destes equipamentos mais favoráveis do que as de concelhos como Évora, Beja ou Portalegre.

Os números de médicos e de camas hospitalares por 10000 habitantes na região também são inferiores às respectivas médias nacionais. O diferencial é mais notório no quantitativo dos médicos por 10000 habitantes, que, de 1992/93 para 1994/95 aumentou de 29,1 para 29,5 no país e de 12,2 para 12,8 na região.

Médicos Residentes por 10000 habitantes



Ao nível infra-regional, este último rácio manteve-se mais elevado no Alentejo Central e no Alto Alentejo (15,1 e 14,6 médicos por 10000 habitantes, respectivamente, em 1994/95) e nos concelhos de Beja (35,5), Évora (33,3) e Portalegre (25,9). Em contrapartida, o Alentejo Litoral revelou, entre as nuts III, a dotação de pessoal médico mais reduzida, com valores claramente deficitários face aos das suas

congêneres. Apesar deste baixo valor médio do Alentejo Litoral, ao nível municipal os valores mais baixos encontravam-se em 3 concelhos do Baixo Alentejo (Alvito, Ourique e Mértola) e em 3 concelhos do Alentejo Central (Alandroal, Borba e Arraiolos), todos com um número de médicos por 10000 habitantes inferior a 4,0, em 1994/95.

Médicos Residentes

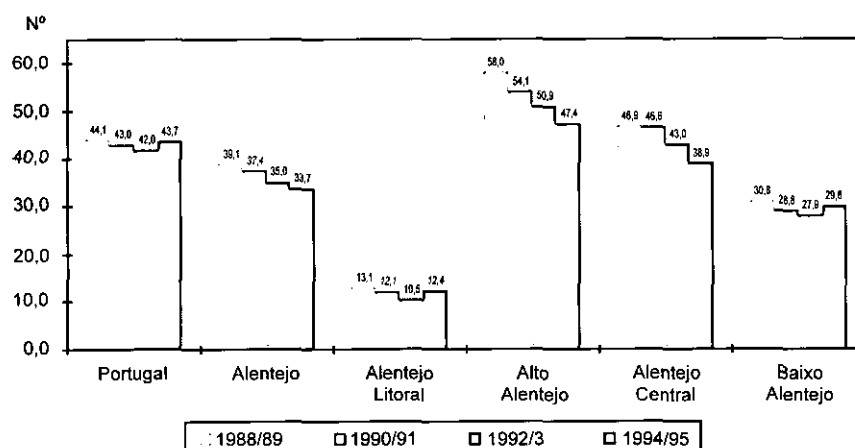
Nuts I, II e III	1991	1992	1993 Nº	1994	1995
Portugal	28 326	28 604	28 769	29 031	29 353
Alentejo	635	586	704	674	684
Alentejo Litoral	59	586	704	62	61
Alto Alentejo	179	177	352	182	182
Alentejo Central	228	236	176	250	264
Baixo Alentejo	169	173	176	180	177

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1991 a 1995.

Menos deficitário, mas inferior à média nacional, é o número de camas hospitalares por 10000 habitantes na região. De 1988/89 para 1994/95, o valor nacional decresceu, ligeiramente, de 44,1 para 43,7, enquanto o valor regional diminuiu, mais acentuadamente, de 39,1 para 33,7. Também aqui o Alentejo Litoral apresenta os valores mais baixos das 4 nuts III (12,4 em 1994/95), claramente distanciada da média

regional. Pelo contrário, o Alto Alentejo destaca-se pela positiva, com valores que superaram, notoriamente, a média nacional em todos os períodos considerados. Deve salientar-se, no entanto, que foi esta nuts III que apresentou a variação negativa mais elevada entre 1988/89 e 1994/95 (-18,3%), quando a variação regional média havia sido de -13,7%.

Número de Camas Hospitalares por 10000 habitantes



Por concelhos, a inexistência de estabelecimentos de saúde com internamento em 13 dos 46 concelhos da região torna nula a taxa de cobertura de camas hospitalares, em 1994/95, numa parte significativa do território regional. Dos

concelhos que não fazem parte deste grupo, Portalegre, Évora, Beja, Montemor--o-Novo e, principalmente, Monforte, assumem-se como os melhores dotados, com valores relativos muito acima da média nacional.

Camas Hospitalares

Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	43 956	43 790	42 950	42 069	41 814	41 036	40 662	45 968
Alentejo	2 198	2 167	2 069	2 011	1 919	1 840	1 706	1 860
Alentejo Litoral	135	129	123	116	87	118	85	154
Alto Alentejo	777	749	706	690	675	618	578	604
Alentejo Central	828	828	818	799	756	721	666	660
Baixo Alentejo	461	461	422	406	401	383	377	442

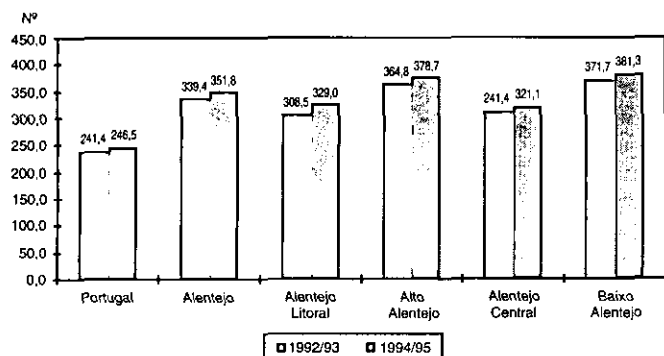
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1988 a 1995.

Os equipamentos de saúde e de segurança social assumem particular importância no Alentejo, tendo em consideração o estado de maior envelhecimento demográfico em que se encontra esta região, face à média nacional. Resultado, em parte, deste envelhecimento demográfico regional mais intenso, o número relativo de pensionistas na região é também consideravelmente superior na comparação com a situação média do país. Em 1992/93, o número de pensionistas por 1000 habitantes no país cifrou-se em 241,4, contra 339,4 na região; em 1994/95, estes valores ascenderam a 246,5 e 351,8, respectivamente, correspondendo a

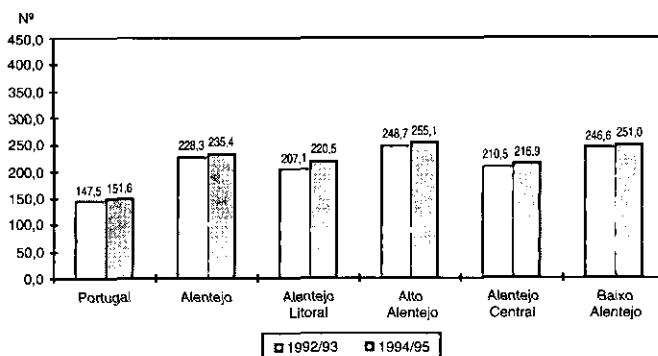
acréscimos de 2,1 e 3,7%, para cada um dos casos.

Por regime de pensionistas, e em ambos os períodos, os valores relativos da região foram superiores aos valores nacionais nos três regimes considerados (velhice, sobrevivência e invalidez), mas a sobre-representatividade regional foi mais evidente no primeiro. Em 1994/95, no regime de velhice, o número de pensionistas por 1000 habitantes na região foi cerca de 55,3% mais alto do que no país, enquanto nos regimes de sobrevivência e de invalidez a supremacia regional cifrou-se em 25,9 e em 18,2%, respectivamente, acima da média nacional.

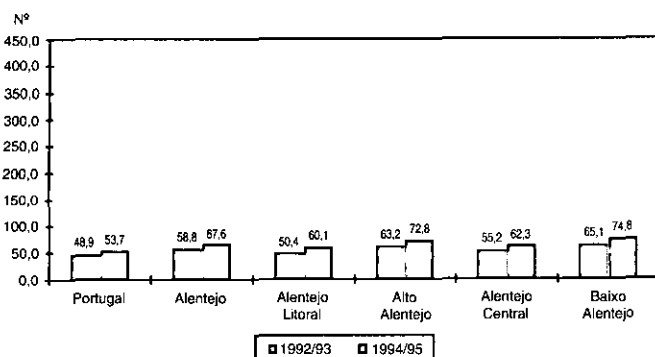
**Pensionistas
por 1000 habitantes**



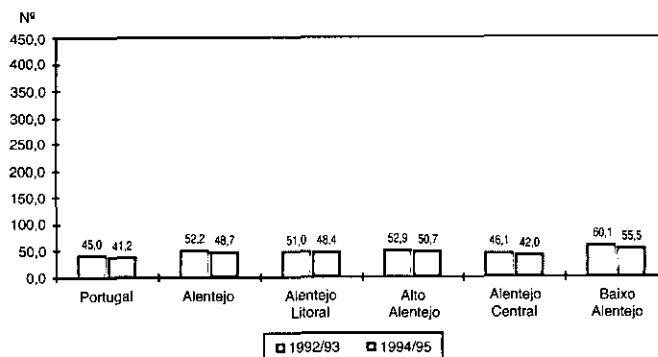
**Pensionistas por Velhice
por 1000 habitantes**



**Pensionistas por Sobrevivência
por 1000 habitantes**



**Pensionistas por Invalidez
por 1000 habitantes**



Por nuts III, o Baixo e o Alto Alentejo assumem os valores de pensionistas por 1000 habitantes mais elevados, em ambos os períodos e nos três regimes de pensionistas considerados. O maior aumento daqueles valores, entre 1992/93 e 1994/95, pertenceu, no entanto, ao Alentejo Litoral, que, com um acréscimo de 6,7%, superou a tendência crescente da média regional (2,1%). Entre os concelhos, com maior número de pensionistas por 1000 habitantes em 1994/95, encontravam-se Arronches (555,5), Grândola

(545,1) e Alter do Chão (495,4), opondo-se a concelhos como Sines (198,8), Évora (256,3) e Vendas Novas (258,7), os três concelhos que detinham os valores mais baixos naquela data. De uma forma geral, e, em particular no regime de velhice, constata-se que o número de pensionistas é maior nos concelhos que denotam um maior índice de envelhecimento no topo, isto é, uma maior proporção de idosos no total da população ¹.

¹ Os coeficientes de correlação de Pearson para a distribuição concelhia do número de pensionistas por 1000 habitantes e da percentagem de população idosa (65 e mais anos) no total da população residente, assumem, para 1994/95, os valores de $r = 0,85$ no total de pensionistas, $r = 0,91$ nos pensionistas por velhice, $r = 0,68$ nos pensionistas por sobrevivência e $r = 0,35$ nos pensionistas por invalidez.

Pensionistas por Velhice, Sobrevivência e Invalidez

Nuts I, II e III	1992				1993			
	Total	Velhice	Sobreviv.	Invalidez	Total	Velhice	Sobreviv.	Invalidez
Nº								
Portugal	2 355 397	1 435 894	466 394	453 109	2 405 366	1 472 377	497 760	435 229
Alentejo	180 218	121 577	30 044	28 597	184 301	123 678	33 112	27 511
Alentejo Litoral	29 303	19 717	4 615	4 971	30 899	20 694	5 224	4 981
Alto Alentejo	45 910	31 458	7 646	6 806	46 834	31 778	8 423	6 633
Alentejo Central	53 136	35 893	9 088	8 154	54 007	36 451	9 870	7 686
Baixo Alentejo	51 869	34 509	8 695	8 665	52 561	34 755	9 595	8 211

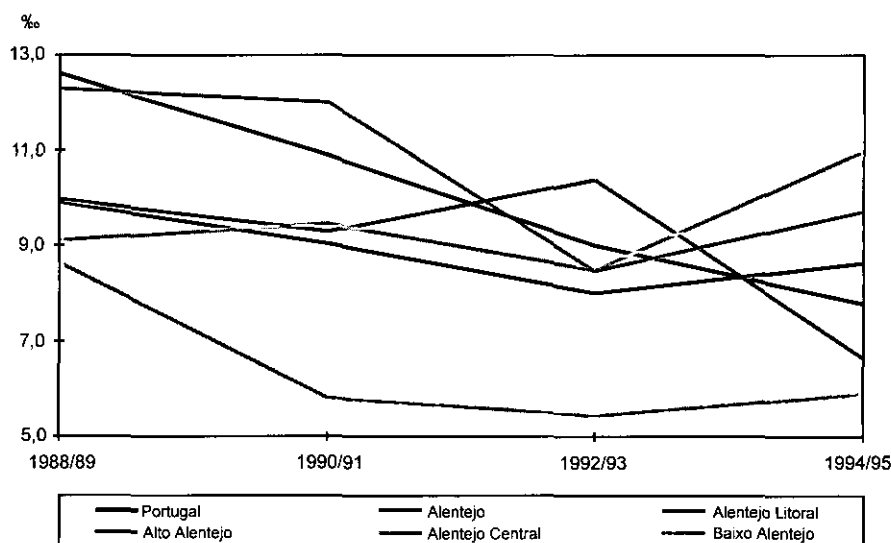
Nuts I, II e III	1994				1995			
	Total	Velhice	Sobreviv.	Invalidez	Total	Velhice	Sobreviv.	Invalidez
Nº								
Portugal	2 431 152	1 493 284	520 880	416 988	2 455 106	1 512 542	542 762	399 802
Alentejo	185 456	124 188	34 923	26 345	186 550	124 751	36 584	25 205
Alentejo Litoral	31 403	21 129	5 539	4 735	31 815	21 232	6 013	4 560
Alto Alentejo	47 153	31 813	8 863	6 477	47 360	31 862	9 313	6 185
Alentejo Central	54 382	36 683	10 383	7 316	54 982	37 167	10 816	6 999
Baixo Alentejo	52 518	34 563	10 138	7 817	52 393	34 490	10 442	7 461

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

No que se refere à mortalidade infantil, os valores relativos da região apresentaram, nos últimos anos, uma tendência de aproximação aos valores nacionais. Em 1988/89, as taxas no país e na região eram de 12,6 e de 9,9%, respectivamente, descendo para 9,0 e 8,0% em 1992/93. De 1992/93 para 1994/95, verificou-se, inclusivamente, uma inflexão dos

valores, com a taxa nacional a descer para 7,8% e a taxa regional a subir, ligeiramente, para 8,6%. Considerando períodos de 4 anos, a taxa nacional, que, em 1988/91 encontrava-se visivelmente acima da taxa regional (11,8 e 9,5%, respectivamente), situou-se, em 1994/95, num nível equivalente ao da segunda (8,4 e 8,3%).

Taxa de Mortalidade Infantil



Ao nível infra-regional, e, particularmente ao nível concelhio, as grandes oscilações como efeito perturbador dos pequenos números são mais visíveis; por essa razão, a sua leitura deve ser acautelada. Apesar disso, pode constatar-se que o Baixo Alentejo é a nuts III com as taxas de mortalidade infantil mais baixas em todos os períodos considerados, sempre inferiores à média regional e abaixo

dos 6% desde 1990/91. Os valores mais altos têm-se distribuído pelas restantes nuts III, de forma relativamente equitativa: em 1988/89 e em 1990/91 a mortalidade infantil foi mais alta no Alto Alentejo (12,3 e 12,0‰, respectivamente), em 1992/93 no Alentejo Litoral (10,4‰) e em 1994/95 no Alentejo Central (11,0‰).

Óbitos com Menos de 1 Ano

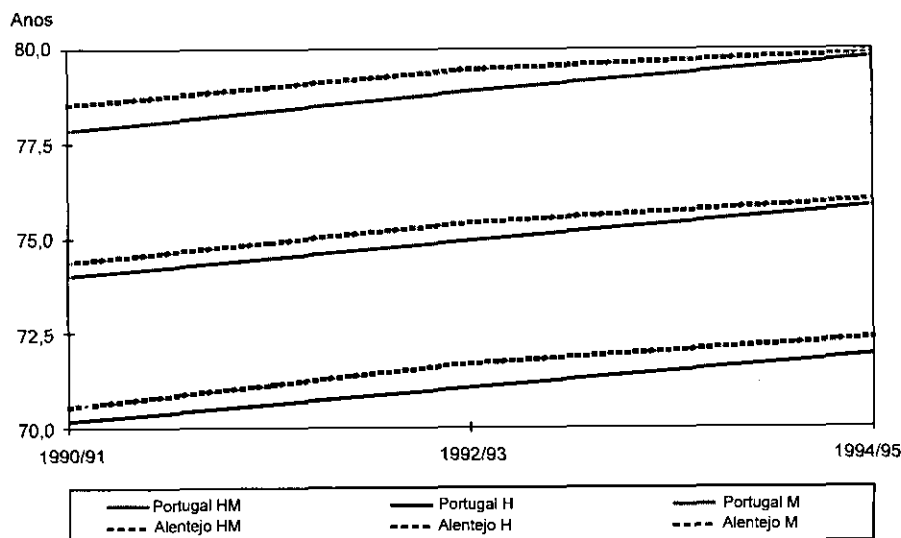
Nuts I, II e III	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
	Nº							
Portugal	1 595	1 444	1 279	1 259	1 068	996	881	805
Alentejo	60	49	47	45	37	41	38	37
Alentejo Litoral	12	7	10	7	4	14	5	5
Alto Alentejo	15	17	17	11	11	8	9	11
Alentejo Central	14	18	13	18	13	14	17	15
Baixo Alentejo	19	7	7	9	9	5	7	6

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1988 a 1995.

Os valores da esperança de vida mantiveram-se, nos últimos anos, e de uma forma geral, mais altos na região. No entanto, e tal como na mortalidade infantil, a variação foi ligeiramente mais favorável ao país, nomeadamente, no sexo feminino. Entre 1990/91 e 1994/95, a esperança de vida à nascença (menos de 1 ano), para o conjunto dos sexos, passou de 74,0 para 75,8 anos em Portugal (+2,5%) e de 74,4 para 76,0 anos no Alentejo

(+2,2%). No sexo masculino, os acréscimos foram de 2,5% no país e na região, enquanto no sexo feminino foram de 2,5% no primeiro caso e de 1,8% na segunda. São pequenas diferenças que fizeram com que o diferencial entre sexos da esperança de vida à nascença se cifrasse, em 1994/95, em pouco menos de 8 anos, tanto no país como na região.

Esperança de Vida à Nascença por Sexos



Esperança de Vida por Sexos e Grupos Etários

Grupos Etários	Portugal									Alentejo								
	1990/91			1992/93			1994/95			1990/91			1992/93			1994/95		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Anos																		
-1	74,0	70,2	77,8	74,9	71,1	78,9	75,8	71,9	79,8	74,4	70,6	78,5	75,4	71,7	79,5	76,0	72,4	79,9
1-4	73,8	70,0	77,6	74,6	70,8	78,5	75,5	71,6	79,4	74,1	70,3	78,1	75,0	71,4	79,0	75,7	72,0	79,6
5-9	70,0	66,3	73,8	70,8	67,0	74,7	71,6	67,7	75,5	70,3	66,6	74,3	71,2	67,6	75,2	71,8	68,2	75,7
10-14	65,2	61,4	68,9	66,0	62,2	69,8	66,7	62,9	70,7	65,4	61,7	69,4	66,3	62,7	70,4	66,9	63,3	70,8
15-19	60,3	56,6	64,0	61,1	57,3	64,9	61,9	58,0	65,7	60,6	56,9	64,5	61,5	57,8	65,4	62,0	58,4	65,9
20-24	55,6	52,0	59,1	56,3	52,7	60,0	57,1	53,3	60,9	55,8	52,3	59,6	56,7	53,2	60,6	57,2	53,7	61,0
25-29	50,9	47,5	54,3	51,7	48,2	55,2	52,4	48,8	56,0	51,2	47,8	54,7	52,1	48,8	55,7	52,7	49,3	56,3
30-34	46,2	42,9	49,4	47,0	43,6	50,3	47,8	44,3	51,2	46,4	43,2	49,9	47,4	44,2	50,9	48,1	44,9	51,4
35-39	41,5	38,4	44,6	42,4	39,2	45,5	43,1	39,8	46,4	41,8	38,7	45,1	42,8	39,6	46,1	43,4	40,3	46,6
40-44	36,9	33,9	39,9	37,8	34,7	40,8	38,5	35,4	41,6	37,3	34,4	40,4	38,1	35,1	41,3	38,7	35,7	41,9
45-49	32,4	29,5	35,2	33,2	30,3	36,1	34,0	31,0	36,9	32,8	30,0	35,6	33,5	30,6	36,6	34,2	31,2	37,2
50-54	28,0	25,2	30,6	28,8	26,0	31,5	29,5	26,7	32,3	28,3	25,7	31,0	29,1	26,4	32,0	29,7	27,0	32,5
55-59	23,8	21,2	26,2	24,6	22,0	27,0	25,2	22,5	27,8	24,0	21,6	26,5	24,8	22,3	27,4	25,4	22,9	27,9
60-64	19,7	17,4	21,8	20,5	18,2	22,7	21,1	18,7	23,4	20,0	17,8	22,2	20,7	18,4	23,0	21,3	19,1	23,5
65-69	16,0	14,0	17,7	16,7	14,7	18,5	17,3	15,1	19,2	16,1	14,2	18,0	16,8	14,8	18,8	17,5	15,5	19,3
70 +	12,6	11,0	13,9	13,3	11,6	14,6	13,8	12,0	15,3	12,6	11,1	14,1	13,3	11,5	15,0	13,9	12,3	15,4

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1990 a 1995 e Estimativas de População Residente, 1990, 1992 e 1994.

Um dos efeitos socio-demográficos mais importantes do aumento da esperança de vida é o do envelhecimento da população no topo da pirâmide etária, nacional e regional. Repare-se, a este respeito, que os ganhos na esperança de vida são consideravelmente mais elevados nas idades mais avançadas do que nas idades mais jovens. Se os acréscimos na esperança de vida à nascença, entre 1990/91 e 1994/95,

foram de 2,5% no país e de 2,2% na região, os acréscimos no grupo etário dos 70 e mais anos cifraram-se em 9,5 e 9,8%, respectivamente. São tendências socio-demográficas que, em termos de política social, põem em destaque a importância crescente dos equipamentos e dos serviços de saúde e de segurança social, particularmente na região.

Indicadores de Saúde e de Segurança Social por Nuts I, II e III e Concelhos

Nuts I II III Concelhos	Estabelecimentos de saúde com internamento		Extensões de centros de saúde		Postos médicos		Farmácias		Postos de medicamentos		Creches	
					1995						1994	
	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.
Portugal	318	289,0	2 014	45,6	463	198,5	2 528	36,4	331	277,7	x	x
Alentejo	36	748,1	269	100,1	31	868,7	166	162,2	85	316,8	85	316,8
Alentejo Litoral	5	1 052,4	36	146,2	5	1 052,4	31	169,7	4	1 315,5	14	375,9
Alcácer do Sal	1	1 480,0	10	148,0	2	740,0	3	493,3	2	740,0	6	246,7
Grândola	1	805,0	5	161,0	1	805,0	6	134,2	1	805,0	1	805,0
Odemira	1	1 720,0	9	191,1	1	1 720,0	9	191,1	-	-	1	1 720,0
Santiago do Cacém	2	529,5	10	105,9	-	-	10	105,9	1	1 059,0	3	353,0
Sines	-	-	2	99,5	1	199,0	3	66,3	-	-	3	66,3
Alto Alentejo	10	593,7	70	84,8	8	742,1	41	144,8	29	204,7	26	228,3
Alter do Chão	-	-	3	120,7	-	-	2	181,0	2	181,0	1	362,0
Arronches	1	315,0	2	157,5	-	-	1	315,0	-	-	1	315,0
Avis	1	606,0	7	86,6	-	-	1	606,0	4	151,5	1	606,0
Campo Maior	-	-	2	123,5	-	-	2	123,5	1	247,0	1	247,0
Castelo de Vide	1	265,0	1	265,0	-	-	2	132,5	1	265,0	1	265,0
Crato	1	388,0	4	97,0	-	-	3	129,3	2	194,0	1	388,0
Elvas	1	631,0	7	90,1	3	210,3	7	90,1	3	210,3	6	105,2
Fronteira	-	-	3	81,7	-	-	2	122,5	1	245,0	2	122,5
Marvão	-	-	7	22,1	-	-	-	-	3	51,7	1	155,0
Monforte	1	420,0	3	140,0	-	-	1	420,0	2	210,0	-	-
Mora	-	-	4	111,0	-	-	3	148,0	1	444,0	1	444,0
Nisa	1	574,0	10	57,4	-	-	4	143,5	3	191,3	1	574,0
Ponte de Sôr	2	420,5	6	140,2	-	-	5	168,2	2	420,5	3	280,3
Portalegre	1	446,0	11	40,5	5	89,2	8	55,8	4	111,5	6	74,3
Alentejo Central	12	602,4	89	81,2	10	722,9	52	139,0	35	206,5	29	249,3
Alandroal	1	545,0	10	54,5	-	-	1	545,0	3	181,7	-	-
Arraiolos	-	-	8	85,5	-	-	3	228,0	3	228,0	2	342,0
Borba	1	145,0	3	48,3	-	-	2	72,5	2	72,5	1	145,0
Estremoz	1	514,0	10	51,4	2	257,0	5	102,8	1	514,0	2	257,0
Évora	2	654,0	14	93,4	7	186,9	14	93,4	8	163,5	10	130,8
Montemor-o-Novo	2	616,0	13	94,8	1	1 232,0	5	246,4	6	205,3	4	308,0
Mourão	-	-	4	69,8	-	-	1	279,0	1	279,0	-	-
Portel	-	-	2	300,5	-	-	2	300,5	2	300,5	1	601,0
Redondo	-	-	6	61,7	-	-	3	123,3	-	-	1	370,0
Reguengos de Monsaraz	1	461,0	6	76,8	-	-	4	115,3	1	461,0	1	461,0
Sousel	1	279,0	3	93,0	-	-	2	139,5	3	93,0	3	93,0
Vendas Novas	1	223,0	4	55,8	-	-	3	74,3	3	74,3	2	111,5
Viana do Alentejo	1	394,0	3	131,3	-	-	3	131,3	1	394,0	1	394,0
Vila Viçosa	1	195,0	3	65,0	-	-	4	48,8	1	195,0	1	195,0
Baixo Alentejo	10	850,3	74	114,9	8	1 062,9	42	202,5	17	500,2	16	531,4
Aljustrel	1	456,0	3	152,0	1	456,0	3	152,0	2	228,0	1	456,0
Almodôvar	1	776,0	8	97,0	-	-	2	388,0	-	-	1	776,0
Alvito	-	-	1	261,0	-	-	1	261,0	1	261,0	-	-
Barrancos	-	-	-	-	-	-	1	168,0	-	-	-	-
Beja	1	1 140,0	13	87,7	6	190,0	9	126,7	4	285,0	5	228,0
Castro Verde	1	567,0	5	113,4	-	-	1	567,0	2	283,5	1	567,0
Cuba	-	-	4	42,8	-	-	1	171,0	2	85,5	1	171,0
Ferreira do Alentejo	1	649,0	8	81,1	-	-	5	129,8	2	324,5	1	649,0
Mértola	1	1 279,0	3	426,3	-	-	1	1 279,0	-	-	1	1 279,0
Moura	1	958,0	7	136,9	1	958,0	8	119,8	3	319,3	1	958,0
Ourique	1	660,0	9	73,3	-	-	2	330,0	1	660,0	1	660,0
Serpa	1	1 104,0	5	220,8	-	-	6	184,0	-	-	2	552,0
Vidigueira	1	314,0	8	39,3	-	-	2	157,0	-	-	1	314,0

(continua)

Indicadores de Saúde e de Segurança Social por Nuts I, II e III e Concelhos (continuação)

Nuts I II III Concelhos	Jardins de infância		Lares		Centros de dia		Médicos Camas por 10000 hab		Pensionistas por 1000 habitantes			Mortali- dade infantil 1992/95 ‰
			1994						velhice	sobrevivência	invalidez	
	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.			Nº 1994/95			
Portugal	1 636	56,2	852	107,9	935	98,3	29,5	43,7	151,6	53,7	41,2	8,4
Alentejo	97	277,6	106	254,1	115	234,2	12,8	33,7	235,4	67,6	48,7	8,3
Alentejo Litoral	17	309,5	7	751,7	21	250,6	6,4	12,4	220,5	60,1	48,4	8,6
Alcácer do Sal	8	185,0	1	1 480,0	6	246,7	4,3	14,5	211,1	68,5	33,6	6,0
Grândola	2	402,5	1	805,0	3	268,3	4,6	15,4	354,8	98,9	91,3	10,6
Odemira	1	1 720,0	2	860,0	2	860,0	4,5	1,6	251,8	54,2	48,7	8,6
Santiago do Cacém	3	353,0	2	529,5	10	105,9	7,7	24,1	181,0	47,7	44,2	9,8
Sines	3	66,3	1	199,0	-	-	11,1	-	126,6	42,7	29,6	7,4
Alto Alentejo	28	212,0	31	191,5	46	129,1	14,6	47,4	255,1	72,8	50,7	9,1
Alter do Chão	1	362,0	1	362,0	3	120,7	12,9	-	334,4	82,4	78,6	15,2
Anronches	1	315,0	2	157,5	2	157,5	14,5	11,6	378,5	95,2	81,8	-
Avis	1	606,0	3	202,0	3	202,0	7,2	18,0	286,8	72,2	61,1	19,7
Campo Maior	1	247,0	1	247,0	2	123,5	9,4	-	188,5	56,0	41,4	12,0
Castelo de Vide	1	265,0	2	132,5	2	132,5	12,3	31,9	303,1	81,9	42,2	-
Crato	1	388,0	2	194,0	6	64,7	4,1	10,4	325,6	96,5	58,3	-
Elvas	6	105,2	5	126,2	5	126,2	16,0	41,1	183,5	55,6	36,0	12,4
Fronteira	2	122,5	2	122,5	2	122,5	10,2	-	265,8	80,0	40,2	18,3
Marvão	1	155,0	1	155,0	-	-	9,7	-	345,9	89,3	47,3	7,4
Monforte	1	420,0	2	210,0	2	210,0	11,2	337,1	297,2	86,8	86,2	8,4
Mora	1	444,0	3	148,0	4	111,0	15,9	-	291,4	76,7	54,0	-
Nisa	1	574,0	1	574,0	7	82,0	9,1	22,6	341,3	91,6	40,0	5,0
Ponte de Sôr	3	280,3	2	420,5	2	420,5	10,3	17,1	252,5	73,0	50,7	10,5
Portalegre	7	63,7	4	111,5	6	74,3	25,9	114,1	225,9	68,7	56,9	5,4
Alentejo Central	34	212,6	37	195,4	31	233,2	15,1	38,9	216,9	62,3	42,0	9,7
Alandroal	-	-	1	545,0	1	545,0	2,8	14,2	341,1	75,3	65,6	18,8
Arraiolos	3	228,0	2	342,0	2	342,0	3,7	-	270,1	73,0	42,9	16,1
Borba	1	145,0	1	145,0	1	145,0	3,1	12,4	269,9	76,1	62,2	7,4
Estremoz	4	128,5	6	85,7	5	102,8	9,1	10,1	233,8	67,3	35,0	7,6
Évora	12	109,0	11	118,9	7	186,9	33,3	82,2	168,2	51,1	37,0	9,6
Montemor-o-Novo	4	308,0	2	616,0	2	616,0	5,2	70,4	232,2	65,9	39,0	9,4
Mourão	-	-	1	279,0	1	279,0	9,4	-	224,7	58,6	30,9	12,7
Portel	2	300,5	1	601,0	2	300,5	5,5	-	230,3	63,1	45,7	12,2
Redondo	1	370,0	1	370,0	1	370,0	7,1	-	200,5	53,0	39,4	3,7
Reguengos de Monsaraz	1	461,0	3	153,7	1	461,0	9,7	10,5	194,2	58,0	36,7	12,0
Sousel	1	279,0	3	93,0	4	69,8	6,9	6,9	296,9	78,8	60,2	10,3
Vendas Novas	3	74,3	1	223,0	1	223,0	4,9	19,5	169,9	52,7	36,0	6,0
Viana do Alentejo	1	394,0	2	197,0	2	197,0	6,3	16,3	321,7	84,1	58,0	-
Vila Viçosa	1	195,0	2	97,5	1	195,0	9,9	11,6	179,7	59,2	39,6	12,5
Baixo Alentejo	18	472,4	31	274,3	17	500,2	13,0	29,8	251,0	74,8	55,5	5,6
Aljustrel	1	456,0	3	152,0	3	152,0	5,9	6,8	241,6	86,6	75,1	5,5
Almodôvar	2	388,0	3	258,7	1	776,0	5,7	6,9	256,7	56,3	52,3	4,6
Alvito	-	-	2	130,5	2	130,5	-	-	323,5	92,2	54,9	14,5
Barrancos	-	-	1	168,0	1	168,0	5,1	-	254,4	60,8	41,8	19,6
Beja	6	190,0	9	126,7	1	1 140,0	35,5	79,9	218,1	73,9	57,1	5,3
Castro Verde	1	567,0	1	567,0	1	567,0	6,3	10,1	228,4	65,2	39,4	7,6
Cuba	1	171,0	3	57,0	2	85,5	5,6	-	265,6	86,7	57,6	5,2
Ferreira do Alentejo	1	649,0	-	-	-	-	5,7	7,2	250,6	72,7	51,2	10,2
Mértola	1	1 279,0	1	1 279,0	1	1 279,0	3,8	22,6	311,9	86,0	55,9	8,4
Moura	1	958,0	2	479,0	1	958,0	5,6	9,5	247,8	71,7	51,7	7,3
Ourique	1	660,0	1	660,0	2	330,0	3,3	14,7	305,1	71,7	43,0	-
Serpa	2	552,0	4	276,0	1	1 104,0	5,5	28,3	250,9	69,4	58,2	3,0
Vidigueira	1	314,0	1	314,0	1	314,0	10,0	20,7	294,9	82,4	59,0	-

CONCEITOS & NOTAS EXPLICATIVAS

Camas Hospitalares

Lotação praticada do número de camas de hospitais (internamento geral) e de centros de saúde (total de camas), no caso de valores absolutos, e relação entre o número de camas hospitalares e a população residente estimada para o meio do período considerado, no caso de valores percentuais.

Centro de Actividades de Tempos Livres

Estabelecimento que acolhe, durante uma parte do dia, crianças em idade de frequência do ensino básico, nomeadamente nos períodos extra-escolares e noutros tempos disponíveis.

Centro de Convívio

Estrutura de apoio ao desenvolvimento de actividades socio-recreativas e culturais destinadas aos idosos de uma comunidade.

Centro de Dia

Conjunto de serviços destinados a idosos residentes numa comunidade.

Centro de Saúde

Estabelecimento de saúde oficial, integrado, polivalente e dinâmico, prestador de cuidados primários, que visa a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo-se globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado ou não de serviço de internamento.

Creche

Equipamento socio-educativo destinado a acolher crianças dos 3 meses aos 3 anos durante o período diário de impedimento dos pais por motivos de ordem profissional ou outros.

Esperança de Vida

Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo que atinja determinada idade, mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento.

Extensão de Centro de Saúde

Unidade periférica de um centro de saúde, situada em local da sua área de influência, tendo em vista proporcionar aos utentes uma razoável proximidade dos cuidados de saúde.

Farmácia

Estabelecimento de saúde pública que só pode funcionar mediante alvará passado pelo Instituto Nacional de Farmácia e do Medicamento, apenas concedido a farmacêuticos em nome individual, ou a sociedades, se todos os sócios forem farmacêuticos. O exercício da sua actividade está devidamente regulamentado, competindo ao farmacêutico, ou aos seus directos colaboradores, sob a sua inteira responsabilidade, a função de preparar, controlar analiticamente, conservar e dispensar medicamentos ao público.

Hospital

Estabelecimento de saúde dotado de capacidade de internamento e de meios de diagnóstico e de terapêutica onde se prestam cuidados de saúde diferenciados ou especializados, organizados e administrados com o objectivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

Internato para Crianças e Jovens

Equipamento socio-educativo, funcionando como unidade residencial destinado a acolher crianças e jovens com deficiências entre os 6 e os 16/18 anos, que tenham de se deslocar para locais distantes da sua área de residência ou que por disfunções familiares temporárias, necessitem de resposta substitutiva da família, que não pode ser prestada por outros equipamentos ou serviços.

Jardim de Infância

Equipamento socio-educativo que se destina a acolher durante uma parte do dia, crianças desde os 3 anos até à idade legal de ingresso no ensino básico.

Lar

Inclui lar para crianças e jovens e lar para idosos. O lar para crianças e jovens é um equipamento que se

destina a acolher temporariamente crianças e jovens, de ambos os sexos, privados do meio familiar. O lar para idosos é um equipamento colectivo de alojamento temporário ou permanente, destinado aos idosos de uma comunidade, em situação de maior risco de perda de autonomia.

Taxa de Mortalidade Infantil

Relação entre o número de óbitos com menos de um ano e o número de nados-vivos.

Pensionista por Invalidez

Beneficiário que havendo completado 60 meses de contribuições, e antes de atingir a idade de reforma por velhice, se encontre por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitado de trabalhar na sua profissão ou que sofra de paramiloidose familiar com uma incapacidade igual ou superior a 70%.

Pensionista por Sobrevivência

Familiar dos beneficiários que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, para os regimes dependentes dos Centros Regionais de Segurança Social e instituições similares, ou 5 anos de inscrição para os funcionários e agentes da administração pública.

Pensionista por Velhice

Beneficiário que tenha completado 120 meses de contribuições e, no caso de estar inscrito no regime geral, a idade de 65 anos ou 62 anos, conforme seja do sexo masculino ou do sexo feminino. No regime especial de segurança social das actividades agrícolas a idade é de 65 anos para ambos os sexos. Para grupos especiais de profissões há limites inferiores.

Posto de Medicamentos

Estabelecimento dependente de uma farmácia instalada que lhe serve de sede, cujo farmacêutico proprietário requer a sua instalação, responsabilizando-se pelo seu funcionamento. Tem condições especiais de instalação e funcionamento, devidamente regulamentadas, só podendo abrir depois de averbada a autorização no alvará da farmácia a que pertencem.

Posto Médico

Estabelecimento de saúde sem internamento desprovido de fins lucrativos e gerido por entidades oficiais ou particulares, dotado de recursos humanos e técnicos susceptíveis de executarem actos médicos com fins preventivos e curativos.

Taxa de Cobertura

Relação entre a área física e o número de equipamentos localizados na(o) nts (concelho).

VI - Educação e Cultura

Sob o título ***educação e cultura*** são objecto de análise variáveis como os estabelecimentos de ensino, pessoal docente e alunos matriculados, alguns equipamentos e indicadores de cultura e as despesas das Câmaras Municipais em equipamentos e actividades culturais.



Tal como acontece nos equipamentos de saúde e de segurança social, a proporção de estabelecimentos de ensino existentes na região face aos totais nacionais ultrapassa, de uma forma geral, a proporção demográfica da região no contexto nacional. O único nível de ensino onde isso não acontece é o do ensino superior, cuja importância relativa de estabelecimentos de ensino na região (3,5% em

1994/95) é inferior à proporção demográfica (5,3% em 1995). Na educação pré-escolar e nos ensinos básico, secundário e profissional os estabelecimentos localizados na região correspondiam, naquele biénio, a cerca de 8,0, 6,8, 6,5 e 13,2%, respectivamente, do total de estabelecimentos existentes no continente.

Estabelecimentos de Ensino por Níveis de Ensino em 1994/95

Nuts I, II e III	Pré- -escolar	1º ciclo	Básico 2º ciclo	3º ciclo	Secun- dário	Profis- sional	Superior
	Nº						
Continente	4 429	9 619	1 655	1 132	612	227	282
Alentejo	356	609	152	84	40	30	10
Alentejo Litoral	61	132	26	16	9	4	-
Alto Alentejo	89	112	34	23	9	8	3
Alentejo Central	108	158	46	24	11	9	2
Baixo Alentejo	98	207	46	21	11	9	5

Fonte: Ministério da Educação.

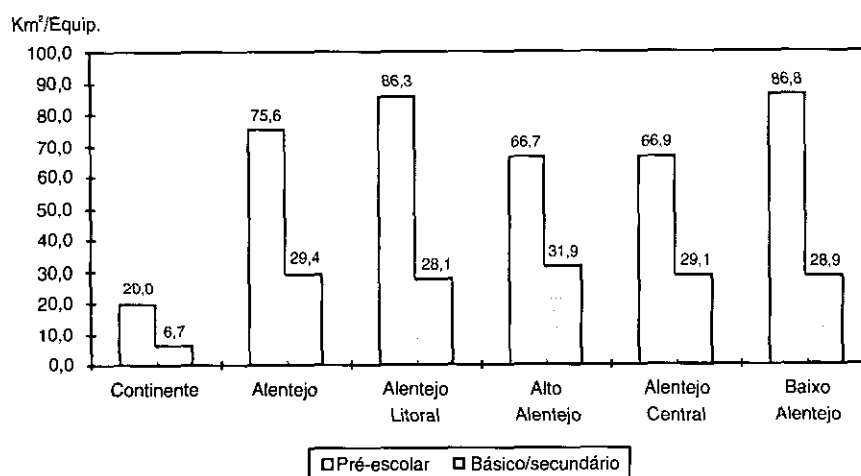
Notas: o 2º ciclo do ensino básico inclui o ensino mediatizado.

o valor para o continente do ensino superior reporta-se ao total do Continente, Açores e Madeira.

Contudo, as taxas de cobertura que relacionam o número de estabelecimentos com a área física, são mais desfavoráveis à região do que ao continente. Ao nível da educação pré-escolar, em 1994/95, existia um estabelecimento por cada 75,6 kms² na região e um estabelecimento por cada 20,0 kms² no continente. No

conjunto dos ensinos básico e secundário estes valores cifravam-se, na mesma data, em 29,4 e 6,7 kms², respectivamente. Significa isto que os estabelecimentos de ensino na região, servem, regra geral, uma área bastante superior à da média do continente.

Taxa de Cobertura de Estabelecimentos de Ensino em 1994/95



Entre as nuts III as melhores taxas de cobertura ao nível da educação pré-escolar eram, em 1994/95, as do Alto Alentejo e do Alentejo Central, com 66,7 e 66,9 kms² por estabelecimento, respectivamente. Neste nível de educação, os valores do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral eram

significativamente mais desfavoráveis, ascendendo a 86,8 e 86,3 km² por estabelecimento. No conjunto dos ensinos básico e secundário, o diferencial entre as nuts III era, naquela data, bastante menor, variando entre os 28,1 kms² no Alentejo Litoral e os 31,9 kms² no Alto Alentejo.

Por concelhos, os estabelecimentos de ensino localizavam-se, maioritariamente, nos de maior dimensão demográfica, destacando-se, em particular, os casos de Évora, Beja, Portalegre, Odemira e Santiago do Cacém. No conjunto, estes 5 concelhos reuniam, em 1994/95, cerca de 25,8 e 29,6% dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de ensino básico/secundário, respectivamente, existentes na região. No entanto, outros concelhos haviam, como Sines, Borba, Cuba e Vendas Novas, com melhores taxas de cobertura em 1994/95. Por exemplo, Sines, com 9 estabelecimentos de educação pré-escolar, possuía a taxa de cobertura mais favorável da região neste nível de ensino (22,1 km² por estabelecimento), quando Évora, com 28 estabelecimentos, e Beja, com 15 estabelecimentos, apresentavam taxas de 46,7 e 76,0 km², respectivamente. No conjunto dos ensinos básico e secundário, Borba, com 11 escolas, tinha a melhor taxa de cobertura concelhia (13,2 km² por estabelecimento), enquanto em Évora e em

Beja, com 62 e 51 escolas, respectivamente, essas taxas eram de 21,1 e 22,4 km². Estes valores permitem constatar que, tal como no domínio da saúde e da segurança social, a primazia concelhia no número de estabelecimentos escolares, tal qual ela se verifica actualmente, nem sempre garante a melhor cobertura física em termos de equipamentos de educação.

O cruzamento do número de professores com o total da população residente denota que, em 1993/94, a região e o continente estavam praticamente equiparados no que se refere à dotação de pessoal docente, com ligeira vantagem da região. Naquela data, o número de docentes por 10000 habitantes, ao nível da educação pré-escolar, era de 6,1 na região e de 5,5 no continente e, ao nível dos ensinos básico e secundário, de 146,3 no primeiro caso e de 144,0 no segundo.

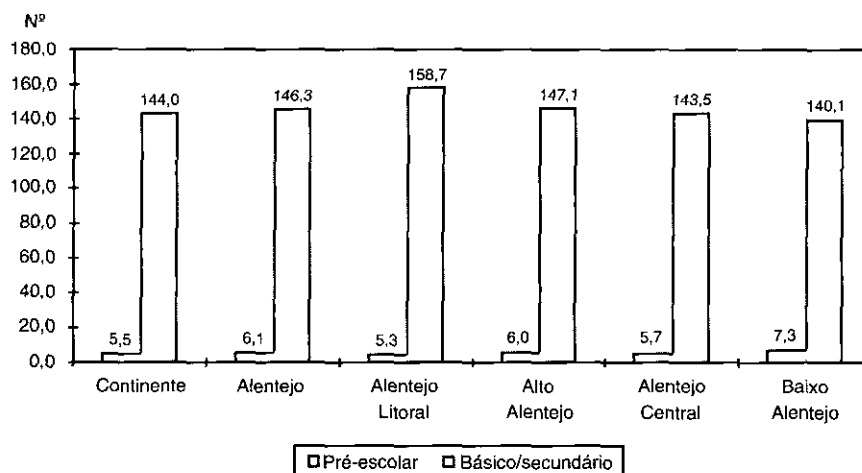
Pessoal Docente por Níveis de Ensino em 1993/94

Nuts I, II e III	Pré- escolar	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo e secundário Nº	Profis- sional	Supe- rior
Continente	5 158	34 530	30 352	64 940	5 540	22 442
Alentejo	326	1 875	1 695	3 598	627	780
Alentejo Litoral	51	356	373	661	148	-
Alto Alentejo	75	454	398	825	176	118
Alentejo Central	98	566	510	1 216	163	428
Baixo Alentejo	102	499	414	896	140	234

Fonte: Ministério da Educação.

Nota: o valor para o continente do ensino superior reporta-se ao total do Continente, Açores e Madeira.

Pessoal Docente por 10000 habitantes em 1993/94



No que se refere ao número de alunos matriculados em 1994/95, os valores relativos da região superavam a média continental ao nível da educação pré-escolar, mas ficavam aquém desta ao nível do ensino básico/secundário. Nessa data, os valores do pré-escolar cifravam-se em cerca de 19,4 alunos por 1000 habitantes na região e em 15,3 alunos no continente; no ensino básico/secundário, as mesmas

proporções eram de 173,5 e 186,6 alunos, respectivamente. Esta posição deficitária da região na frequência do ensino básico/secundário permite constatar que o nível médio de instrução escolar da população residente no Alentejo, actualmente inferior ao da média continental, não se equiparará a esta a curto prazo.

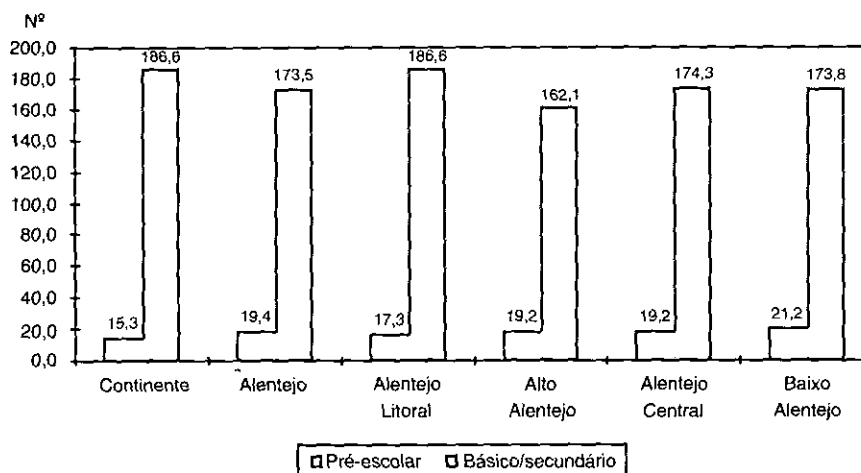
Alunos Matriculados por Níveis de Ensino em 1994/95

Nuts I, II e III	Pré- escolar	1º ciclo	Básico 2º ciclo	3º ciclo Nº	Secun- dário	Profis- sional	Super- rior
Continente	143 959	539 717	302 244	479 399	409 675	25 932	300 573
Alentejo	10 239	26 979	15 854	25 971	20 088	2 851	10 373
Alentejo Litoral	1 663	5 010	3 194	5 585	3 583	559	-
Alto Alentejo	2 398	6 352	3 456	5 643	4 073	707	1 393
Alentejo Central	3 266	8 770	5 055	7 742	7 140	964	5 934
Baixo Alentejo	2 912	6 847	4 149	7 001	5 292	621	3 046

Fonte: Ministério da Educação.

Nota: o valor para o continente do ensino superior reporta-se ao total do Continente, Açores e Madeira.

Alunos Matriculados por 1000 habitantes em 1994/95



Entre as nuts III, o Baixo Alentejo apresentava a maior representatividade de docentes e de alunos ao nível da educação pré-escolar (0,7 docentes e 21,2 alunos por 1000 habitantes), enquanto o Alentejo Litoral detinha os valores mais baixos (0,5 docentes e 17,3 alunos). No ensino básico/secundário, esta última nuts superava todas as outras, com 15,9 docentes e 186,6 alunos por 1000 habitantes, ao passo que o Baixo Alentejo, com 14,0 docentes, e o Alto Alentejo, com 162,1 alunos ocupavam as posições mais desfavoráveis em cada uma destas distribuições.

absolutos, mas perde consistência quando se comparam captações. Neste caso, concelhos como os de Évora, Beja e Portalegre, entre outros, tendem a destacar-se dos demais nos níveis de ensino mais elevados: para além de serem apenas aqueles três os concelhos onde se ministra o ensino superior, as suas captações de professores e de alunos ao nível do ensino básico/secundário ascendem a valores comparativamente mais elevados (face aos outros concelhos) do que as mesmas captações ao nível da educação pré-escolar.

Por concelhos, a supremacia dos municípios mais populosos é inequívoca quando se tratam de números

Relativamente aos indicadores de cultura, constata-se que as proporções regionais de espectáculos públicos e de

publicações periódicas face aos valores nacionais são inferiores à proporção regional de população residente no país. Em 1995, quando a proporção de residentes no Alentejo

era de 5,3% da população nacional, as proporções de sessões de espectáculos públicos e de publicações periódicas quedavam-se em 2,3 e 3,8%, respectivamente.

Espectáculos Públicos, Imprensa Periódica e Bibliotecas

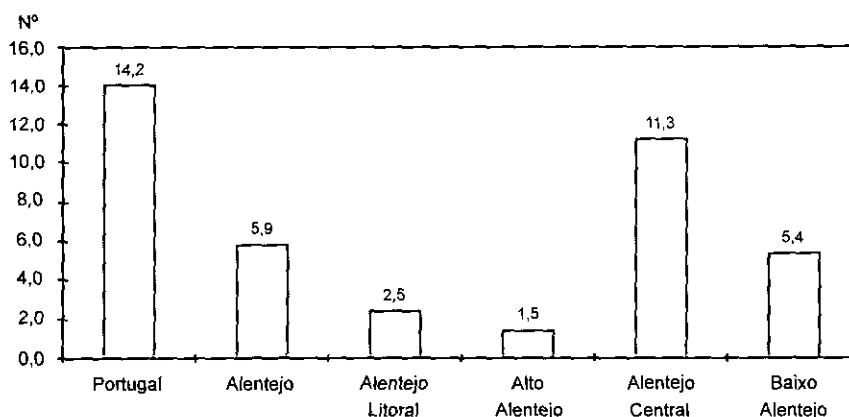
Nuts I, II e III	Sessões de espectáculos públicos			Publicações periódicas			Bibliotecas		
	1991	1994	1995	1991	1994	1995	1991	1994	1995
Portugal	145 592	129 928	150 645	1 106	1 011	1 377	1 334	1 600	1 614
Alentejo	2 923	2 727	3 479	36	36	53	93	114	118
Alentejo Litoral	419	210	267	2	3	4	12	17	17
Alto Alentejo	201	176	200	10	12	15	21	29	31
Alentejo Central	2 125	1 916	1 945	14	11	19	35	41	42
Baixo Alentejo	178	425	1 067	10	10	15	25	27	28

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1991, 1994 e 1995.

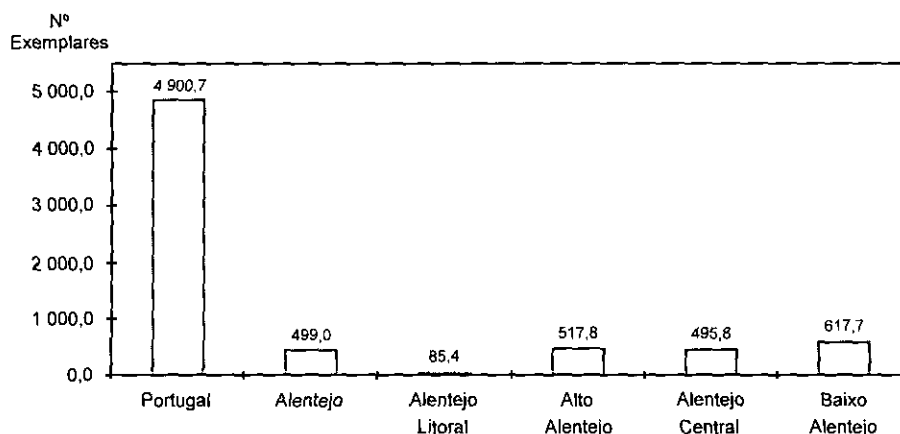
As capitações destas duas variáveis confirmam a sub-representatividade regional neste domínio: em 1994/95, o número de sessões de espectáculos públicos por 1000

habitantes era de 5,9 na região e de 14,2 no país e a tiragem anual de publicações periódicas por 100 habitantes era de 499,0 no primeiro caso e de 4900,7 no segundo.

Sessões de Espectáculos Públicos por 1000 habitantes em 1994/95



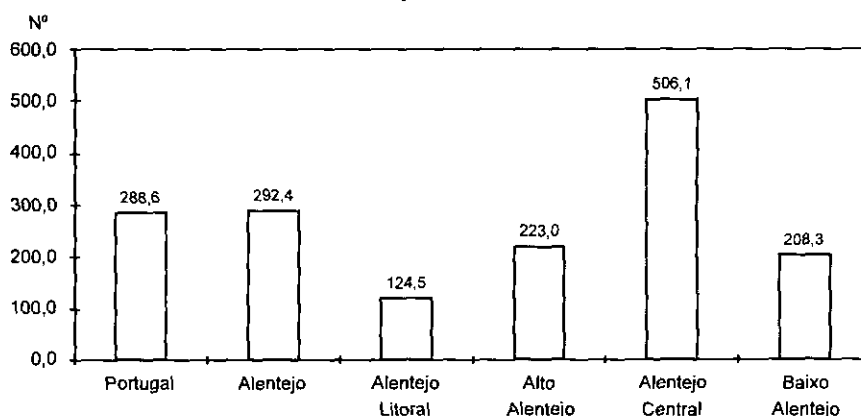
Tiragem Anual de Publicações Periódicas por 100 habitantes em 1994/95



Por seu lado, os valores relativos de bibliotecas e de volumes existentes nas bibliotecas são ligeiramente superiores na região. Em 1995, a proporção de bibliotecas localizadas no Alentejo ascendia a cerca de 7,3% do total de bibliotecas do país, e, no biénio 1994/95, o número de volumes disponíveis em bibliotecas por 100 habitantes era

de 292,4 na região, contra 288,6 no país. É preciso ter em conta, no entanto, que grande parte destas bibliotecas são de natureza escolar (o que acontecia em cerca de 61,0% dos casos na região e 53,6% no país, em 1995), o que, dada a proporção de escolas na região, explica, em parte, aqueles diferenciais.

Volumes de Bibliotecas por 100 habitantes em 1994/95



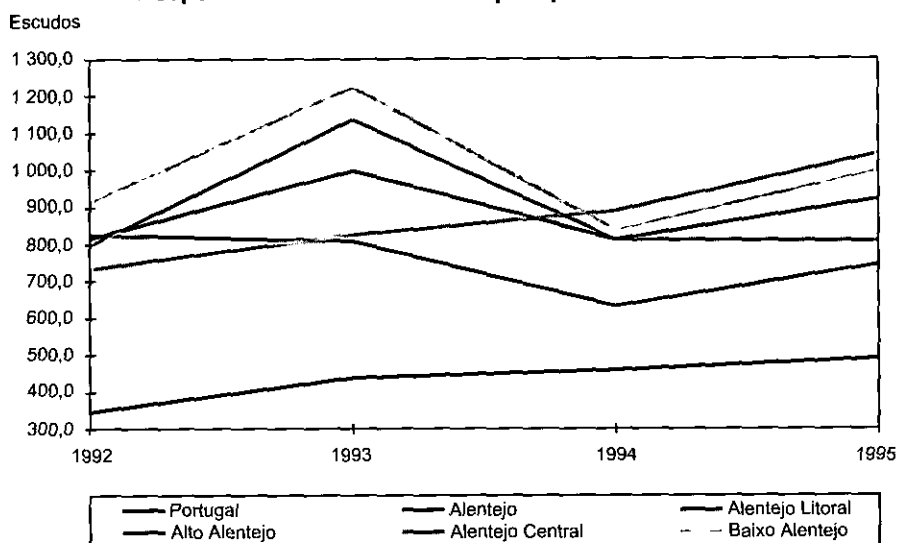
Por nuts III, as captações de espectáculos públicos, de publicações periódicas e de volumes de bibliotecas, no conjunto, eram particularmente deficitárias no Alentejo Litoral. Em 1994/95, esta nuts contava com cerca de 0,2 sessões de espectáculos públicos, 85,4 exemplares de imprensa periódica e 124,5 volumes em bibliotecas por 100 habitantes. Por comparação, o Alentejo Central superava as restantes nuts III na primeira e na terceira daquelas variáveis, com cerca de 1,1 sessões de espectáculos públicos e 506,1 volumes em bibliotecas por 100 habitantes, enquanto o Baixo Alentejo destacava-se nos valores de imprensa periódica, com 617,7 exemplares de publicações por 100 habitantes.

Por concelhos, os valores absolutos das variáveis de cultura, tal como os da saúde e do ensino, são notoriamente favoráveis nos concelhos de maior dimensão populacional, com particular destaque para os casos de Évora, Beja e Portalegre. Apesar disso, este destaque nem sempre lhes

granjeia as captações concelhias mais favoráveis, com supremacia mais visível na distribuição da imprensa periódica do que na realização de espectáculos públicos ou nos documentos disponíveis em bibliotecas.

Finalmente, analisam-se as despesas das Câmaras Municipais em equipamentos e actividades culturais efectuadas nos últimos anos. Em termos genéricos, constata-se que o montante global das despesas por 100 habitantes dos municípios da região tem sido bastante superior ao montante médio nacional. Não obstante, este diferencial dos valores regionais e nacionais acusa uma tendência decrescente. Em 1992, as Câmaras Municipais do Alentejo gastaram em cultura cerca de 812,6 escudos por 100 habitantes, contra 347,2 escudos da média nacional; em 1995, estes valores passaram para 921,3 e 490,6 escudos, respectivamente, correspondendo a aumentos de 13,4% na região e de 41,3% no país.

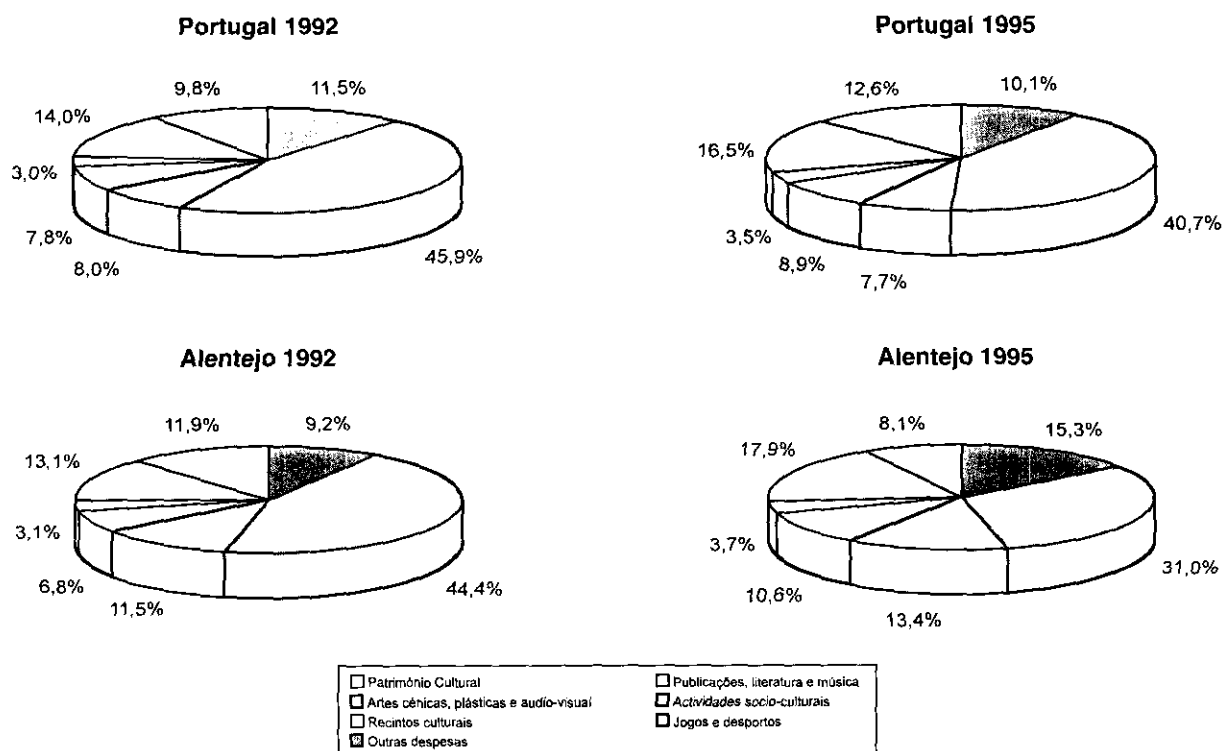
Despesas das Câmaras Municipais por 100 habitantes



Por rúbricas, as Câmaras Municipais, tanto a nível regional como a nível nacional, têm concentrado a maior parte das suas despesas culturais no domínio do desporto. Esta primazia atribuída ao desporto tem sido maior no país do que na região, representando, em 1995, cerca de 40,7% das despesas em cultura a nível nacional e aproximadamente 31,0% a nível regional. Para além do desporto, as despesas das Câmaras Municipais da região têm sido efectuadas, de

forma significativa, em domínios como o das publicações e literatura e o dos recintos culturais (17,9 e 13,4%, respectivamente, em 1995). Por sua vez, a rúbrica património cultural, que, até há pouco tempo, concentrava parte assinalável das despesas camarárias regionais (11,9% em 1992), tem vindo a perder alguma representatividade nos últimos anos (8,1% em 1995).

Despesas das Câmaras Municipais em Cultura por Tipo de Despesas



Despesas das Câmaras Municipais em Cultura por Tipo de Despesas

Tipo de Despesas	Portugal				Alentejo			
	1992	1993	1994	1995	1992	1993	1994	1995
	Escudos							
Total	34 210 874	43 331 629	45 234 602	48 647 342	4 369 108	5 343 310	4 297 231	4 849 458
Património cultural	3 336 435	4 881 885	5 636 567	6 116 735	521 048	626 174	457 804	393 233
Publicações e literatura	3 218 978	4 311 646	4 186 509	4 908 246	388 774	465 593	368 542	597 045
Música	1 570 942	1 966 299	1 971 572	3 113 056	182 903	211 341	241 521	269 586
Artes cénicas	476 852	575 976	675 742	720 263	48 363	54 873	62 696	77 081
Artes plásticas	337 965	582 262	563 666	559 630	19 394	37 729	50 967	38 573
Cinema e fotografia	158 485	260 892	316 264	338 675	48 865	49 629	54 528	51 826
Radiofusão e televisão	54 945	56 501	60 900	71 741	17 629	13 222	12 890	13 504
Actividades socio-culturais	2 673 579	3 437 996	3 836 495	4 322 923	296 552	304 649	386 692	514 569
Recintos culturais	2 734 593	4 419 315	3 453 788	3 758 305	503 865	745 016	450 777	651 190
Jogos e desportos	15 719 394	19 054 458	18 442 670	19 801 916	1 941 025	2 279 021	1 507 757	1 501 607
Outras despesas	3 928 706	3 784 399	6 090 429	4 935 852	400 690	556 063	703 057	741 244

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1992 a 1995.

Entre as nuts III, o maior índice de despesas em cultura por 100 habitantes transitou, nos últimos anos, do Baixo Alentejo para o Alentejo Central. Em 1992, quando a média regional das despesas era de 812,6 escudos por 100 habitantes, aquelas duas nuts III apresentavam gastos na ordem dos 913,0 e 734,7 escudos por 100 habitantes, respectivamente. Em 1995, com uma despesa regional média de 921,3 escudos, os valores daquelas nuts III passaram para 995,9 e 1043,2 escudos por 100 habitantes, respectivamente. Por seu lado, o Alentejo Litoral apresenta a menor capitação das despesas em cultura desde 1993 (807,2 escudos por 100 habitantes em 1993, 629,9 em 1994 e 744,7 em 1995), embora os concelhos com os valores mais baixos no último ano tenham sido os de Alandroal, Borba e Vila

Viçosa, no Alentejo Central, e os de Fronteira e Marvão, no Alto Alentejo, todos com despesas em cultura inferiores a 300 escudos por 100 habitantes.

Independentemente dos valores mais baixos destes concelhos e da disparidade inter-concelhia na capitação das despesas em cultura dos municípios alentejanos, estes valores mostram, na generalidade, que este é um domínio onde o Alentejo tem investido. Para além da grande supremacia dos valores regionais globais face à média nacional, constata-se que dos 46 concelhos da região apenas 8 apresentaram, em 1995, capitações inferiores àquela média.

Indicadores de Educação e de Cultura por Nuts I, II e III e Concelhos

Nuts I II III Concelhos	Estabelecimentos de Ensino						Alunos Matriculados			Pessoal Docente		
	pré-escolar		bás./secund.		superior	pré-escolar		bás./secund.		superior	pré-escolar	
	Nº	Km²/Equip.	Nº	Km²/Equip.	Nº	1994/95		Nº	10³ hab	Nº	1993/94	
						Nº	10³ hab				Nº	10⁴ hab.
Portugal	4 429	20,0	13 245	6,7	282	143 959	15,3	1 756 967	186,6	300 573	5 158	5,5
Alentejo	356	75,6	915	29,4	10	10 239	19,4	91 743	173,5	10 373	326	6,1
Alentejo Litoral	61	86,3	187	28,1	-	1 663	17,3	17 931	186,6	-	51	5,3
Alcácer do Sal	12	123,3	25	59,2	-	295	21,3	2 508	181,2	-	6	4,3
Grândola	8	100,6	24	33,5	-	187	14,4	2 324	178,9	-	10	7,5
Odemira	16	107,5	76	22,6	-	335	13,2	3 966	156,3	-	14	5,4
Santiago do Cacém	16	66,2	49	21,6	-	504	16,1	6 802	217,3	-	16	5,1
Sines	9	22,1	13	15,3	-	342	27,2	2 331	185,4	-	5	4,0
Alto Alentejo	89	66,7	186	31,9	3	2 398	19,2	20 231	162,1	1 393	75	6,0
Alter do Chão	5	72,4	9	40,2	-	78	18,3	628	147,4	-	4	9,3
Arronches	4	78,8	7	45,0	-	56	16,2	437	126,3	-	3	8,6
Avis	5	121,2	11	55,1	-	103	18,6	631	113,7	-	5	9,0
Campo Maior	3	82,3	10	24,7	-	136	16,1	1 543	182,2	-	3	3,5
Castelo de Vide	2	132,5	4	66,3	-	69	16,9	423	103,7	-	1	2,5
Crato	2	194,0	9	43,1	-	55	11,4	497	102,9	-	1	2,0
Elvas	18	35,1	25	25,2	-	469	19,5	4 196	174,1	-	16	6,6
Fronteira	4	61,3	8	30,6	-	77	19,6	582	148,1	-	2	5,0
Marvão	2	77,5	10	15,5	-	60	14,6	527	127,9	-	1	2,4
Monforte	4	105,0	8	52,5	-	78	21,9	521	146,3	-	4	11,0
Mora	5	88,8	12	37,0	-	114	18,1	788	125,3	-	4	6,2
Nisa	4	143,5	11	52,2	-	88	9,5	1 001	107,6	-	4	4,2
Ponte de Sôr	14	60,1	29	29,0	-	447	25,5	2 920	166,7	-	14	8,0
Portalegre	17	26,2	33	13,5	3	568	22,4	5 537	218,6	1 393	13	5,1
Alentejo Central	108	66,9	248	29,1	2	3 266	19,2	29 671	174,3	5 934	98	5,7
Alandroal	2	272,5	15	36,3	-	50	7,1	841	119,1	-	2	2,8
Arraiolos	5	136,8	16	42,8	-	133	16,5	1 118	138,5	-	1	1,2
Borba	5	29,0	11	13,2	-	159	19,7	972	120,6	-	8	9,9
Estremoz	11	46,7	22	23,4	-	271	18,2	2 650	178,3	-	11	7,3
Évora	28	46,7	62	21,1	2	955	17,7	11 502	213,6	5 934	19	3,5
Montemor-o-Novo	12	102,7	30	41,1	-	352	19,4	2 698	148,5	-	11	6,0
Mourão	3	93,0	5	55,8	-	112	35,0	454	141,9	-	5	15,5
Portel	7	85,9	14	42,9	-	168	23,1	878	120,6	-	4	5,4
Redondo	5	74,0	12	30,8	-	127	16,4	935	120,8	-	3	3,8
Reguengos de Monsaraz	12	38,4	15	30,7	-	325	24,3	1 798	134,5	-	14	12,3
Sousel	5	55,8	9	31,0	-	103	17,8	652	112,6	-	4	6,8
Vendas Novas	5	44,6	16	13,9	-	187	18,2	2 159	210,4	-	3	2,9
Viana do Alentejo	4	98,5	9	43,8	-	129	23,4	1 112	201,4	-	6	10,8
Vila Viçosa	4	48,8	12	16,3	-	195	21,5	1 902	210,2	-	7	7,8
Baixo Alentejo	98	86,8	294	28,9	5	2 912	21,2	23 910	173,8	3 046	102	7,3
Aljustrel	9	50,7	20	22,8	-	251	21,2	2 042	172,3	-	7	5,9
Almodôvar	9	86,2	36	21,6	-	181	20,8	1 491	171,2	-	9	10,3
Alvito	3	87,0	6	43,5	-	43	17,7	512	210,7	-	4	16,0
Barrancos	1	168,0	5	33,6	-	46	23,6	311	159,5	-	2	10,1
Beja	15	76,0	51	22,4	5	617	18,0	7 828	228,7	3 046	12	3,4
Castro Verde	8	70,9	19	29,8	-	187	23,5	1 358	170,8	-	7	8,9
Cuba	5	34,2	10	17,1	-	171	32,1	695	130,6	-	5	9,3
Ferreira do Alentejo	10	64,9	14	46,4	-	243	25,1	1 420	146,4	-	9	9,2
Mértola	5	255,8	41	31,2	-	117	12,6	1 244	134,1	-	4	4,3
Moura	10	95,8	21	45,6	-	415	24,6	2 614	154,8	-	18	10,5
Ourique	7	94,3	21	31,4	-	137	22,4	834	136,5	-	4	6,4
Serpa	9	122,7	39	28,3	-	341	19,9	2 739	159,9	-	13	7,5
Vidigueira	7	44,9	11	28,5	-	163	27,0	822	136,3	-	8	13,1

(continua)

Indicadores de Educação e de Cultura por Nuts I, II e III e Concelhos (continuação)

Nuts I	Pessoal Docente			Bibliotecas		Public. Periódicas		Sessões de		Despesas das Câmaras	
	librás./secund. III	superior	volumes	tir. anual		espect. públicos		Municip. em cultura			
		1993/94		1995	1994/95	1995	1994/95	1995	1994/95	1995	1995
Concelhos	Nº	10 ⁴ hab	Nº	Nº	10 ² hab	Nº	10 ² hab.	Nº	10 ³ hab.	10 ³ esc.	10 ² hab.
Portugal	135 362	144,0	22 442	1 614	288,6	1 377	4 900,7	150 645	14,2	48 647,3	490,6
Alentejo	7 795	146,3	780	118	292,4	53	499,0	3 479	5,9	4 849,5	921,3
Alentejo Litoral	1 538	158,7	-	17	124,5	4	85,4	267	2,5	712,2	744,7
Alcácer do Sal	251	178,6	-	3	148,0	1	108,4	-	0,3	211,5	1 539,6
Grândola	199	150,2	-	3	221,1	1	92,4	44	1,7	135,6	1 053,8
Odemira	323	125,7	-	3	42,5	-	-	140	4,8	119,5	474,5
Santiago do Cacém	557	177,1	-	5	108,2	1	73,5	-	-	109,6	350,9
Sines	208	167,1	-	3	204,8	1	254,6	83	7,3	136,0	1 078,3
Alto Alentejo	1 853	147,1	118	31	223,0	15	517,8	200	1,5	1 003,9	808,4
Alter do Chão	71	165,1	-	2	427,2	1	439,0	2	0,2	119,2	2 818,9
Arronches	40	114,3	-	2	115,0	-	-	-	-	40,6	1 184,7
Avis	83	149,0	-	2	173,1	-	-	-	-	41,8	755,2
Campo Maior	112	131,8	-	3	155,2	-	-	-	-	45,5	539,0
Castelo de Vide	58	142,5	-	2	631,5	-	-	76	17,3	97,6	2 393,9
Crato	49	100,2	-	2	219,8	-	-	-	-	75,1	1 568,1
Elvas	352	145,2	-	5	554,2	3	1 746,3	4	0,1	78,4	326,1
Fronteira	60	150,4	-	2	330,0	-	-	-	-	6,3	162,0
Marvão	53	125,9	-	-	-	-	-	-	-	11,7	287,9
Monforte	21	57,9	-	1	100,0	-	-	4	0,6	42,0	1 192,7
Mora	74	115,4	-	2	5,6	2	477,7	-	-	33,2	531,5
Nisa	99	104,7	-	2	204,0	3	480,6	3	0,2	102,2	1 105,7
Ponte de Sôr	284	161,3	-	2	44,9	2	454,1	8	0,4	108,8	622,7
Portalegre	497	194,2	118	4	77,8	4	1 059,4	103	4,1	201,6	799,8
Alentejo Central	2 455	143,5	428	42	506,1	19	495,8	1 945	11,3	1 771,4	1 043,2
Alandroal	72	100,6	-	1	63,4	1	93,5	-	-	11,8	168,4
Arraiolos	98	121,3	-	2	387,1	1	111,5	80	9,9	112,0	1 388,8
Borba	84	103,6	-	1	25,6	1	446,7	-	-	22,1	274,9
Estremoz	227	151,6	-	4	70,6	1	428,0	-	-	150,2	1 017,3
Évora	952	176,8	428	13	1 127,2	8	1 104,1	1 495	28,0	574,2	1 066,3
Montemor-o-Novo	204	111,5	-	4	243,8	3	377,7	143	7,7	192,3	1 063,0
Mourão	41	126,9	-	1	139,1	2	521,1	3	0,5	16,6	519,3
Portel	81	110,2	-	1	76,1	-	-	-	-	83,1	1 146,4
Redondo	91	116,4	-	2	86,6	-	-	112	13,8	65,0	843,0
Reguengos de Monsaraz	152	133,7	-	2	47,2	1	233,4	7	0,3	186,7	1 645,1
Sousel	52	88,1	-	2	121,8	-	-	-	-	117,8	2 060,3
Vendas Novas	162	157,1	-	3	162,2	-	-	-	-	138,6	1 353,9
Viana do Alentejo	78	139,8	-	2	510,0	1	326,1	-	-	75,8	1 382,8
Vila Viçosa	161	178,3	-	4	966,2	-	-	105	9,9	25,1	278,0
Baixo Alentejo	1 949	140,1	234	28	208,3	15	617,7	1 067	5,4	1 361,9	995,9
Aljustrel	137	115,5	-	2	143,0	-	-	79	5,5	141,3	1 194,2
Almodôvar	125	142,9	-	2	114,2	-	-	101	5,8	89,3	1 028,1
Alvito	67	268,0	-	1	32,3	-	-	-	-	79,1	3 301,3
Barrancos	45	227,3	-	1	94,6	1	800,0	-	-	31,8	1 649,2
Beja	608	174,7	234	8	396,2	8	2 182,8	393	5,7	318,3	938,5
Castro Verde	97	123,7	-	2	98,0	1	490,6	295	34,3	135,4	1 691,3
Cuba	74	137,8	-	2	316,0	-	-	17	3,9	43,4	818,4
Ferreira do Alentejo	90	91,8	-	1	7,2	1	20,6	-	-	54,3	563,2
Mértola	117	124,7	-	1	51,2	-	-	-	-	111,0	1 204,6
Moura	193	112,9	-	3	376,8	1	142,1	86	2,5	141,1	840,5
Ourique	65	104,2	-	1	81,8	-	-	1	0,1	41,6	690,0
Serpa	242	139,5	-	3	96,4	1	35,0	-	0,3	86,6	509,1
Vidigueira	89	145,7	-	1	103,8	2	265,3	95	15,2	88,6	1 479,9

CONCEITOS & NOTAS EXPLICATIVAS

Aluno Matriculado

Aluno inscrito num estabelecimento de ensino.

Biblioteca

Considera-se biblioteca, seja qual for a sua designação, toda a colecção organizada de livros e periódicos impressos ou de outros documentos, nomeadamente gráficos e audio-visuais, assim como os serviços do pessoal que facilitem a consulta destes documentos pelos utilizadores, com fins de informação, educação ou recreio.

Educação Pré-Escolar

Educação não escolar que precede o ensino básico.

Ensino Básico

O que tem por função ministrar o ensino escolar obrigatório (a partir dos 6 anos). Divide-se em 1º ciclo (do 1º ao 4º ano de escolaridade), 2º ciclo (5º e 6º anos de escolaridade) e 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos de escolaridade).

Ensino Secundário

Inclui o ensino equivalente aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino Superior

O que exige, como condição mínima de admissão, o aproveitamento no 12º ano de escolaridade.

Estabelecimento de Ensino

Unidade em que, sob a responsabilidade de um Conselho Directivo, de um Director Executivo ou Director Pedagógico ou Encarregado de Direcção, é ministrado o ensino de um ou mais graus.

Pessoal Docente

Professores dos ensinos básico, secundário ou superior e agentes de ensino da educação pré-escolar.

Publicação Periódica

Publicação em série contínua sob o mesmo título, a intervalos regulares ou irregulares, durante um período determinado, apresentando-se os números da série numerados consecutivamente ou apenas datado cada número.

Taxa de Cobertura

Relação entre a área física e o número de equipamentos localizados na(o) nuts (concelho).

Volume de Biblioteca

Unidade material de documentos impressos ou manuscritos contidos numa encadernação ou num cartão (capa).

VII - Homogeneidades e Assimetrias Concelhias

Este capítulo constitui uma síntese da informação estatística e da análise apresentada nos capítulos precedentes. Com base em alguns dos indicadores anteriormente utilizados no desenvolvimento de cada tema, e com recurso a duas técnicas de análise multivariada de dados - análise factorial por componentes principais e análise de clusters -, elabora-se uma tipologia de caracterização social dos concelhos da região Alentejo.



Nos 6 capítulos anteriores procedeu-se a um conjunto de análises sectoriais das principais vertentes sociais que caracterizam a região Alentejo, privilegiando (embora não exclusivamente) um baixo nível de desagregação geográfica - nuts II e III. Este último capítulo inverte a situação anterior, oferecendo uma análise tematicamente globalizante e geograficamente pormenorizada. Este objectivo é conseguido mediante o recurso à análise multivariada de um conjunto de indicadores estatísticos previamente seleccionados de entre os utilizados anteriormente, e confrontando, exaustivamente, os concelhos da região Alentejo. As técnicas de análise multivariada aqui empregues são a análise factorial por componentes principais e a análise de clusters. O resultado final subdivide-se, basicamente, em duas vertentes:

- Identificação e caracterização das principais homogeneidades e assimetrias sociais concelhias;
- Identificação e caracterização de zonas concelhias socialmente homogéneas.

Com a análise factorial identificam-se os indicadores que mais contribuem para a formação das componentes principais (que se designam também por factores ou eixos factoriais), componentes estas que se constituem em súmulas parciais de variáveis caracterizadoras dos indivíduos (no nosso caso, concelhos) analisados. Para além

disso, este tipo de análise permite aferir a posição relativa dos concelhos em cada uma dessas componentes principais, para se estabelecer uma relação analítica entre as variáveis caracterizadoras (os indicadores) e as variáveis caracterizadas (os concelhos). A análise de clusters, com recurso ao conceito de distância euclideana, classifica os concelhos de acordo com a sua maior homogeneidade e heterogeneidade, clarificando os grupos de municípios (clusters) que os indicadores de base utilizados suscitam.

Da múltipla informação estatística tratada nos capítulos anteriores, seleccionaram-se para esta análise um total de 70 indicadores. É nesta bateria de indicadores que assentam todas as considerações produzidas neste capítulo, sendo de notar que a tipologia concelhia encontrada não é concebida sob dados de base de cariz económico ou outro não contemplado neste Caderno Regional.

A aplicação da análise factorial encontrou 13 componentes principais, que explicam cerca de 88,9% da inércia total dos dados, isto é, da variância total existente na intersecção global entre concelhos e variáveis. Maximizada a contribuição das variáveis para a formação das componentes principais pelo método quartimax, encontraram-se 10 componentes com significado mais claro na formação e caracterização de grupos de concelhos.

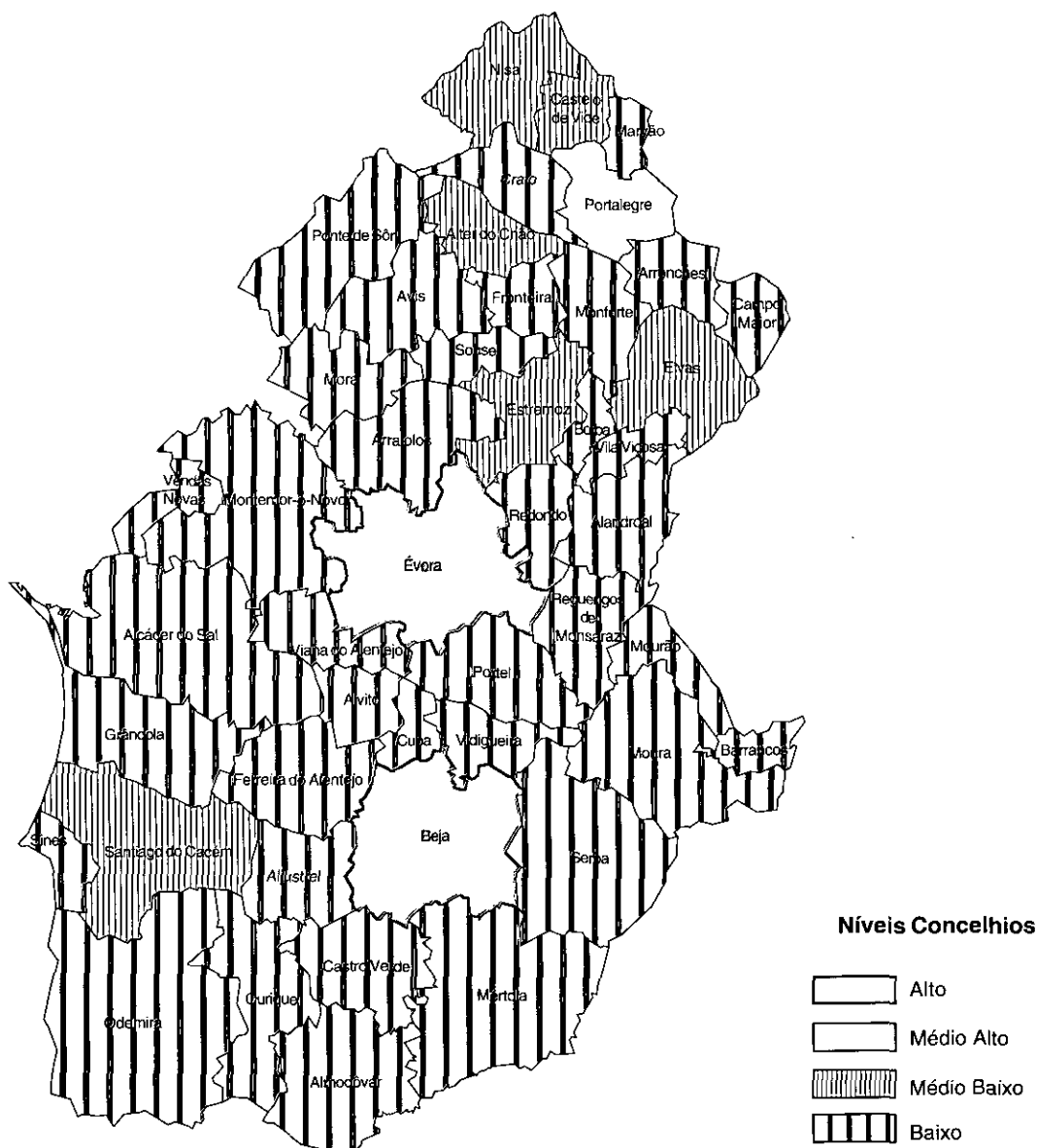
Percentagem de Variância Explicada por cada Componente Principal

Componente Principal	Valor-Próprio	% de Variância Explicada	% Acumulada
1	25,22266	36,0	36,0
2	7,39492	10,6	46,6
3	6,59676	9,4	56,0
4	4,58075	6,5	62,6
5	3,76008	5,4	67,9
6	2,93021	4,2	72,1
7	2,66980	3,8	75,9
8	2,06726	3,0	78,9
9	1,69382	2,4	81,3
10	1,52156	2,2	83,5
11	1,48316	2,1	85,6
12	1,24165	1,8	87,4
13	1,10048	1,6	88,9

De seguida, faz-se uma análise mais exaustiva das primeiras 4 componentes principais, as mais importantes e que explicam pouco menos de 2/3 da inércia total dos dados de base. O mapa que acompanha a análise de cada componente principal permite facilitar a visualização da posição relativa dos concelhos em cada componente. No

final do capítulo apresentam-se três tabelas onde figuram as variáveis de base, as contribuições dessas variáveis para a formação das componentes principais e as pontuações dos concelhos em cada uma das componentes, que podem servir como auxiliar quantitativo da análise a que a seguir se procede.

Por nuts III, esta excelência concelhia aparece com uma frequência tendencialmente mais pronunciada no Alentejo Central e no Alto Alentejo, onde 7 concelhos (Évora e Estremoz na primeira daquelas nuts III, Portalegre, Nisa, Castelo de Vide, Alter do Chão e Elvas na segunda) assumem os valores mais afastados da base da ordenação concelhia formada por esta componente principal. No Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral só os concelhos de Beja e Santiago do Cacém, respectivamente, conseguem afastar-se, de forma mais significativa, daquela base. Em todo o caso, é visível que os concelhos em pior posição nesta componente principal localizam-se de forma relativamente uniforme por todo o território regional.

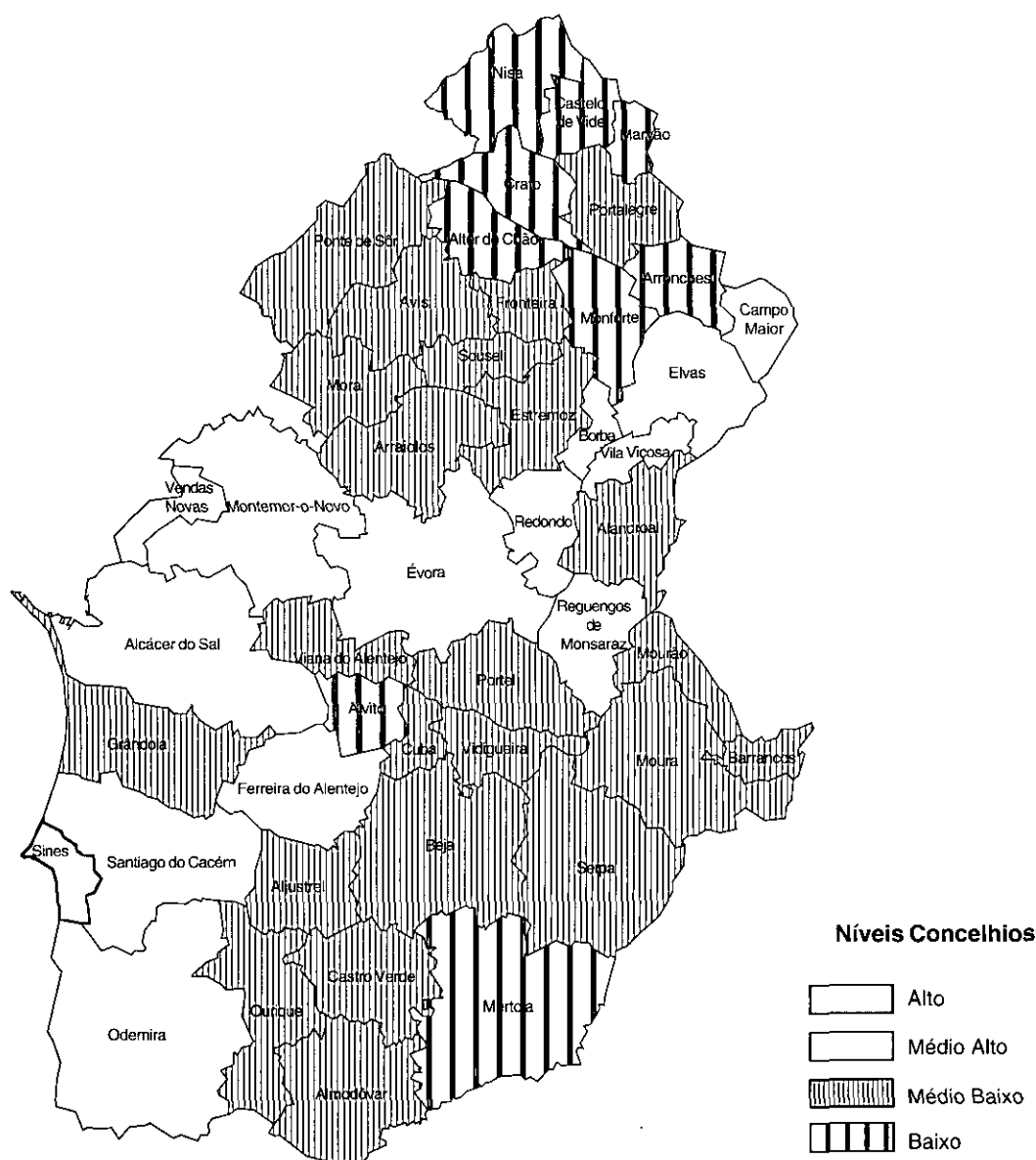


A segunda componente factorial explica aproximadamente 10,6% da variância dos dados e reflete uma vitalidade demográfica, expressa em variáveis como densidade populacional e população residente em lugares com 5000 e mais habitantes com valores elevados, população residente em idade jovem e crescimento demográfico efectivo e natural altos, famílias extensas e alto potencial reprodutor (mulheres residentes com 15-49 anos). Entre os concelhos, as melhores posições são ocupadas por Sines, Vendas Novas, Santiago do Cacém e Vila Viçosa, e, no extremo oposto, encontram-se os casos de Nisa, Alter do Chão, Castelo de Vide e Arronches.

Entre as nuts III, as situações de maior vitalidade demográfica encontram-se numa faixa concelhia que se estende, grosso modo, desde o litoral-sul (Odemira e, em particular, Sines), passando muito pronunciadamente pelo centro, até à zona interior-sul do Alto Alentejo (Elvas e Campo Maior). Esta faixa separa as duas regiões onde esta componente principal é menos intensa - o Alto e o Baixo Alentejo. Dentro destas duas nuts III, as zonas de menor vitalidade demográfica são a do nordeste alentejano e os concelhos de Alvíto e Mértola, ao sul.

Componente Principal 2

Vitalidade Demográfica no Alentejo



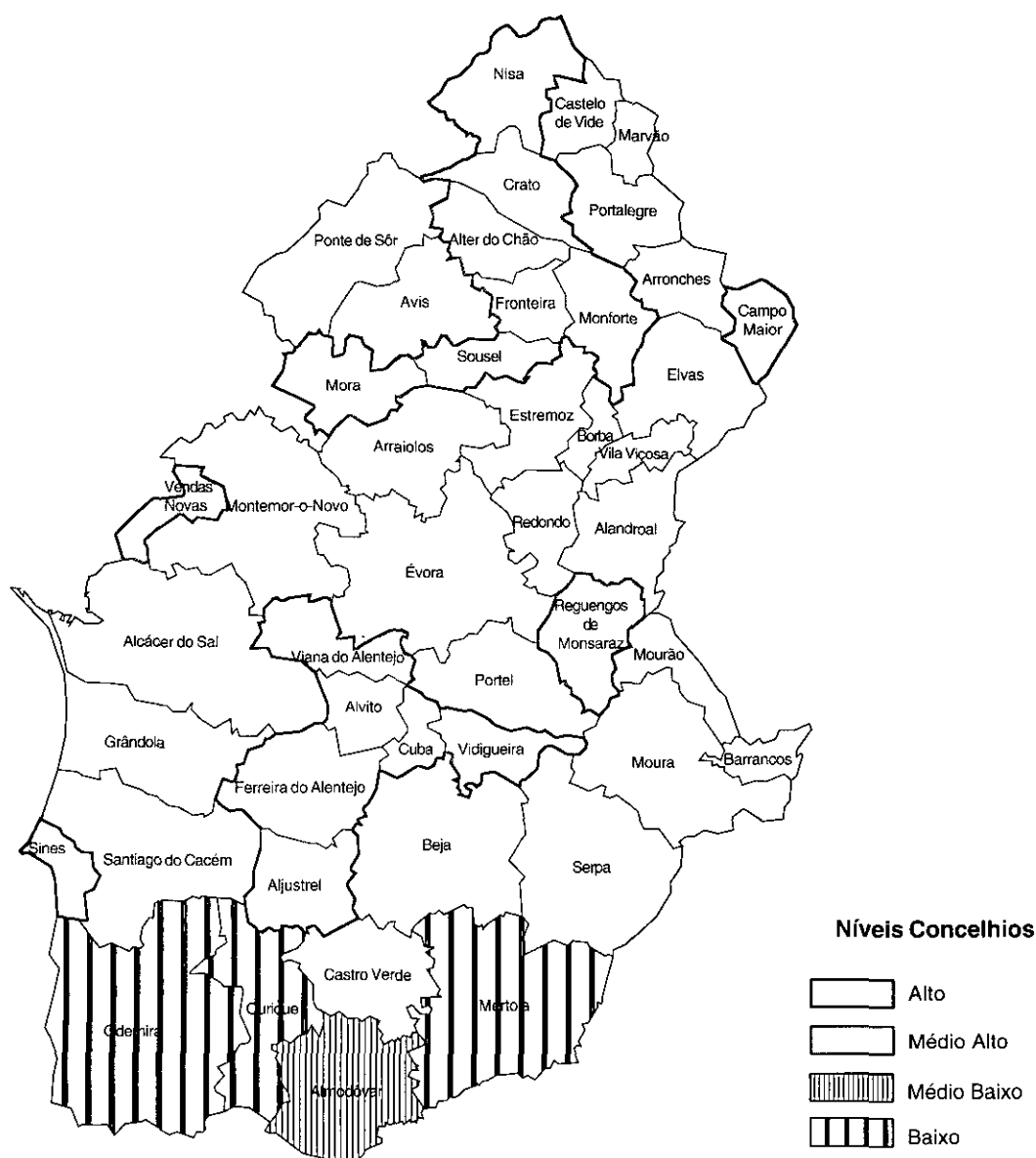
Homogeneidades e Assimetrias Concelhias

O denominador comum da terceira componente factorial, que explica cerca de 9,4% da inércia dos dados, é o da dotação de infra-estruturas na habitação. As variáveis que mais contribuem para a sua formação são as que se relacionam com a população residente em alojamentos dotados de água canalizada, sistema de esgotos (rete), equipamento de banho/duche e de electricidade. Os concelhos nas melhores posições, neste caso, são os de Fronteira, Alter do Chão, Sines e Cuba, contrariamente a outros como Odemira, Mértola, Ourique e Almodôvar.

Por nuts III, o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral denotam contrastes inter-concelhios significativos, conciliando alguns

dos melhores índices de dotação infra-estrutural na habitação (Alvito, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Cuba, Vidigueira e Sines, por exemplo) com os 4 piores índices concelhios de toda a região (Ourique, Mértola, Almodôvar e Odemira). O Alentejo Central e o Alto Alentejo são, nesta componente, bastante mais homogéneos, com destaque para as situações mais favoráveis de Vendas Novas, Viana do Alentejo, Reguengos de Monsaraz e Sousel na primeira daquelas nuts III, e para Nisa, Crato, Alter do Chão, Fronteira, Monforte, Campo Maior e Mora na segunda. Em termos gerais, constata-se que a dotação de infra-estruturas na habitação é tendencialmente mais favorável nos concelhos de menor área física, factor que facilita a sua implantação.

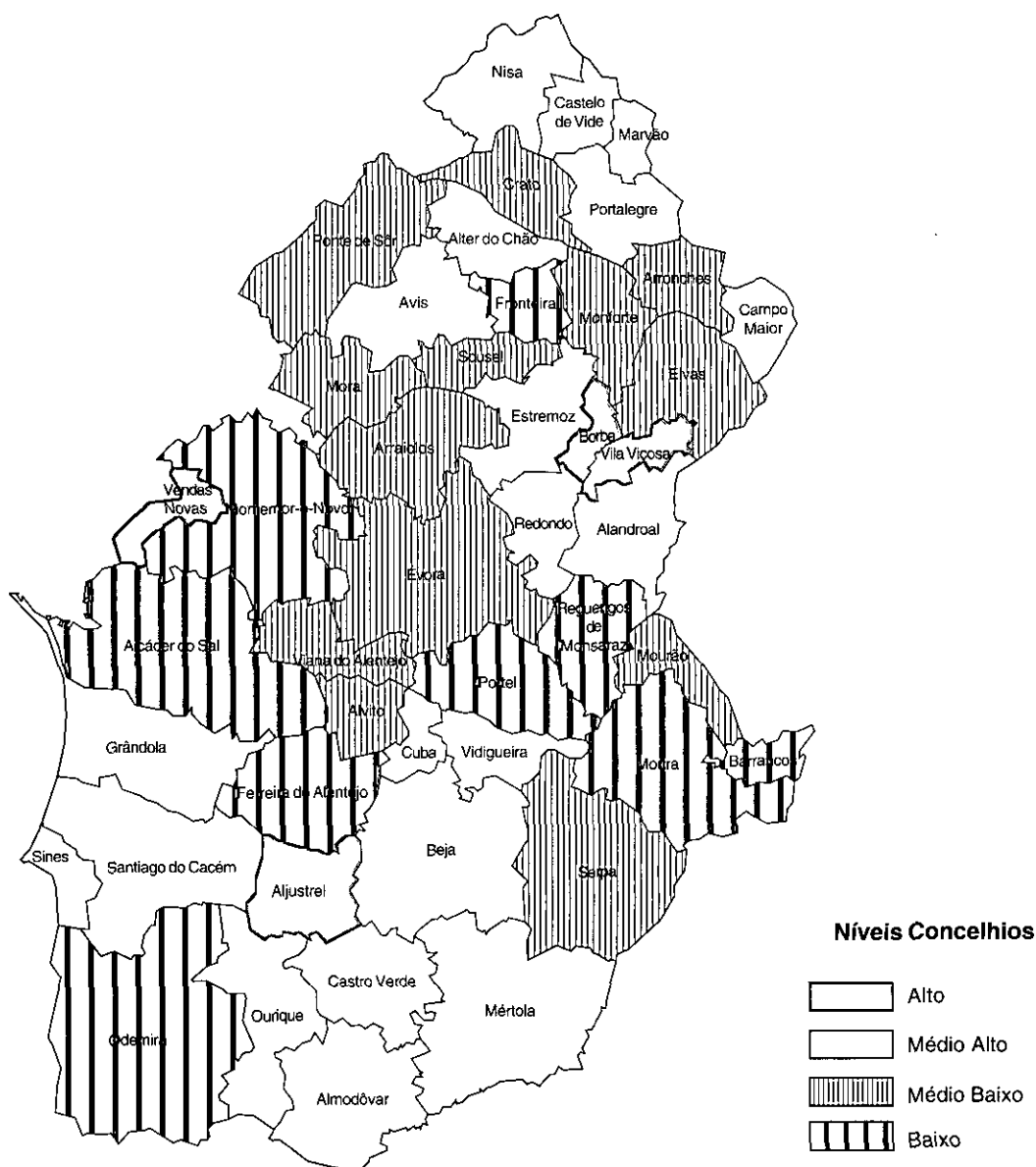
Componente Principal 3 Infraestruturas na Habitação no Alentejo



A quarta componente da análise factorial explica 6,5% da variância dos indicadores de base e retrata o emprego qualificado de cariz industrial. Os principais indicadores que estão na sua génese ilustram um forte contributo do volume de emprego no sector secundário (em oposição ao do sector primário) e dos profissionais qualificados (em oposição aos profissionais não qualificados). Nesta componente, Vila Viçosa, Borba, Aljustrel e Vendas Novas ocupam os lugares cimeiros, ao passo que Alcácer do Sal, Portel, Odemira e Barrancos assumem as posições mais desfavoráveis.

Entre as nuts III, verifica-se que os concelhos onde esta componente atinge os seus valores mais altos e mais baixos distribuem-se de forma relativamente homogénea entre elas, não havendo uma grande diferenciação a este nível de desagregação espacial. Ao nível concelhio, as situações mais favoráveis de Borba, Vila Viçosa, Aljustrel e Vendas Novas não deixarão de estar relacionadas com a actividade industrial extractiva (nos primeiros casos) e transformadora (no último caso) existente nestes municípios.

Componente Principal 4
Emprego Qualificado de Cariz Industrial no Alentejo



Homogeneidades e Assimetrias Concelhias

Não querendo ser exaustivos na apresentação do modelo encontrado, e considerando que a contribuição das componentes principais para a explicação da variância global dos dados se reduz progressivamente, remete-se a análise dos restantes eixos factoriais para a informação apresentada nas tabelas que finalizam este capítulo. Em termos gerais, deve destacar-se o importante contributo de algumas variáveis demográficas (fecundidade, nados-vivos fora do casamento, divórcio, crescimento migratório, entre outras) na formação das componentes 8, 9 e 10, e de algumas variáveis relacionadas com o emprego (proporção de patrões e de empresários) no factor 7.

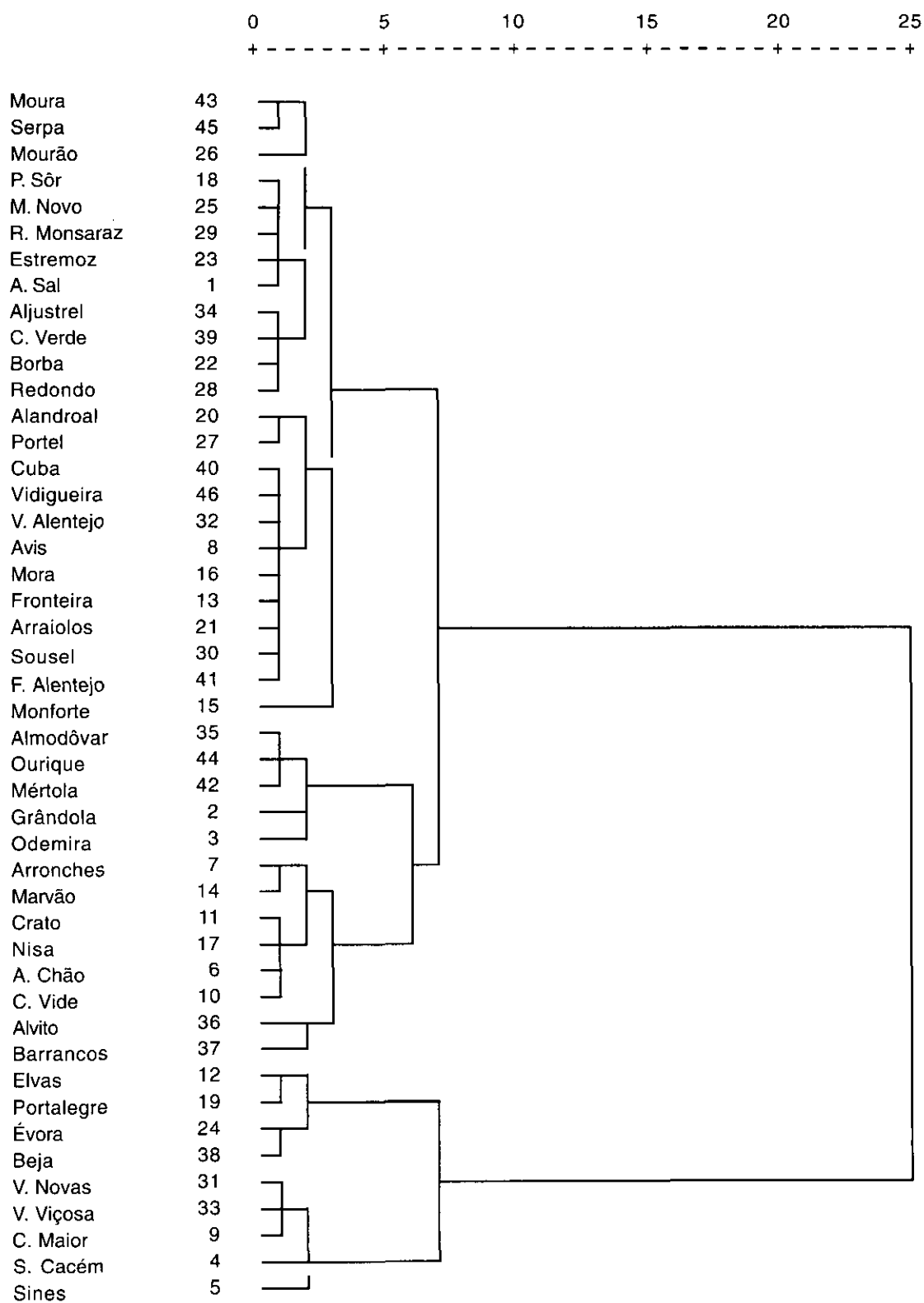
Com os resultados da análise de clusters sistematiza-se a informação produzida, componente a componente, pela análise factorial. Na classificação dos concelhos seguiu-se o método de Ward. O dendograma que a seguir se apresenta, regista as várias etapas de reunião, por homogeneidade de indicadores, dos concelhos da região. A fase de melhor compromisso desde a primeira etapa (46 concelhos, 46 clusters) à última (1 grupo de concelhos, 1 cluster) é a que divide os 46 concelhos da região em 5 grupos. O resultado final é o de 1 grupo de 24 concelhos, 1 grupo de 8 concelhos, 2 grupos de 5 concelhos e 1 grupo de 4 concelhos (ver mapa de Zonas Sociais Homogéneas Concelhias).

Esta divisão do território regional, assente nas suas características de natureza social, aponta para 3 vectores concelhios claramente identificáveis: um vector que realça e congrega os concelhos de Évora, Beja, Portalegre e Elvas, os mais populosos e com um nível de vida acima da média; um outro vector que reúne parte dos concelhos do nordeste alentejano (Nisa, Castelo de Vide, Marvão, Arronches, Crato e Alter do Chão); e, um terceiro vector, localizado no sul da região, que abrange os concelhos de Odemira, Ourique, Almodôvar, Mértola e Grândola. Os outros dois grupos reúnem os concelhos num grupo composto por Campo Maior, Vila Viçosa, Vendas Novas, Santiago do Cacém e Sines, e num outro grupo formado pelos restantes municípios da região. Este último grupo é o que agrega o maior número de concelhos (24), distribuídos pelo território regional de forma relativamente uniforme.

Com base nos indicadores utilizados, e, em termos gerais, a característica de homogeneidade inter-concelhia parece ser a conclusão mais importante que este tipo de análise permite. Repare-se que os clusters 1, 3 e 4, e, em particular, o cluster 5, estendem a sua representatividade concelhia pela generalidade das nuts III da região. Apenas o

cluster 2 ocupa uma faixa concelhia sul-litoral bem delimitada, ainda assim entrecortada pelos concelhos de Sines e Santiago do Cacém. Forçar diferenciações inter-concelhias socialmente significativas na região parece ser um exercício menos problemático no eixo norte-sul do que no eixo oeste-este. Um exercício que, no entanto, escamoteia as importantes intersecções concelhias ao norte e ao sul e que cria uma zona central sobrerrepresentada e de difícil desagregação. Em questões de natureza social, a região Alentejo parece dever ser encarada, desta forma, como uma região globalmente homogénea, onde as assimetrias concelhias mais significativas derivam da dinâmica demográfica, social e económica dos municípios onde se localizam as antigas capitais de distrito da região.

Zonas Sociais Homogéneas Concelhias



[illegible]

	1
	2
	3
	4
	5

Variáveis de Base Utilizadas na Análise Factorial e na Análise de Clusters

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UNIDADE	ANO
A01	População residente	nº	1991
A02	Densidade populacional	hab./km2	1991
A03	População residente em lugares com menos de 2000 habitantes (inclui população isolada)	%	1991
A04	População residente em lugares com mais de 5000 habitantes	%	1991
A05	População residente com 0 - 14 anos	%	1991
A06	População residente com 65 e mais anos	%	1991
A07	Taxa de crescimento demográfico efectivo 1981/91	%	1981/91
A08	Taxa de crescimento demográfico natural 1981/92	%	1981/91
A09	Taxa de crescimento demográfico migratório 1981/93	%	1981/91
A10	Taxa bruta de natalidade	‰	1994/95
A11	Taxa bruta de mortalidade	‰	1994/95
B01	Famílias clássicas residentes	%	1991
B02	Famílias clássicas residentes com menos de 5 pessoas	%	1991
B03	População residente / famílias residentes	nº	1991
B04	População residente solteira	%	1991
B05	População residente casada	%	1991
B06	População residente viúva	%	1991
B07	População residente divorciada/separada	%	1991
B08	Taxa bruta de nupcialidade	‰	1994/95
B09	Taxa bruta de divórcio	‰	1994/95
B10	Taxa de fecundidade geral	‰	1994/95
B11	População residente feminina com 15 - 49 anos	%	1994
B12	Nados-vivos fora do casamento	%	1994/95
B13	Casamentos católicos	%	1994/95
C01	População residente cujo principal meio de vida é o trabalho	%	1991
C02	População residente cujo principal meio de vida é algum apoio social (pensões, subsídio de desemprego, etc.)	%	1991
C03	População residente cujo principal meio de vida é a família	%	1991
C04	População residente cujo principal meio de vida são rendimentos de propriedade	%	1991
C05	Taxa de actividade	%	1991
C06	Taxa de desemprego	%	1991
C07	População residente cuja situação no emprego é a de patrão	%	1991
C08	População residente cuja situação no emprego é a de trabalhador por conta própria	%	1991
C09	População residente cuja situação no emprego é a de trabalhador por conta de outrem	%	1991
C10	População residente cuja situação no emprego é a de familiar não remunerado	%	1991
C11	População residente inactiva estudante	%	1991
C12	População residente inactiva doméstica	%	1991
C13	População residente inactiva reformada	%	1991
C14	População residente empregada no sector primário	%	1991
C15	População residente empregada no sector secundário	%	1991
C16	População residente empregada no sector terciário	%	1991
C17	População residente empregada no sector terciário social	%	1991
C18	População residente empregada no sector terciário económico	%	1991
D01	Taxa de analfabetismo	%	1991
D02	População residente com instrução escolar no ensino básico	%	1991
D03	População residente com instrução escolar no ensino secundário	%	1991
D04	População residente com instrução escolar no ensino médio/superior	%	1991
D05	Proporção de empresários e pequenos patrões na população residente activa	%	1991
D06	Proporção de quadros superiores na população residente activa	%	1991
D07	Proporção de quadros intermédios na população residente activa	%	1991
D08	Proporção de trabalhadores qualificados na população residente activa	%	1991
D09	Proporção de trabalhadores não qualificados na população residente activa	%	1991
D10	Índice de poder de compra	V. Índice	1995
D11	População residente em alojamentos familiares não clássicos (barracas, improvisados, móveis e similares)	%	1991
D12	População residente em alojamentos com sistema de esgotos (retrate)	%	1991
D13	População residente em alojamentos com água canalizada	%	1991
D14	População residente em alojamentos com equipamento de banho/duche	%	1991
D15	População residente em alojamentos com electricidade	%	1991
E01	Postos médicos	nº	1995
E02	Farmácias	nº	1995
E03	Creches	nº	1994
E04	Jardins de infância	nº	1994
E05	Lares para jovens e idosos	nº	1994
E06	Médicos por 10 ⁴ habitantes	nº	1994/95
E07	Camas por 10 ⁴ habitantes	nº	1994/95
E08	Pensionistas por 10 ³ habitantes	nº	1994/95
F01	Escolas do ensino básico/secundário	nº	1994/95
F02	Alunos matriculados do ensino básico/secundário por 10 ³ habitantes	nº	1994/95
F03	Docentes do ensino básico/secundário por 10 ⁴ habitantes	nº	1993/94
F04	Bibliotecas	nº	1995
F05	Tiragem anual de publicações periódicas (10 ³ exemplares)	nº	1994/95

Homogeneidades e Assimetrias Concelhias

Contribuição das Variáveis para a Formação de Cada Componente Principal da Análise Factorial ¹

VARIÁVEIS	COMPONENTES PRINCIPAIS												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
A01	0,84361												
A02		0,60208		0,44061									
A03		-0,47817	-0,41965										
A04	0,47304	0,59817											
A05		0,77844											
A06		-0,93523											
A07		0,50386								0,68219			
A08		0,87846											
A09										0,83192			
A10		0,40582						0,81694					
A11		-0,71837											
B01	0,83997												
B02						0,77794							
B03		0,70732				-0,58786							
B04		0,47523				-0,45722						0,41910	
B05						0,52516						-0,47994	
B06		-0,88221											
B07	0,51099	0,50155											
B08				0,43481									
B09		0,49746							0,56143				
B10								0,95299					
B11		0,81215											
B12									0,84206				
B13		-0,58543											
C01		0,73077											
C02		-0,90966											
C03		0,40662			0,73189								
C04									0,42352				
C05		0,75047											
C06						-0,74532							
C07							0,93984						
C08			-0,42941								-0,66464		
C09			0,41597								0,60782		
C10													-0,55936
C11	0,57042	0,72605											
C12			-0,43967		0,72393								
C13		-0,80362			-0,44749								
C14	-0,54670			-0,64918									
C15		0,41461		0,67853									
C16	0,72212				0,46321								
C17	0,43940				0,56843								
C18	0,65402												
D01	-0,51423	-0,60313											
D02		0,40437											
D03	0,67789	0,48898											
D04	0,87768												
D05							0,89615						
D06	0,82753												
D07	0,79734												
D08		0,42019		0,62641									
D09	-0,40840			-0,64556									
D10	0,64442	0,60308											
D11								0,54694					
D12			0,83634										
D13			0,88176										
D14			0,83704										
D15			0,80886										
E01	0,91201												
E02	0,76093												
E03	0,81545												
E04	0,80365												
E05	0,86844												
E06	0,88101												
E07												0,83917	
E08		-0,78904											
F01	0,59384		-0,59844										
F02	0,47289	0,53350											0,49576
F03													0,72919
F04	0,88887												
F05	0,90493												

¹ Dado que só as contribuições mais altas (positivas ou negativas) devem ser consideradas, suprimiram-se neste quadro as contribuições com valores inferiores a 0,40.

Pontuações dos Concelhos em cada Componente Principal da Análise Factorial

CONCELHOS	COMPONENTES PRINCIPAIS												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Alcácer do Sal	-0,28693	1,26224	-0,03897	-2,04175	-0,04628	1,92612	-1,05649	-0,29379	0,01200	-1,04597	0,09439	-0,02067	1,77605
Grândola	-0,14749	0,40152	-0,19676	0,75767	-0,16749	0,93509	0,70987	1,04250	2,48500	-1,59432	-1,60351	-0,03216	0,26367
Odemira	-0,05365	0,42983	-3,22699	-1,70780	-0,94061	1,25587	1,52368	0,36617	0,11555	1,28037	-1,44231	-0,00810	0,07049
Santiago do Cacém	0,55915	1,45394	-0,41769	0,24480	0,15759	0,50194	-0,61339	-1,35126	0,88934	2,50395	-1,79738	-0,01630	1,28940
Sines	-0,26594	2,75659	1,27727	0,39450	2,36800	1,21488	0,76577	-0,08070	2,13638	-0,49770	-0,06572	0,30678	-0,81314
Alter do Chão	0,40131	-1,94106	1,36601	0,93867	-0,23188	0,16651	-0,65787	0,33183	0,38532	0,12930	-0,31614	-0,72437	1,29222
Arronches	-0,03022	-1,61788	-0,57933	-0,54604	0,85983	1,09417	-0,18007	0,22880	-0,62756	-0,56582	0,56998	0,20661	0,09920
Avis	-0,38889	-0,64999	0,19362	0,53091	-1,58964	0,88709	-1,63014	0,41937	2,10008	1,30211	1,10697	0,17179	0,53219
Campo Maior	-0,52527	1,13652	0,49525	0,85126	-0,20472	-1,39282	2,32324	0,71185	-0,72243	0,46391	0,55152	0,46185	-0,64098
Castelo de Vide	0,39959	-1,85743	0,27520	0,73554	0,06889	0,65481	1,01764	1,82010	-0,72917	2,27373	-1,12246	0,00815	-0,43141
Crato	-0,08966	-1,51980	0,99238	0,06551	-0,21077	0,51458	0,76680	-1,41785	-0,09410	0,12600	1,25077	0,01419	-0,53763
Eivas	1,52316	0,90926	0,03862	-0,34436	1,30214	-0,02038	0,50617	0,90490	0,09283	-0,76392	1,38413	-0,19713	-1,39049
Fronteira	-0,25454	-0,28802	1,47050	-1,38098	0,06917	-0,62740	0,29800	-0,77041	-0,92032	0,50358	-0,98099	0,06604	0,50082
Marvão	-0,35251	-1,02597	-0,64220	0,92824	1,43426	1,56035	-0,39721	-0,53213	-1,05966	-1,93828	-0,37624	-1,25588	-1,37698
Montforte	-0,53284	-0,96007	0,59728	-0,79527	-0,44490	-0,02220	-0,36553	0,75152	0,33876	-0,04113	0,31352	5,71907	-0,56363
Mora	-0,08246	-0,46765	0,88092	-0,33036	-1,15167	0,21919	-0,16629	-1,86451	0,76439	0,13157	0,56537	-0,48459	-1,56225
Nisa	0,31266	-1,94745	0,72327	0,32814	1,12722	1,43782	0,62053	-1,39104	-0,46902	1,16563	-1,23027	-0,16206	-1,07185
Ponte de Sôr	0,06805	0,35681	-0,04727	-0,70013	-0,52974	0,78007	-0,05497	0,32117	-0,62009	0,67011	-0,34881	-0,65136	0,64508
Portalegre	2,05077	0,39965	0,25023	0,81897	0,51562	0,34769	-0,54760	-0,20206	-1,36761	-0,80969	0,44637	0,82721	1,12131
Alandroal	-0,99123	-0,08779	-0,67305	0,73103	-0,66276	0,24069	-2,48607	-0,81749	0,46817	-0,10469	1,46676	-0,48434	0,14747
Arraiolos	-0,50047	0,23262	0,22431	-0,48055	-0,93512	0,37879	0,12386	-0,53603	0,11796	0,45186	1,37202	-0,74464	-0,35472
Borba	-1,07854	1,26886	-0,17562	1,75974	-0,77945	0,75569	-0,45532	0,50520	-0,76283	-0,53609	0,71578	0,50107	-0,80295
Estremoz	0,57458	0,04921	-0,61746	0,37500	-0,80306	0,56289	0,40217	0,59498	-1,39752	-1,17123	0,60892	0,01679	0,54819
Évora	4,27317	0,55318	-0,33973	-0,59027	-0,64076	-0,05145	-0,52103	-0,15434	0,11128	0,89781	0,62737	-0,22289	-0,13903
Montermor-o-Novo	0,15505	0,57353	-0,34545	-1,03206	-0,18974	1,27934	-0,19515	-0,59784	-0,86414	-0,35108	-0,01753	0,05014	-0,61104
Mourão	-0,80463	-0,03621	0,15255	-0,43379	1,59788	-0,60436	-1,05860	3,72798	0,92171	0,88466	1,18161	-1,06372	0,27076
Portel	-0,82696	0,33723	0,18192	-1,88247	-0,92806	-1,34873	-1,61361	-0,18027	-0,81178	-0,15487	1,21438	-0,70181	-0,09120
Redondo	-0,60396	0,45070	-0,77083	0,27389	0,04924	-0,31799	-0,13681	0,85433	-1,00212	0,66080	0,29364	-0,85876	-1,53236
Reguengos de Monsaraz	-0,35451	0,66595	0,31003	-1,00944	0,21851	0,71936	0,60880	0,08712	-0,48851	0,74298	0,39897	-0,01487	-1,59506
Sousel	-0,27614	-0,67343	0,53708	-0,79739	-1,07835	-0,19550	0,15860	0,13260	-0,19224	-0,82186	-0,72339	0,43955	-0,74330
Vendas Novas	-0,35255	1,57701	0,91432	1,49233	0,17850	0,40216	-0,24430	-0,53694	-2,21575	-0,68128	-0,98335	0,93284	1,11793
Viana do Alentejo	-0,54130	0,00420	0,87809	-0,14439	-1,64203	-0,36996	-0,25885	0,80510	-0,52632	-0,86621	-0,61054	-0,63381	0,70089
Vila Viçosa	-0,41340	1,38846	-0,07035	2,25856	-0,91576	0,03374	0,58603	0,13726	-1,33161	1,44586	0,76055	0,02359	1,37540
Aljustrel	-0,19672	0,15455	0,36486	1,57723	-0,59887	-2,04787	0,52130	-1,28998	0,79295	-0,31947	-0,07591	-0,08311	-0,72578
Almodôvar	-0,20833	0,03259	-1,75586	0,89736	0,19079	-1,82788	-0,98389	-1,53060	0,53750	-0,68157	-1,67399	0,23725	-0,09957
Alvito	-0,63642	-0,94622	0,35709	-0,30544	-0,69444	0,11295	3,52462	-0,31800	1,31331	-1,20320	1,35145	-0,69228	3,01480
Barrancos	-0,83429	-0,18122	0,12486	-1,45093	3,65411	-1,40644	-0,07248	-1,44115	-0,52394	0,87225	1,04632	0,41388	1,77368
Beja	3,33391	-0,27565	0,28695	0,21415	-0,03989	-1,22755	-0,02763	0,29210	1,06604	-1,05224	0,44622	0,18708	0,05563
Castro Verde	-0,37254	0,27855	0,25640	0,82417	0,39213	-0,80848	-0,17922	-0,51503	1,27471	1,86512	0,48144	-0,06165	-0,67281
Cuba	-0,20730	-0,59191	1,24472	0,47362	0,56394	-0,50904	-0,63520	0,60162	-0,28159	0,29025	-1,28403	-0,53913	0,45732
Ferreira do Alentejo	-0,59011	0,60558	0,59138	-1,39507	-0,75261	-0,67520	0,57802	-0,88071	1,16033	-0,67776	-0,80234	-0,54917	-1,17455
Mértola	-0,18751	-1,30650	-2,98975	1,02038	0,83135	-0,66286	0,69976	-0,66142	-0,04439	-0,29237	1,47640	-0,07229	-0,06077
Moura	-0,02764	0,32962	-0,35567	-1,03729	-0,44515	-1,65614	0,82345	0,95567	-0,84098	-0,38354	-0,53138	-0,36075	-0,91916
Ourique	-0,51626	-0,54075	-2,26195	0,47724	0,55403	-0,03218	-0,60062	0,39661	1,02043	-0,72572	-0,61809	1,06010	0,36470
Serpa	0,01273	-0,03419	-0,57022	-0,71853	-0,02803	-2,37083	-0,44393	0,39934	-0,36671	-0,19115	-1,48049	-0,07767	0,67883
Vidigueira	-0,13293	-0,65903	1,09002	0,13541	0,51878	-0,00638	-0,97602	0,97362	0,15639	-1,19068	-1,65996	-0,93048	-0,18540

CONCEITOS & NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de Clusters

“Os métodos de análise de clusters são procedimentos de estatística multivariada que tentam organizar um conjunto de indivíduos, para os quais é conhecida informação detalhada, em grupos relativamente homogêneos - clusters. (...). Dado um conjunto de n indivíduos para os quais existe informação sobre a forma de m variáveis, o método de análise de clusters procede aos agrupamento dos indivíduos em função da informação existente, de tal modo que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo serão tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes aos elementos do mesmo grupo do que a elementos dos restantes grupos” (REIS, Elisabeth, “Análise de clusters: um método de classificação sem preconceitos”, in *Métodos Quantitativos para Gestão*, nº 3, pp. 1 e 5, Lisboa: ISCTE, 1990).

Análise de Clusters - Método de Ward

“Este método pode ser resumido nas seguintes etapas: primeiro são calculadas as médias das variáveis para cada grupo; em seguida é calculada a distância euclidiana ao quadrado entre essas médias e os valores das variáveis para cada indivíduo; somam-se as distâncias para todos os indivíduos; por último, pretende-se otimizar a variância mínima dentro dos grupos. A função objectivo que se pretende minimizar é também chamada soma dos quadrados dos erros ou o quadrado da soma dentro dos grupos” (REIS, Elisabeth, “Análise de clusters”, *op. cit.*, p. 28).

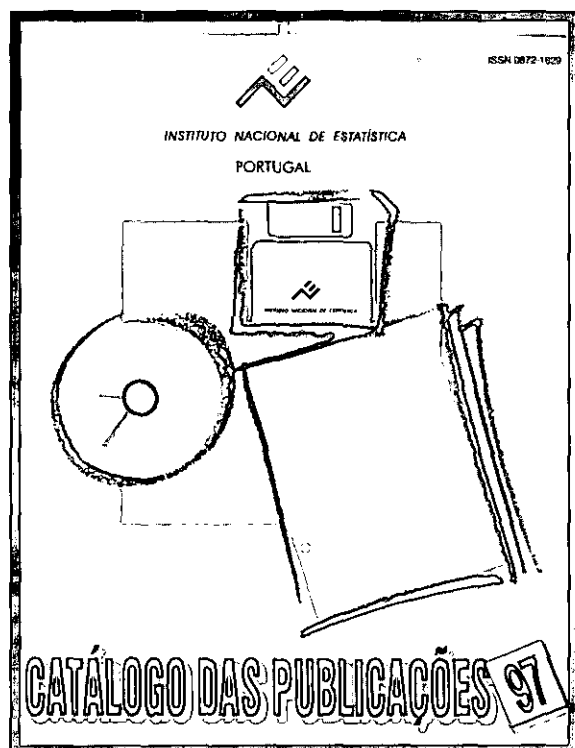
Análise Factorial por Componentes Principais

A análise factorial tem por objectivo “representar ou descrever um número de variáveis iniciais a partir de um menor número de variáveis hipotéticas. Por outras palavras, a análise factorial permite identificar novas variáveis, em número menor que o conjunto inicial, mas sem perda significativa da informação contida neste conjunto. (...). Na análise das componentes principais o objectivo não é explicar as correlações entre as variáveis mas apenas encontrar funções matemáticas entre as variáveis iniciais que expliquem o máximo possível da variação existente nos dados e os permitam descrever e reduzir” (REIS, Elisabeth, “Análise factorial das componentes principais: um método de reduzir sem perder informação”, in *Métodos Quantitativos para Gestão*, nº2, pp. 1 e 15, Lisboa: ISCTE, 1990).

Análise Factorial - Método Quartimax

O método quartimax “(...) pretende simplificar as linhas de uma matriz de pesos, isto é, o seu objectivo é tornar os pesos de cada variável elevados para um número reduzido de componentes e próximos de zero para todas as restantes componentes” (REIS, Elisabeth, “Análise factorial das componentes principais”, *op. cit.*, p. 33).

ALGUMAS PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INE



Para uma lista mais exhaustiva, é favor consultar o catálogo de publicações do INE, ou contacte-nos:

Direcção Regional do Alentejo
Rua Miguel Bombarda, 36
7000 Évora - Portugal
Tel: (066) 2 55 44; Fax: 29326

PUBLICAÇÕES		PREÇO	
ESTATÍSTICAS GERAIS			
Anuário Estatístico de Portugal - 1996		10.200\$00	6
Boletim Mensal de Estatística - 1998 (x12)		2.280\$00	1
Portugal em Números - 1997		Gratuito	
POPULAÇÃO, AMBIENTE E CONDIÇÕES SOCIAIS			
Estatísticas da Saúde - 1996		9.000\$00	6
Estatísticas Demográficas - 1996		7.410\$00	6
Estatísticas do Ambiente - 1996		3.670\$00	5
Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio - 1996		4.890\$00	6
Indicadores de Conforto das Famílias - 1997		2.100\$00	5
Estatísticas do Emprego - 1998 (x4)		840\$00	3
Portugal Social - 1995		6.000\$00	6
AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA			
Estado das Culturas e Previsão das Colheitas - 1998 (x12)		250\$00	2
Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 1995		3.750\$00	5
Estatísticas da Pesca - 1996		2.710\$00	5
Estatísticas da Agricultura - 1996		3.920\$00	5
ECONOMIA E FINANÇAS			
Empresas em Portugal - 1995		1.050\$00	5
Índice de Preços no Consumidor - 1998 (x12)		1.280\$00	2
Contas Nacionais Trimestrais - 1997 (x4)		370\$00	3
Contas Regionais - 1993/1994		3.000\$00	5
Contas Nacionais (Versão definitiva) - 1995		2.070\$00	5
Estatísticas Monetárias e Financeiras - 1996		5.680\$00	6
Inq. Conj. Investimento - 1998 (x2)		900\$00	4
SERVIÇOS			
Estatística do Turismo - 1996		4.870\$00	6
Estatísticas dos Transportes e Comunicações - 1996		7.950\$00	6
Est. Const. Edifícios - Lic./Habitação - 1996		1.950\$00	3
ESTATÍSTICAS REGIONAIS			
Alentejo em Números 1994		Gratuito	
Algarve em Números 1994		Gratuito	
Anuário Estatístico da Região Norte 1996 (*)		4.550\$00	6
Anuário Estatístico da Região do Centro 1996 (*)		4.640\$00	6
Anuário Estatístico da Reg. Lisboa e Vale do Tejo 1996 (*)		5.030\$00	6
Anuário Estatístico da Região Alentejo 1996 (*)		4.600\$00	6
Anuário Estatístico da Região Algarve 1996 (*)		4.200\$00	6
Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio - 1997		3.550\$00	6
Inventário Municipal da Região Norte 1993 - Vol. I e Vol. II (*)		6.000\$00	6
Inventário Municipal da Região Centro 1998		6.000\$00	6
Inventário Municipal da Reg. Lisboa e Vale do Tejo 1998		5.970\$00	6
Inventário Municipal da Reg. do Alentejo 1993 - Vol. I e Vol. II (*)		6.500\$00	6
Inventário Municipal da Região Algarve 1995 (*)		6.000\$00	6
Índice de Preços no Consumidor - Alentejo 1998 (x 12)		540\$00	2
Índice de Preços no Consumidor - Algarve 1997 (x 12)		540\$00	2
Municípios do Alentejo - 1997		8.000\$00	6
Alentejo Social - 1998		4.000\$00	5

(*) Publicação disponível em suporte magnético.

PORTES DE CORREIO						
Escalões	PORTUGAL		EUROPA		RESTO DO MUNDO	
	ASSINATURA	AVULSO	ASSINATURA	AVULSO	ASSINATURA	AVULSO
1	1.860\$00	170\$00	3.600\$00	300\$00	6.000\$00	500\$00
2	960\$00	85\$00	2.400\$00	200\$00	3.600\$00	300\$00
3	360\$00	85\$00	800\$00	200\$00	1.200\$00	300\$00
4	160\$00	85\$00	400\$00	200\$00	600\$00	300\$00
5	285\$00	285\$00	1.300\$00	1.300\$00	2.500\$00	2.500\$00
6	520\$00	500\$00	2.000\$00	2.000\$00	4.400\$00	4.400\$00

ISBN 972-673-256-5

